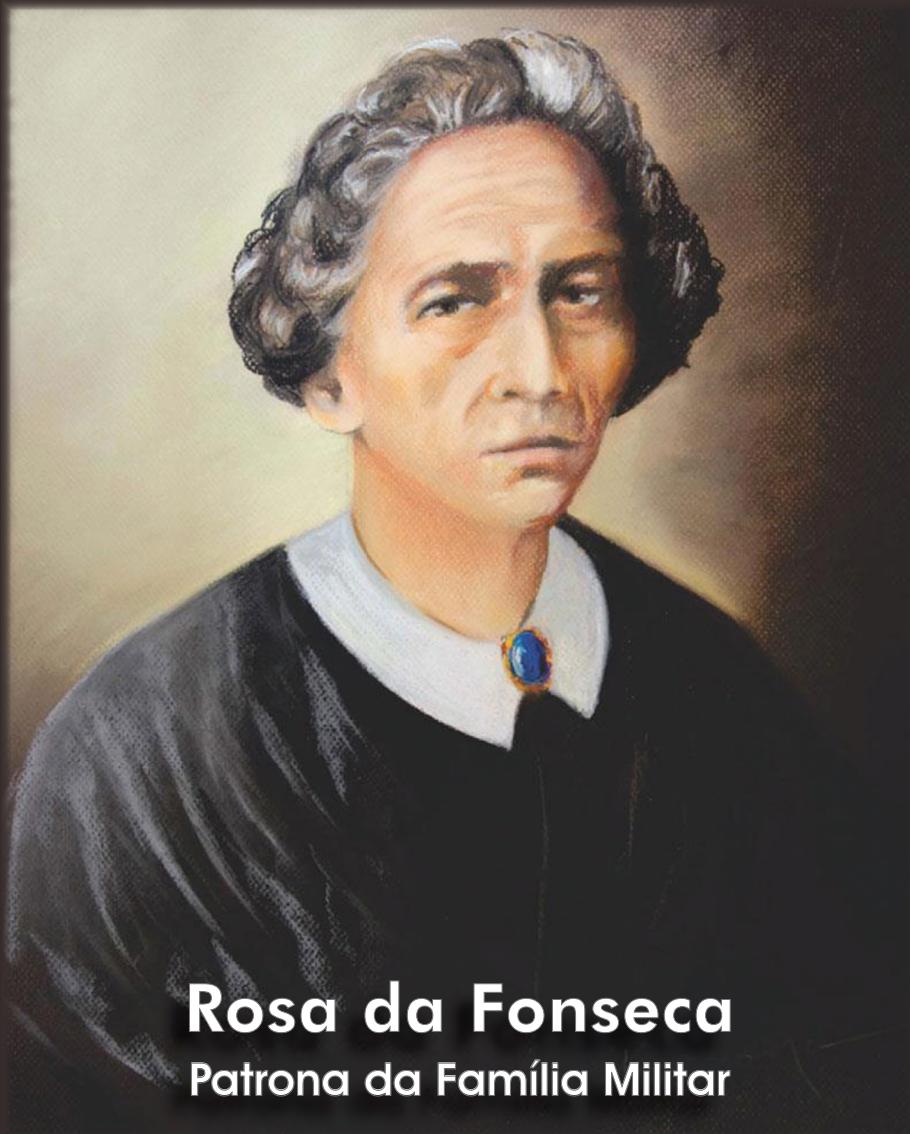


REVISTA DO
Exército Brasileiro

Vol. 153 – 2º quadrimestre de 2017 – Edição Especial



Rosa da Fonseca
Patrona da Família Militar

O legado de dona Rosa da Fonseca p.23
Álvaro Alves

Uma Rosa para o Exército p.64
Marcelo da Silva Nunes

A vida de Rosa da Fonseca no Brasil oitocentista p.72
Maristela da Silva Ferreira

Editorial

Esta edição da Revista do Exército Brasileiro (REB) tem por objetivo divulgar a edificante história de vida de D. Rosa Maria Paulina da Fonseca. Matriarca respeitada e admirada por todos os brasileiros, nos papéis de mãe e de esposa de militar, criou seus dez filhos com elevado espírito cívico e patriótico. Incentivou sete deles a lutar na Guerra do Paraguai, onde, durante a campanha, três morreram e os outros quatro se destacaram pela bravura. Tais condicionantes impuseram ao Exército a obrigação de homenagear, de forma destacada, essa digna heroína, que tão bem encarnou o espírito de luta e sacrifício da família militar brasileira.

Para isso, o comandante do Exército instituiu D. Rosa da Fonseca como “Patrona da Família Militar”, por intermédio da Portaria nº 650, de 10 de junho de 2016, estabelecendo o dia 18 de setembro, data do seu nascimento, em 1802, como o “Dia da Família Militar”. Esse documento determinou ações culturais, entre as quais, a inclusão desta edição no programa editorial da Biblioteca do Exército (BIBLIE) para 2017.

Os poucos dados biográficos de D. Rosa da Fonseca existentes na historiografia brasileira levaram o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) a organizar, no período de 13 de setembro a 25 de outubro de 2016, um ciclo de estudos com o tema “O Legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar”. Aquela iniciativa acadêmica teve como propósitos:

- apresentar ao público interessado (civis e militares estudiosos da História Militar) os conceitos e métodos (textual e imagético) para a elaboração de um texto científico sobre o tema, que pudesse se constituir em artigo da REB especial a ser editada;



**Diretoria do Patrimônio Histórico
e Cultural do Exército**
Gen Bda Severino de Ramos Bento da Paixão

Editor
Cel Com Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial
Gen Bda R/1 Márcio Tadeu Bettega Bergo
Cel QMB R/1 Francisco José Mineiro Junior
Cel Art R/1 Antonio Ferreira Sobrinho
Cel Inf R/1 Cláudio Skora Rosty
Cel Cav R/1 Eduardo Scalzilli Pantoja
Cel Cav R/1 Claudio Luiz de Oliveira
Ten Cel QCO R/1 Maristela da Silva Ferreira

Composição
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE
HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEx)
Rua General Canabarro, 731
Maracanã – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20271-240
Tel.: (21) 2567-1695

Revisão
Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação
Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão
Globalprint

Direção, edição e distribuição
BIBLIEX
Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marclio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.biblex.ensino.eb.br
biblex@biblex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras. Os originais deverão ser **enviados para a EsAO** (esao.reb@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Sup.) e 2,5cm (Dir. e Inf.), com entrelinhamento 1,5. **As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.**

As referências, sob exclusiva responsabilidade dos autores, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

REVISTA DO Exército Brasileiro

Vol. 153 – 2º quadrimestre de 2017 – Revista oficial do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1-v.8,1882-1889; v.1-v.10,1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8 cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982-, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.

Nossa Capa

Rosa da Fonseca.

Fonte: www.eb.mil.br

Diagramação: Julia Duarte



- relativizar o tema sobre a figura relevante de D. Rosa da Fonseca como objeto de estudo além da área militar, ou seja, ampliar o seu campo de aplicação para o social e o antropológico; e
- investigar as origens das tradições familiares militares apreendidas como rituais de interação e diálogo entre a sociedade civil e militar.

O produto das referidas pesquisas redundou em sete artigos apresentados nesta publicação, divulgando informações inéditas e suscitando controvérsias, que abrem perspectivas de debates e de novas e importantes investigações.

A continuidade dessas pesquisas (ora iniciadas a partir do CEPHiMEx e abraçadas por todos aqueles que se sentirem motivados a fazê-lo) deverá, com o devido tempo, retificar e ou ratificar os aspectos não consensuais exarados por esses autores que estudaram “A Mãe dos Fonsecas”, trazendo a lume a verdade histórica.

O CEPHiMEx julga que esta edição da REB cumpre integralmente a intenção do comandante do Exército quando escolheu D. Rosa da Fonseca para Patrona da Família Militar: manter viva a lembrança de seus feitos, interpretar os acontecimentos de que participou e recolher os dignos exemplos por ela transmitidos, perfeitamente enquadrados nas crenças, nas tradições e nos valores militares.

Boa leitura!

- 
- 4 Uma trajetória de vida: D. Rosa da Fonseca vista no contexto histórico, político e social do século XIX**
Pedro Marcus Bergo Pinto
 - 23 O legado de dona Rosa da Fonseca**
Álvaro Alves
 - 30 Achegas à genealogia dos Sete Macabeus de dona Rosa da Fonseca**
Israel Blajberg
 - 41 Rosa da Fonseca: Patrona da Família Militar**
Artemio Bueno Rosa Junior
 - 48 Rosa da Fonseca: origens e legado para o Brasil**
Elisangela Bezerra Francisco
 - 64 Uma Rosa para o Exército: contribuições de dona Rosa da Fonseca, Patrona da Família Militar**
Marcelo da Silva Nunes
 - 72 A vida de Rosa da Fonseca no Brasil oitocentista: mobilidade social, literatura e história**
Maristela da Silva Ferreira

Uma trajetória de vida

D. Rosa da Fonseca vista no contexto histórico, político e social do século XIX

*Pedro Marcus Bergo Pinto**

Introdução

Consoante com o tema proposto pelo CEPHiMEx – Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, qual seja: “O Legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar”, este trabalho responde a objetivos da Portaria nº 650, de 10 de junho de 2016, do comandante do Exército, que aprova a diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e estabelece o Dia da Família Militar. Atende também à Portaria nº 255-EME, de 4 de julho de 2016, do chefe do Estado-Maior do Exército, que aprova a diretriz para a implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT), do Exército Brasileiro.

Este estudo irá apresentar D. Rosa da Fonseca no contexto de sua época, traçando uma visão abrangente de sua trajetória através de fases distintas de sua vida ao longo do século XIX. O trabalho procura situar a personagem como tantas outras mães brasileiras que viviam em uma sociedade predominantemente conservadora e patriarcal. A intenção é retratá-la como uma pessoa comum, evitando envolvê-la em uma aura de heroicidade simplesmente por associá-la ao

fato de ter sido mãe de militares brilhantes ou por tê-los, em um determinado momento, engajados em uma guerra, a qual lhe traria por consequência sérios dissabores. O seu legado é indiscutível. Honra e dignifica os militares brasileiros tê-la como Patrona da Família Militar, sendo um exemplo de dedicação aos filhos e por lhes ter imputado um elevado sentimento do cumprimento do dever patriótico.

A observação de sua vida no cenário político-social por um período de sete décadas reforça o sentimento de que D. Rosa da Fonseca tinha plena consciência de seu dever materno, de criar seus filhos em um mundo que parecia estar em constante convulsão. Acompanhar os fatos ocorridos durante sua trajetória nos leva a compreender o seu papel de mãe de filhos que abraçaram a profissão militar em um Brasil cujo cenário da época era conturbado por inúmeros conflitos políticos e sociais.

Tomou-se como base para o desenvolvimento do trabalho a pesquisa documental e leitura de biografias de personagens históricos e de literatura consolidada do período pré-republicano. Houve-se por considerar que

* Historiador, pesquisador de História Americana, colaborador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

biografar não deve restringir-se às informações sobre o que o indivíduo realmente foi ou fez em vida, mas também deve levar em conta as representações sociais. (XAVIER, 2000:169)

Por escolher o caminho de uma narrativa que persegue a cronologia dos acontecimentos, optou-se por discorrer sobre fatos que permearam a vida de D. Rosa da Fonseca retratando algumas fases de sua vida. A primeira delas abrangendo do seu nascimento até a mocidade em 1822. A segunda fase, que se estende até o ano de 1842, quando sua família se transfere de Alagoas para o Rio de Janeiro. A terceira situa D. Rosa como uma mulher amadurecida, mãe de dez filhos, viúva aos 59 anos, vendo sete de seus filhos engajados na carreira militar. Por fim, a quarta e última parte retrata os últimos anos de sua vida.

Contexto de época

Pode-se dizer que o principal acontecimento do início do século XIX foi a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808. Nessa época, Rosa Maria ainda era uma criança no interior de Alagoas e vivia uma vida típica de uma família pobre e humilde em um dos inúmeros povoados desassistidos do Nordeste. Distante dali, na Corte do Rio de Janeiro, a vida era bem diferente:

O Rio de Janeiro modificou-se com a instalação da Corte. Modernizou-se e transformou-se num centro social, político e econômico, que atraía pessoas de diferentes camadas sociais. A população do Rio aumentou de 50.000 para 110 mil pessoas em apenas dez anos. Os hábitos e os costu-

mes se alteraram. Elementos da aristocracia rural e das classes médias endinheiradas, ávidos por mostrar importância e *status*, passaram a morar no Rio de Janeiro. O luxo e a ostentação começavam a caracterizar o comportamento das camadas ricas, que passaram a se vestir de acordo com os modelos europeus, a habitar ricos palacetes e a se cobrir de joias importadas. Mesmo pessoas de condições sociais menos abastadas passaram a buscar prestígio através do uso de produtos importados. (SILVA, 1997: 115)

Havia uma segmentação de classes sociais bem distintas entre os pobres e os ricos e uma classe, digamos, que vagava entre as outras duas, os escravos:

Entre o inicio e a metade do século XIX, nossa sociedade ainda era caracterizada, de um lado, pela elite dominante: latifundiários, escravocratas e grandes comerciantes... Do outro, pela massa de pobres camponeses e escravos... Quase não havia classe média, a educação das mulheres se restringia a atividades que fossem úteis no ambiente doméstico, desprovidas de valor no mercado de trabalho da época, como costurar, aprender música ou desenvolver habilidades artísticas. (ambas as citações em: *A situação das mulheres no século XIX*, Blog: A Sociedade do Século XIX, 2010)

Rosa Maria Paulina da Fonseca (1802-1873) viveu em um Brasil muito diferente dos tempos atuais. Em uma época em que as palavras *guerra*, *batalha*, *revolução*, *revolta*, *conspiração*, *insurreição*, *levante* e *motim* eram tão comuns que permeavam as conversas entre a maioria dos cidadãos como se fosse um fato corriqueiro e natural.

Dadas as circunstâncias da época, não era mesmo para ser diferente. Dezenas de

conflitos aconteceram durante todo o século XIX. Não só nacionais como também na esfera internacional. Para citar alguns: as *guerras napoleônicas* (1799-1815), a Guerra Anglo-Americana (1812-1814), a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a Guerra do México-EUA (1846-1848), a Guerra contra a Confederação Argentina de Juan Rosas (1850-1852), a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Guerra da Civil Americana (1861-1865), também conhecida como a Guerra da Secessão.

Dentre tantos conflitos internacionais, a Guerra da Tríplice Aliança, ou, como ficou conhecida, a Guerra do Paraguai (1864-1870), foi a mais sangrenta em que o Brasil esteve envolvido, lutando ao lado da Argentina e do Uruguai. No âmbito interno, só no primeiro quartil do século, aconteceram diversos movimentos independentistas, como a Revolução Pernambucana (1817); a Revolução Liberal (1821-1823), na Bahia e Pará; a chamada Guerra da Independência do Brasil (1822-1823), na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e na Cisplatina; e a revolta separatista ocorrida no Nordeste, que ficou conhecida como Confederação do Equador (1823-1824).

O Grito de Independência proferido por D. Pedro I não aplacou os ânimos dos revoltosos do Nordeste e mesmo após a abdicação do imperador em 1831, o país se viu às voltas com revoltas, como a Cabanada (1832-1835), em Pernambuco e Alagoas; a Cabanagem (1835-1840), na Região Norte, atual Pará; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Balaiada (1838-1841), no Maranhão; e a Revolução Praieira (1848-1849), em Pernambuco. Na Região Sul do Brasil, houve a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul e parte de Santa Cata-

rina, também conhecida como a Guerra dos Farrapos.

Não seria então de estranhar que alguém que tenha vivido nessa época se visse envolto em uma atmosfera que cheirasse a pólvora e fosse predominantemente dominada por militares. D. Rosa da Fonseca foi uma dessas pessoas. Quis o destino que ela acabasse casando-se com um homem de raízes militares, o então major Manoel¹ Mendes da Fonseca Galvão (1785-1859). O mínimo que se pode dizer do período em que viveu, é de que não houve um só momento de calmaria ao longo dos seus 70 anos de vida. Ao seu dicionário pessoal, por certo se juntaram as palavras: militar, quartel, uniforme, pátria, dever e sofrimento.

Sua esposa, D. Rosa da Fonseca pode não ter vivenciado de perto os momentos históricos do Brasil, mas não deixou de tomar conhecimento deles, já que, por conviver no meio de militares, sabia dos movimentos destes e das inquietações nos quartéis. D. Rosa era bem culta e bem informada, conforme o relato de 30 de agosto de 1882, extraído de *O Brasil Histórico*: “Dotada de clara inteligência, voluptuosa memória e invejável reminiscência, referia-se com precisão à história dos acontecimentos políticos do seu tempo” (SENA, 1999: 204).

Os primeiros vinte anos (1802-1822)

Alagoana, nascida em 18 de outubro² de 1802, na localidade do Sítio Oiteiro, no povoado Riacho Velho da antiga capital de Alagoas, atual município de Marechal Deodoro³. Filha de Antônia Maria de Barros e José Carvalho Monteiro⁴, seu nome de batismo é

Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante; mais tarde, após se casar, passou a se chamar Rosa Maria Paulina da Fonseca ou ser tratada como senhora Mendes da Fonseca, ou ainda como passou à história: D. Rosa da Fonseca.

Nascida em uma época em que os impérios prevaleciam, em que nas Américas apenas os Estados Unidos eram uma nação independente, Rosa Maria ainda era, por assim dizer, uma doce criancinha quando, em 1804, o Haiti se tornava o segundo país independente da América, após quase três décadas da declaração da independência americana. E ainda o era quando, em 1807, começaram a surgir os primeiros movimentos de independência nas colônias espanholas sul-americanas.

Em 1808, quando a Corte Portuguesa chegou ao Brasil, fugida das tropas de Napoleão, Rosa Maria ainda tinha seis anos de idade e certamente não deve ter tomado sequer conhecimento do fato, ou, se teve, não poderia ter entendido ou compreendido o que aquilo significava, já que era uma simples criança vivendo no interior de Alagoas, longe da acanhada cidade do Rio de Janeiro, antes da chegada da Família Real ao Brasil.

Nessa época, começaram a circular os primeiros jornais no Brasil. O *Correio Brasiliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, mas que era impresso na Grã-Bretanha e chegava ao Brasil através de navios ingleses, e também a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que foi o primeiro jornal impresso no Brasil. Havia poucas pessoas letradas e capazes de ler os jornais que noticiavam as mudanças políticas com reflexos sociais que estavam acontecendo na ocasião.

Além das guerras já citadas, em 1809 houve a invasão anglo-portuguesa da Guiana

Francesa pelo príncipe regente D. João VI, em ato inconsequente de represália a Napoleão Bonaparte, que invadira Portugal, e, em 1811, o Paraguai e a Venezuela tornaram-se duas nações independentes do império espanhol. Em 1815, aconteceu a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves; no ano seguinte, foi à vez de a Argentina conseguir sua independência da Espanha.

Em março de 1816, a rainha de Portugal, D. Maria I (1734-1816), morreu. Também nesse ano, aconteceu a invasão e anexação da província Cisplatina (atual Uruguai) ao Brasil. Uma forte seca assolou o Nordeste e afetou sensivelmente a agricultura de subsistência da região. A produção de algodão e açúcar caiu, o que tornou as condições de vida piores, pois ambos os produtos eram o sustentáculo da economia pernambucana. Rosa Maria ainda vivia sua adolescência no interior de Alagoas e, como parte do povo nordestino, sofria as consequências da fragilidade de uma região que dependia exclusivamente dos interesses dos latifundiários que exploravam a terra à custa dos caprichos do clima e da mão de obra escrava ou do trabalho servil.

Em 1817, a miséria assolava Pernambuco; tinha início a Revolução Pernambucana. É assinado o Tratado de Viena, no qual os portugueses deixam Caiena, capital da Guiana Francesa, novamente nas mãos dos franceses.

No âmbito familiar, sabe-se que, em 1806, seu futuro marido, Manoel Mendes da Fonseca Galvão (1785-1859) assentou praça⁵ com a idade de 21 anos e que, em 1817, ele já teria a patente de capitão do Exército.

Em 1820, acontece em Portugal a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto,

um movimento que buscava restaurar a dignidade de Portugal como nação soberana, perdida nos acontecimentos ligados a sua invasão pelas tropas napoleônicas em 1807. A sede por independência era grande e, quase sempre, resultava em guerras e conflitos sangrentos.

Em 1821, houve o reconhecimento oficial pelos uruguaios da anexação da Cisplatina e, no mesmo ano, outro país latino-americano se tornava independente do reino espanhol; dessa vez, o México. Ainda nesse mesmo ano, D. João VI, voltava para Portugal com a certeza de que a independência brasileira seria inevitável.

Quando o Brasil se tornou independente, Rosa Maria ainda não era casada, mas, já com seus vinte anos de idade, deve ter acompanhado atenta a notícia da coroação de D. Pedro I, sem imaginar que, meses antes, seu futuro marido, Mendes da Fonseca, mesmo sendo um admirador do imperador, tinha lançado, em junho de 1822, o *Manifesto da Independência* em Alagoas. Fato que antecipava as características do capitão como um questionador de causas políticas.

Tempos da mocidade e maternidade (1823-1842)

O período que se seguiu à Proclamação da Independência foi uma época de turbulência interna. Entre os anos de 1822 e 1823, aconteceu a chamada Guerra da Independência do Brasil, uma revolta de brasileiros contra militares legalistas portugueses, na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e até na Província Cisplatina, atual Uruguai.

Em 1824, mais um país sul-americano se tornava independente, o Peru. Nesse ano,

em que Beethoven (1770-1827) concluía a sua famosa *Nona Sinfonia*, e, no Brasil, era promulgada a Primeira Constituição Brasileira, Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante casava-se com o então major Manoel Mendes da Fonseca Galvão. O casamento, realizado na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição em Alagoas, parece não ter sido muito bem-visto pela família do noivo, conforme o registro:

É que sua família da parte dos Galvão, de grande projeção social, que não concordou com o casamento, pois dizia que a noiva descendia de escravos, tinha sangue indígena em suas origens e vivia na cidade de Alagoas, sem comportamento conveniente para uma moça, como montar cavalo em pelo, disparar pelas ruas da cidade e nadar nas lagoas. Ademais, os pais de Rosa eram desconhecidos. (ROCHA, 2015)

A partir do casamento, o major passou a assinar seu nome sem o sobrenome Galvão, assim como Rosa Maria, que também supriu o “de Barros Cavalcante” e incluiu o “da Fonseca”, passando a assinar o nome como Rosa Maria Paulina da Fonseca.

No ano de 1824, surge a Constituição brasileira incluindo um quarto poder, o Poder Moderador. Ficava estabelecida uma monarquia unitária e hereditária, garantindo o direito à liberdade religiosa; a religião católica era reconhecida como oficial, ficando a Igreja submetida ao Estado. Ainda no campo político, os Estados Unidos eram o primeiro país a reconhecer a independência brasileira.

No âmbito familiar, logo o casamento começou a gerar frutos. Em setembro daquele ano, nasceu o primeiro filho do casal, Hermes Ernesto da Fonseca (1824-1890), e, em

novembro do ano seguinte, Severiano Martins da Fonseca (1825-1889).

Em meio à turbulência da época e aos acontecimentos que passavam a ser noticiados nos primeiros jornais genuinamente brasileiros — tais como *Diário de Pernambuco*, lançado em 1825 —, D. Rosa da Fonseca, atenta ao que ocorria na Corte, tomou conhecimento do nascimento de D. Pedro II, sétimo filho do Imperador, o qual viria a ser herdeiro do trono de D. Pedro I.

Em 1826, morreram o rei D. João VI e a imperatriz D. Leopoldina, e no ano seguinte, 1827, surgiu o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, ano em que o casal teve seu terceiro filho, ao qual deram o nome de Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892).

No ano seguinte, em 1828, estourava mais uma revolta, a Revolta dos Mercenários, como ficou conhecida a rebelião dos batalhões estrangeiros no Rio de Janeiro, e terminava a Guerra da Cisplatina. O Brasil passava por momentos difíceis. Os cofres do Estado estavam vazios a ponto de o Banco do Brasil requerer falência em 1829. A situação torna-se caótica devido às enormes despesas contraídas com empréstimos que foram usados, principalmente, na repressão das guerras e revoltas em que o Império se vira envolvido.

Na escalada do tempo, nasce o quarto filho do casal, Pedro Paulino da Fonseca (1829-1902). Também em 1829, acontece o novo casamento do imperador D. Pedro I, com a princesa alemã Amélia de Leuchtenberg. Em julho de 1830, D. Rosa ingressa na Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Na França, nesse mesmo ano, estourava a Revolução Liberal.

Em 1831, enquanto cuidava dos quatro filhos pequenos, D. Rosa ficava sabendo do acontecimento da *Noite das Garrafadas*, no Rio de Janeiro, como ficou conhecida a insurreição popular e confronto acirrado entre brasileiros e portugueses em março daquele ano, e da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro. Ainda no mesmo ano, nascia seu quinto filho, Hipólito Mendes da Fonseca (1831-1866).

Nessa ocasião, já se faziam ouvir os protestos dos abolicionistas contra a escravidão. O país, que vivia sob forte pressão britânica para extinguir o tráfico negreiro, acabou promulgando a Lei Feijó, que proibia o tráfico de escravos negros, a qual acabou ficando conhecida como “Lei para inglês ver”, pois foi praticamente ignorada por traficantes escravistas, e mesmo pelo Estado. E nesse ambiente social de um Brasil imperialista e escravocrata é que houve a aclamação de D. Pedro II como imperador. Era nesse contexto que D. Rosa e o marido criavam seus cinco filhos.

Como em uma sequência de contas em um rosário, os filhos e as revoltas continuavam a se suceder. Já em 1832, na Bahia, ocorreu a revolta separatista e republicana que passou à história como Federação dos Guanais. Também no mesmo ano, iniciava-se, em Pernambuco e Alagoas, outra insurreição popular, a Cabanada, seguida por outras, no ano de 1833, como a Revolta do Ano da Fumaça, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, e a Revolta das Carrancas, uma insurreição escrava ocorrida no mesmo estado. Nesse ano nasce o sexto filho do casal, que vai se chamar Eduardo Emiliano da Fonseca (1833-1868).

A continuação dos anos turbulentos parecia não ter fim. No ano seguinte, em 1834,

D. Pedro I morre em Lisboa, e uma revolta entre conservadores, que queriam manter o Império, e republicanos estoura em Mato Grosso. Esse conflito passou à história como *A Rusga*. No ano seguinte, 1835, nasce o sétimo filho do casal, João Severiano da Fonseca (1835-1897). Também nesse mesmo ano, acontece em Salvador, na Bahia, a Revolta dos Malês, negros livres e islâmicos que estavam insatisfeitos com a escravidão e a imposição religiosa. Além da Guerra dos Farrapos, ou revolução dos “esfarrapados”, isto é, das camadas pobres, da peonada gaúcha. Também em 1835, iniciava-se a Cabanagem, no Grão-Pará, a única rebelião brasileira em que as camadas inferiores ocuparam o poder.

O ano de 1837 encontra D. Rosa como mãe de sete meninos. O mais velho deles, Hermes, com 12 anos e o mais novo, João, com apenas um ano de idade. Nesse ano, nasce sua primeira filha, Emília Rosa da Fonseca (1837-1887), e na Bahia tem início a Sabinada, uma luta por autonomia política, que ficou restrita às camadas médias urbanas de Salvador e a algumas tropas militares baianas. No Rio de Janeiro, era fundado o Colégio Pedro II, o qual pretendia ser um modelo para a educação do país, mas no mundo de D. Rosa, na longínqua Alagoas, isso era apenas um sonho para uma mãe preocupada em dar a seus filhos uma boa escola.

No ano seguinte, 1838, começa outra revolta, a Balaiada, dessa vez no Maranhão, um movimento eminentemente popular contra os grandes proprietários agrários da região. Um movimento liderado por um vaqueiro, um fabricante de balaios (daí o nome balaiada) e por um chefe de um quilombo, que foi logo reprimido pelas forças militares do governo.

Nesse ano de 1838, seu marido, Manoel Mendes, terminava o primeiro mandato de deputado na condição de suplente. Ainda em 1838, outros fatos marcantes aconteceram o falecimento de José Bonifácio, considerado o Patriarca da Independência e tutor de D. Pedro II, e o fim da Sabinada na Bahia.

Em 1839, enquanto o francês Louis Daguerre tornava pública sua invenção da fotografia, mais tempestades fustigavam o lar de D. Rosa em Alagoas. Em março havia nascido sua segunda filha, Amélia Rosa da Fonseca (1839-1901). Ao mesmo tempo em que cuidava da recém-nascida e de outros oito filhos, ainda teve de se preocupar com as posições políticas do seu marido, que na época era major-comandante e acumulava os cargos de juiz de direito interino e chefe de polícia.

Nos anos entre 1838 e 1840, havia uma grande rivalidade entre as cidades de Alagoas, atual Município de Marechal Deodoro, e a cidade de Maceió. Havia um desejo de se transferir a capital para Maceió, que era mais desenvolvida na época. Houve uma acirrada oposição, e Manoel Mendes, junto com outro correligionário, liderou um movimento de revolta popular, que culminou na prisão do presidente da Província, Dr. Agostinho da Silva Neves, que foi deposto e depois expulso de Alagoas.

Em outubro daquele ano, Manoel Mendes acabou tomando partido e liderando a revolta. A causa da contenda foi a decisão de Silva Neves de cumprir a ordem de transferência da Tesouraria-Geral para a Vila de Maceió. Nos meados de novembro, a revolta foi abortada, Silva Neves retornou e reassumiu o governo, exonerou Manoel Mendes do cargo de juiz, e este se refugiou em Sergipe.

Mendes se apresentou às autoridades militares no início de dezembro. Nesse mesmo mês, foi para o Rio de Janeiro, onde ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz por dez meses. Respondeu a um conselho de guerra e acabou absolvido e posto em liberdade em maio de 1840. Em julho, iniciou-se o 2º Reinado com D. Pedro II assumindo o trono e o governo imperial, após ter tido antecipada sua maioria antes de completar 15 anos de idade. Nesse ano encerra-se a Revolta da Cabanagem. Os ânimos parecem acalmar-se no Norte e Nordeste.

Em 1841, termina a revolta da Balaiada no Maranhão. Acontece a sagrada e a coroação de D. Pedro II. O filho mais velho do casal, Hermes Ernesto, aos 17 anos de idade, assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, matriculando-se depois na Escola Militar da Corte. O segundo filho, Severiano Martins, aos 16 anos, também assentou praça em setembro de 1841. A Família agora já tinha dois filhos militares.

Em 1842, Mendes da Fonseca reformou-se no posto de tenente-coronel e transferiu-se para o Rio de Janeiro com D. Rosa e seus nove filhos; passaram todos a morar junto à Corte. Nesse mesmo ano, estourava a Revolta Liberal, em São Paulo e em Minas Gerais.

A fase da maturidade (1843-1864)

No início de 1843, D. Rosa da Fonseca ainda não tinha completado 41 anos e já tinha nove filhos com idades variando entre os 18 anos de Hermes e os três anos de Amélia, sua segunda filha. Nesse ano, o Imperador D. Pedro II casava-se com D. Teresa Cristina e

assumia no Brasil o poder moderador. O Brasil começava a se firmar tão promissor quanto os impérios europeus. Ainda em 1843, o país teve lançado o seu primeiro selo postal, sendo a segunda nação do mundo a fazê-lo, seguindo a iniciativa pioneira da Inglaterra, em 1840.

Em 1844, mais um motim estoura no Nordeste, “motim do fecha-fecha”, em Pernambuco. Também acontece a Revolta dos Lisos, uma revolta liberal em Alagoas. Nesse conflito, os conservadores eram apelidados de “lisos”, e os liberais, “cabeludos”.

Em setembro de 1845, D. Rosa dá à luz o seu último filho, que é batizado com o mesmo nome do primeiro filho do casal imperial, D. Afonso, nascido em fevereiro daquele ano. Afonso Aurélio da Fonseca (1845-1886) é o único a nascer no Rio de Janeiro. No mesmo ano, seu terceiro filho, Manoel Deodoro, assentava praça no 4º Batalhão de Artilharia a Pé. Portanto, agora, D. Rosa já tinha na família três filhos militares. Nesse ano, após quase uma década, terminava a Revolução Farroupilha.

Em 1847, D. Pedro II, em meio ao luto pela morte de seu filho D. Afonso, dá início ao Parlamentarismo no Brasil. Os motins continuam a acontecer em Pernambuco, dessa vez o “motim do mata, mata marinheiro”, que se acaba estendendo até o ano seguinte de 1848, quando estourou a Revolução Praieira em Pernambuco, uma insurreição liberal e republicana, que se estendeu por dois anos, na qual seu filho Manoel Deodoro foi chamado a participar como soldado na contenção da revolta.

É bem provável que, no meio de tantos conflitos e agora morando em uma cidade bem maior, D. Rosa tenha ouvido falar

da morte de Anita Garibaldi (1821-1849), a heroína catarinense que lutou na Revolução Farroupilha, na Batalha dos Curitibanos e na Batalha de Gianicolo na Itália, onde acabou morrendo em 1849.

Em 1850, os abolicionistas pressionavam, e a Lei Euzébio de Queiroz foi aprovada, proibindo o tráfico negreiro para os portos brasileiros, já que a Lei Feijó não tinha surtido nenhum efeito prático. Somente nos últimos quatro anos, entre 1846 e 1849, mais de 220 mil escravos tinham sido importados para o Brasil. Também nesse ano, foi promulgada a Lei de Terras, pela qual ficava estabelecido que as terras públicas só pudessem ser adquiridas através de compra, e, ainda, a criação da Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará. A situação do Brasil independente continuava turbulenta.

A década de 1850 foi pontuada por conflitos. Além das já citadas *guerras contra Oribe e Rosas* e a Guerra da Crimeia, aconteceram a Revolta do “Ronco da Abelha”, na Paraíba, iniciada em 1851, e o Levante dos Maribondos, em 1852, em Pernambuco.

Em 1852, a telegrafia elétrica iniciava-se no Brasil, e uma ligação oficial, considerada como a primeira, entre o quartel-general do Exército e a Quinta da Boa Vista foi instalada. O progresso acontecia em meio a tantos acontecimentos, que se parecia estar vivendo em um mundo de loucos, tamanho era o número de conflitos que, vez por outra, estouravam em alguma parte. Enquanto isso, a sociedade cobrava maior atenção aos diagnosticados como loucos. No final daquele ano, o imperador inaugurava, no Rio de Janeiro, o Hospício D. Pedro II, localizado na praia da saudade, no atual bairro da Urca.

Em 1853, o filho mais velho, Hermes Ernesto, casa-se, o que abria uma expectativa de o casal Fonseca ganhar netos em breve. D. Rosa faleceu sem saber que muitos anos depois, um deles, filho de Hermes, se tornaria presidente do Brasil.

Os anos passavam, os conflitos aconteciam, mas o Brasil também progredia. Em 1854, no Rio de Janeiro, era inaugurada a instalação da iluminação a gás. Foi também inaugurada a primeira ferrovia do Brasil, a Estrada de Ferro Mauá, ligando o Porto de Mauá (na parte posterior da Baía da Guanabara) à localidade de Fragoso, e que depois se estenderia até Inhomirim, na raiz da serra na direção de Petrópolis. A estrada de Mauá teve importância política, mas o império estava mais interessado na ligação entre o Rio e São Paulo. Em 1855, começaram as obras da Estrada de Ferro Dom Pedro II, um trecho de 48km do Rio até Queimados, hoje município da Baixada Fluminense.

No ano seguinte, 1856, mais uma revolta, dessa vez em São Paulo, na Fazenda Ibicaba, a Revolta dos Parceiros. As dificuldades enfrentadas pelos colonos na adaptação ao clima e culturas locais, aliadas à subordinação econômica aos fazendeiros, por não conseguirem saldar suas dívidas baseadas numa contabilidade questionável, criou uma crise que, culminou na insurreição dos imigrantes europeus,

Em 1857, foi instalada uma linha de telégrafo ligando a Praia da Saúde e a cidade de Petrópolis, com extensão de 50 quilômetros. Também em 1857, José de Alencar publicava o romance indianista *O Guarani*. Apesar de haver alguém se dedicando a escrever romances, os conflitos continuavam.

No ano seguinte, em 1858, mais um “motim da carne sem osso”, uma insurreição popular na Bahia. E, no Rio de Janeiro, a Cia. Estrada de Ferro D. Pedro II era inaugurada com a abertura de uma linha que ligava a Corte a Queimados, atravessando a serra do Mar.

Em agosto de 1859, seu marido, Manoel Mendes da Fonseca, faleceu aos 74 anos de idade, deixando os filhos já adultos, exceto o mais novo, Afonso Aurélio, que na ocasião estava com 13 anos de idade. Três filhos eram capitães de Artilharia e, outros três, oficiais subalternos, um médico, uma filha casada e a outra ainda solteira. A ele foi prestada uma homenagem pelo povo alagoano; seu nome foi dado a uma rua, no centro de Maceió.

Em dezembro de 1860, começava a circular no Rio de Janeiro a revista *Semana Illustrada*, um periódico que se celebrizou pela ênfase à sátira dos costumes, atingindo todas as classes sociais daquela época. D. Pedro II tolerava a liberdade de expressão e não se opunha a liberdade de imprensa. A revista circulou até abril de 1876.

Em 1861, Vittorio Emanuele II, soberano de Piemonte-Sardenha, é proclamado rei da Itália, e no mesmo ano teve início a já mencionada Guerra da Secesão americana. No Brasil, finalmente era tempo de calmaria e, naqueles poucos seis anos, de 1859 a 1864, em que o país não se viu envolvido em um conflito, talvez D. Rosa tenha tido tempo para ler as sátiras na *Semana Illustrada*, ou algum livro, como o romance *Lucíola* de José de Alencar, lançado no ano de 1862.

No âmbito da escravatura, o abolicionismo começava a tomar medidas práticas. Nos Estados Unidos, em 1863, ainda em plena guerra civil, o presidente Abraham Lin-

coln emitia a Proclamação de Emancipação dos escravos, que valia para todo o território rebelde Confederado. Essa medida abriu caminho para a abolição total da escravidão no território americano.

Em outubro de 1864, boa parte da população brasileira acompanhou a notícia do casamento da princesa imperial Isabel de Bragança (1846-1921) com o príncipe francês, Gastão de Orléans, o conde d'Eu (1842-1922) e, em dezembro, o casamento da princesa Leopoldina com o duque de Saxe. Em dezembro deste ano, o líder paraguaio Solano López aprisionava o vapor brasileiro Marquês de Olinda, invadiu Mato Grosso e declarava guerra ao Brasil.

Ainda em 1864, iniciava-se guerra contra Aguirre, um conflito que opunha o Brasil e rebeldes uruguaios contra o Uruguai. O Brasil, com o apoio das tropas coloradas de Venâncio Flores, derrubou Aguirre. Flores assumiu a Presidência do Uruguai e se comprometeu a lutar ao lado do Brasil contra o Paraguai. Nesse mesmo ano, em dezembro, pelos motivos descritos acima, começou a mais sangrenta batalha que o Brasil viria a confrontar, a Guerra do Paraguai, que causaria muito sofrimento para D. Rosa da Fonseca.

Anos de inquietude e sofrimento (1865-1873)

Em abril de 1865 a Guerra Civil americana terminava, e o mundo ficava chocado com a notícia da morte do presidente americano Abraham Lincoln, assassinado uma semana após o término do conflito. Ainda no contexto do final da guerra, acontece a Liber-

tação total dos escravos nos Estados Unidos. A escravidão acabou se tornando ilegal nos Estados Unidos através da aprovação da 13^a Emenda Constitucional em 1865.

No Brasil, em janeiro deste ano, é criado o corpo de Voluntários da Pátria, que visava atrair soldados para lutarem na Guerra do Paraguai. Notícias vindas da frente de batalha também alarmavam a todos. O conflito começava a se acirrar, e D. Rosa tinha razão para se preocupar, afinal, sete de seus oito filhos homens acabariam mais cedo ou mais tarde engajados na contenda.

A edição de 20 de agosto de 1865 da revista *Semana Illustrada* trouxe um soneto sem registro de autoria, que muitos atribuem como sendo de D. Rosa da Fonseca. É muito provável que seja. Provavelmente dedicado ao filho mais novo, Afonso Aurélio, alferes do 34º Batalhão dos Voluntários da Pátria, considerando a pista deixada por quem o escreveu no nono verso da estrofe, “És o sétimo, o último”. Subentende-se uma clara alusão da mãe ao seu filho que naquele momento também se juntaria aos outros seis irmãos nos campos de batalha:

És o sétimo, o último. Minh'alma,
Vai toda aí, convosco repartida
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma...

Em setembro de 1866, o Brasil se via totalmente envolvido na Guerra do Paraguai, que já durava quase dois anos, e precisava de homens para lutar. O imperador D. Pedro II, seguindo o exemplo dos governos das repúblicas do Rio da Prata, o Colorado, de Rivera, em 1842 e o Blanco, do Cerrito de Manuel Oribe, em 1846, que libertaram escravos para o propósito de uso como força militar, aprovou a Lei Nº 3.725 de 6 novembro de 1866,

que libertava os escravos que servissem no exército contra o Paraguai.

Houve um grande incentivo governamental para levar o maior número de ex-escravos à guerra. Os cativos também podiam ser dados em substituição àqueles que queriam evadir-se do serviço militar. Muitas famílias usaram deste artifício para livrarem seus filhos de irem para os campos de batalha.

A guerra, que teve início no final de 1864, após a invasão paraguaia de áreas que faziam parte da Província do Mato Grosso, já começava a cobrar seu preço em vidas e em sofrimento de homens e mulheres envolvidos direta ou indiretamente no conflito. As mulheres padeciam de um tormento oculto, velado, nem sempre percebido pelos observadores que cobriam o evento, já que essas eram personagens secundárias no teatro de guerra. Entre essas mulheres, havia uma mãe amargando o terrível sofrimento da perda de dois de seus filhos. O nome dela era Rosa Maria Paulina da Fonseca.

Mães, esposas, prostitutas, viúvas, enfermeiras, soldadas, andarilhas, vivandeiras, prisioneiras, escravas. As mulheres desempenharam os mais diferentes papéis durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Presentes nos quatro exércitos envolvidos na batalha — brasileiro, argentino, paraguaio e uruguai —, elas se tornaram indispensáveis ao garantir a realização de vários serviços necessários para o funcionamento de um exército em campanha: socorriam feridos, cuidavam das crianças, da alimentação, das roupas e comercializavam os produtos vendidos às tropas. Muitas outras sofreram com a violência em suas regiões e dentro de seus lares. Tiveram que lidar com graves provações físicas e psicológicas, mostrando resistência e inventividade. (DOURADO, 2015)

Na ocasião, matriarca de uma família de militares, D. Rosa da Fonseca tinha com o que se preocupar. Quisera o destino que sete deles acabassem por servir nas forças brasileiras envolvidas no conflito. Com os filhos servindo nas fileiras das frentes de batalha, é de se supor que a apreensão materna pela perda de um filho já fosse tormento mais do que suficiente para uma mãe nessas circunstâncias. Quando percebeu que o inevitável aconteceria, ela mesma, constrita em sua condição de mãe, os incentivou ao cumprimento do dever: “Vão, meus filhos. Vão morrer, se for necessário. A Pátria exige de vocês esse sacrifício. A Pátria é uma segunda mãe”⁶.

Dos oito filhos homens, apenas um não foi engrossar as fileiras na guerra, Pedro Paulino, seu quarto filho, que já era tenente reformado na época. Os outros sete eram: Hermes Ernesto, Severiano Martins, Manoel Deodoro, Hipólito Mendes, Eduardo Emiliano, João Severiano e Afonso Aurélio.

O Tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil, foi assinado em 1/5/1865, já com o conflito iniciado no final de 1864. Na data do Tratado, os filhos de D. Rosa da Fonseca tinham as seguintes idades: Hermes, o mais velho ainda não havia completado 41 anos, Severiano já estava com 40, Deodoro com 37, Pedro com 35, Hipólito com 33, Eduardo com 31, João com 29 e o mais novo, Afonso, com apenas 20 anos de idade.

As razões para tanta dor vieram após a sangrenta Batalha de Curuzu, ocorrida entre os dias 1º e 3 de setembro de 1866. Nela tombou em combate seu filho mais jovem, Afonso Aurélio, aos 20 anos de idade, Alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, atingido quando galgava as muralhas daquela fortifi-

cação. Poucos dias depois, em 22 de setembro de 1866, durante a sangrenta Batalha de Curupaity, outro de seus filhos, o capitão de Infantaria Hipólito Mendes, com 35 anos de idade, também perdia a vida heroicamente.

Mas o que era uma constante preocupação acabou por se tornar realidade quando, dois anos depois, em 6 de dezembro de 1868, na célebre Batalha de Itororó, considerada por muitos historiadores como as “Termópilas paraguaias”⁷, a primeira das batalhas da “Dezembrada”⁸, outro de seus filhos sucumbe ante o fogo inimigo, o major de Infantaria Eduardo Emiliano, na ocasião com 35 anos.

Nessa mesma batalha, dois outros filhos, Hermes Ernesto, com 44 anos e Manoel Deodoro, com 41 anos, foram gravemente feridos.

A história está repleta de registros de relatos de mães que perderam um ou mais filhos nos campos de batalhas. Até aquele momento, D. Rosa da Fonseca havia perdido três deles e imaginava o risco de ver outros de seus amados incluídos nos registros de morte no campo de batalha.

D. Rosa amargava sua dor de forma resignada como fosse seu dever fazê-lo em nome da Pátria. Durante as comemorações pela vitória em Itororó, ao ser informada da morte de Eduardo e da situação de Hermes e Manuel, teria dito: “Sei o que houve. Talvez até Deodoro esteja morto, mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã, chorarei a morte deles” (citado no *site* do Exército Brasileiro em: www.eb.mil.br/patronymos/).

No início de 1868, Caxias assume o comando das tropas aliadas no Paraguai e, enquanto isso aqui no Brasil, se iniciou a Revolta dos Muckers, como ficou conhecida a insurreição popular messiânica no Rio Grande do

Sul. Em 1870, após a morte de Solano López, a Guerra do Paraguai terminaria a um custo estimado da vida de 50.000 brasileiros.

Longe de um cenário tão cruel, o maestro Carlos Gomes apresentava no teatro Alla Scala de Milão, na Itália, a sua ópera *O Guarani*, baseada no romance de José de Alencar. Nesse ano aconteceu a unificação italiana, com a integração dos diversos estados e reinos da península itálica. A Itália agora estava consolidada com a conquista definitiva de Roma.

O ditador paraguaio Solano López foi morto em Cerro Corá. A morte do líder paraguaio encerrou o conflito e, a partir daí, com o fim da guerra, o eixo econômico do país começa a se deslocar do Nordeste para o Sudeste. O café torna-se o principal produto agrícola de exportação do país, superando o açúcar, o tabaco, o algodão e o cacau.

Em dezembro, surge o Manifesto Republicano na primeira edição do jornal carioca *A Republica*, que pregava a extinção do Senado vitalício, do Conselho de Estado e do Poder Moderador, a separação entre Igreja e Estado, eleições diretas e instalação de um regime republicano federativo que asseguraria a autonomia das Províncias. O documento assinado por homens como Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Rangel Pestana e Quintino Bocaiúva propunha que a República fosse a forma de governo compatível com a política dominante no continente americano.

No ano seguinte, mais precisamente em setembro de 1871, a princesa Isabel, sancionou a Lei do Ventre Livre, de autoria do primeiro-ministro visconde do Rio Branco. Essa Lei em nada favoreceu o negro. Na verdade, ela não passou de uma cínica mano-

bra parlamentar para diminuir o ímpeto da campanha abolicionista e retardar a abolição definitiva. A lei declarava de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem a partir da data de promulgação daquela lei entre outras providências.

Em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento no Brasil, e D. Rosa da Fonseca, já bem idosa, com seus 70 anos de idade, com toda a certeza tomou parte dele. Ela morreria no dia 11 de julho do ano seguinte e não deve ter tido conhecimento da convenção partidária acontecida na cidade de Itu, oito dias antes, em São Paulo, na qual foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP), um dos embriões da causa republicana.

A partir desse momento, o movimento republicano começou a ganhar força, apoiado no poder econômico dos cafeicultores e na ação de estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo. No entanto, o novo partido não se comprometia abertamente com a luta contra a escravidão. D. Rosa da Fonseca, não poderia nunca imaginar que, 16 anos mais tarde, um dos seus filhos seria a figura principal desse movimento que culminaria na Proclamação da República no Brasil.

Na manhã de 11 de julho de 1873, no sobrado onde residia, na Rua da Ajuda, no Centro do Rio de Janeiro, D. Rosa da Fonseca faleceu em decorrência de uma pneumonia, deixando inconsoláveis seus cinco filhos, as duas filhas, amigos e demais parentes. Foi sepultada no cemitério de São Francisco Xavier. Em 20 de agosto de 1979, em ceremonial fúnebre, com a presença de militares e cerca de 40 descendentes do fun-

dador da República, marechal Deodoro da Fonseca; os restos mortais de D. Rosa foram transladados para o túmulo monumental de Deodoro, também no cemitério de São Francisco Xavier.

Uma dor maior que a do parto

Se perguntarmos a qualquer mãe que já perdesse um filho, quaisquer que tenham sido as circunstâncias em que isso ocorreu, se a dor mais doída é a do parto ou a da morte de um filho, ela responderá que a primeira é dor infinitamente menor, porquanto é dor física, biológica, natural e passageira, enquanto a dor sentida pela perda de um fruto de seu ventre é dor perene, metafísica que transcende a experiência sensível. É dor psicológica que não passa nunca e que jamais se esquece. É um incômodo que fustiga a alma e nela permanece até que outra morte venha. A morte da própria mãe.

Por ser uma dor difícil de ser mensurada, exceto por aquelas pessoas que tiveram a infelicidade de senti-la, é difícil de expressá-la de forma visível e contundente. O drama das mães que perderem seus filhos nos campos de batalha é antigo. Pesquisas históricas mostram outros casos de mães que também tiveram filhos mortos em guerras e revoltas. Esse fato, embora triste e dramático, não é incomum em tempos de conflitos, como foi o caso de D. Maria de Souza, que também teve três de seus filhos mortos lutando por uma causa que ela julgava patriótica, durante a guerra contra os holandeses na Província de Alagoas em 1633.

Os registros dos exércitos estão cheios de histórias desse luto. Durante a 2^a Gran-

de Guerra, houve uma mãe americana, Mrs. Alleta Sullivan, que perdeu de uma só vez, cinco de seus filhos⁹. Todos serviam embarcados em um cruzador, USS JUNEAU, que foi torpedeado por um submarino japonês no teatro de operações em Guadalcanal, nas ilhas Salomão, em 13 de novembro de 1942.

Há o caso também que envolve uma viúva americana, contemporânea de D. Rosa da Fonseca, chamada Mrs. Lydia Bixby (1801-1878), que perdeu cinco filhos para a guerra civil. O caso ficou famoso pelo envolvimento do presidente americano Abraham Lincoln (1809-1865), o qual lhe escreveu uma carta de condolências que continha um parágrafo que resume bem a relação da dor da perda de filhos e a causa tão nobre de lutar pela Pátria:

I pray that our Heavenly Father may assuage the anguish of your bereavement, and leave you only the cherished memory of the loved and lost, and the solemn pride that must be yours to have laid so costly a sacrifice upon the altar of freedom.

Podemos traduzi-lo de forma livre como:

Rezo para que nosso Pai Celestial possa amenizar a angústia de seu luto e deixar-lhe apenas a memória caridosa da perda de seus amados filhos e o orgulho solene que deve sentir por tê-los deixado com tamanho sacrifício sobre o altar da liberdade.

No caso de D. Rosa da Fonseca, existem diversos relatos de historiadores procurando enfatizar a dor que sentia aquela mãe enlutada.

Conta-se também que, ao receber o Oficial que lhe apresentaria os pésames em nome do Imperador, respondeu que: “a vitória que a

Pátria alcançava, e que todos tinham ido defender, valia muito mais que a vida de seus filhos". (citado no *site* do Exército Brasileiro)

Ou ainda o fragmento de texto do artigo *A família mais patriótica do Brasil é alagoana*, por Fabio Lins Lessa, que nos relata:

Conta-se que, enquanto se comemorava a vitória de Itororó com grandes manifestações públicas no Rio de Janeiro, Rosa recebia o boletim com a notícia da morte dos filhos. Nem por isso deixou de homenagear as tropas, estampando a bandeira nacional em uma das janelas de sua casa. E quando pessoas amigas chegaram para lhe dar os pêsames, teria afirmado: Sei o que houve, talvez até Deodoro mesmo esteja morto. Mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã chorarei a morte deles. E de fato chorou por três dias, fechada em seu quarto. (LESSA, 2014)¹⁰

É Rocha (2015) quem complementa as citações relacionadas à D. Rosa da Fonseca, quando fala sobre o patriarca da família, o senhor Manoel Mendes da Fonseca:

Quando se tentou falar de paz com o ditador do Paraguai, a abnegada e patriota Dona Rosa dizia aos amigos: Prefiro não ver mais meus filhos; que fiquem todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa no campo de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria.¹¹

No mesmo artigo, Rocha também nos traz o registro que confirma o que já foi dito acima por Lessa sobre o patriotismo de D. Rosa da Fonseca, quando, sob o luto pela morte de seus filhos, recebe em sua residência o oficial que lhe trazia os pêsames em nome do imperador Pedro II.

Ao chegar à casa de D. Rosa da Fonseca um oficial, em nome do Imperador, para apresentar pêsames à nobre senhora, ficou admirado, pois a senhora o recebeu calma e impassível e com a casa embandeirada e iluminada. A nobre senhora respondeu ao oficial que "a vitória que a pátria alcançara valia muito mais que a vida de seus filhos". O oficial curvou-se e, comovido, beijou a mão daquela excelsa senhora, que lhe parecia à encarnação da própria Pátria.

Há registro de que D. Rosa da Fonseca era uma pessoa bastante religiosa. Como já mencionado, ela era dedicada à Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, e talvez essa sua devoção tenha lhe permitido conviver com os momentos de angústia e dor confortada por sua inabalável fé na mãe de Cristo, quando chorava a morte de seu filho Jesus.

Considerações Finais

Após percorrermos a trajetória da vida de D. Rosa da Fonseca, podemos destacar três grandes temas: o primeiro deles, a época conflituosa em que ela viveu, o segundo, sua dedicação à família e, por fim, o seu espírito cívico e patriótico.

Quanto ao primeiro, há que se ressaltar que durante os anos de 1802 e 1873, aconteceram pelo menos nove guerras e duas invasões militares internacionais, três revoluções nacionais, quatorze revoltas internas, três insurreições populares, três motins e dois levantes, apenas para citar os conflitos aqui mencionados. Somem-se a isso alguns fatos marcantes, como o

envolvimento do próprio marido em uma revolta, o engajamento dos filhos em uma guerra sangrenta, a fase de transição do Primeiro para o Segundo Império e o movimento abolicionista clamando pelo fim da escravatura. Toda uma ambiência de conflitos de interesses, clamores sociais, que, na maioria das vezes, se tornavam beligerantes, tornando os militares participantes ativos dos acontecimentos.

O segundo ponto tem a ver com o primeiro. Leva-nos a imaginar que, em um ambiente em que tantos conflitos aconteciam, uma mãe pudesse criar oito de seus filhos com carinho e amor, sabendo que, a qualquer momento, os desígnios da vida pudessem levá-los ao necessário cumprimento do dever pátrio e ainda assim fazê-los homens dignos, íntegros e honrados. Afinal, ela era casada com um militar, mãe de filhos que, por tradição e costume, seguiram a carreira do pai e haviam de zelar pelo brio, a retidão e seriedade no exercício de suas obrigações.

O terceiro ponto se liga aos dois anteriores pela razão primária de que D. Rosa da Fonseca, sabedora de pertencer a uma família com tradição militar e consciente do momento político-social em que vivia, vivenciando o dia a dia dos acontecimentos, via-se na necessidade de incutir valores de civismo e patriotismo aos seus filhos. Compreendia que, como militares, seus filhos teriam de ter como essência a pureza do caráter e a sóbria honestidade, se quisessem ser respeitados como tais.

Hoje, ao lançarmos um olhar para sua trajetória de vida, achamos mais do que justifica a homenagem de tê-la como Patrona da

Família Militar, pela dignidade e desprendimento de suas atitudes, reconhecendo-a como uma mulher modesta, que conseguiu criar seus filhos com decência, incutindo neles a marca do decoro, a correção e a lealdade à pátria que serviam. Um título legítimo e procedente, amparado pelas firmes atitudes de D. Rosa, que, na condição de mãe de militares, vulneráveis que estavam às circunstâncias cruéis de uma guerra, em nenhum momento se furtou a incentivá-los ao cumprimento do dever.

Um comportamento que nos leva a comparar o amor materno ao amor pátrio, a olhar a figura da mãe como simbolismo da mãe pátria, aquela que fez sublimar a dor de luto da morte de seus filhos e enaltecer o merecimento dos mesmos pelos sacrifícios que fizeram pelo Brasil.

Merece enaltecer que, da árvore Mendes da Fonseca, além das duas filhas, nasceram homens honrados, que, na condição de soldados, galgaram altos postos e se destacaram em suas carreiras militares. O legado materno pode ser traduzido pelos frutos que tornam a Família Militar orgulhosa e honrada: o marechal do Exército Hermes Ernesto, o marechal de campo Severiano Martins, o marechal do Exército, generalíssimo de Terra e Mar Manoel Deodoro, proclamador da República e primeiro presidente republicano do Brasil, o tenente reformado do Exército e coronel honorário do Exército Pedro Paulino, o capitão de Infantaria do Exército Hipólito Mendes, o major de Infantaria Eduardo Emiliano, o doutor em medicina, médico militar e literato João Severiano, patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro

e o alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria Afonso Aurélio.

Além desses, um de seus netos, o marechal do Exército Hermes Rodrigues,

que foi o 8º presidente do Brasil, e outros oficiais militares também souberam honrar a carreira e a tradição militar de seus antepassados. 

Referências

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão Entre a Guerra e a Abolição: O Impacto das Fugas e os Pedidos de Extradução de Escravos nas Fronteiras Platinas (Décadas de 1840)**. 2013. Tese de Doutorado em Historia Social da Cultura pelo CECULT/UNICAMP, Campinas.

Semana Ilustrada. História de uma inovação editorial. Rio de Janeiro: Cadernos da Comunicação. Série Memória nº 18 - Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. PORTARIA Nº 650, de 10 de junho de 2016 do Comandante do Exército. Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar.

BRASIL. PORTARIA Nº 255-EME, de 4 de julho de 2016 do Chefe do Estado-Maior do Exército. Aprova a Diretriz para a implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições do Exército.

BRITO, Alina de. **Mulheres Brasileiras:** homenagem à Escola Rosa da Fonseca. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**, perfis brasileiros. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 2007.

COSTA, Craveiro. **Santa Luzia do Norte, onde os holandeses foram derrotados**. Publicado em 15/10/2015 em Memória Urbana. Disponível em: <www.historiadealagoas.com.br/>. Acesso em 13/10/2016.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Sofrimento Invisível**. Disponível em <tokdehistoria.com.br/tag/maria-teresa-garritano-dourado>. Acesso em 28/09/2016.

EISENBERG, Peter Louis. **Guerra civil americana**. 5ª edição. Série: Tudo é história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ENGEL, Magali Gouveia. **Um palácio para guardar doidos**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 1, Nº 2, agosto de 2005.

FAMILIA DE HEROES – Uma heroína digna de uma estátua – Um tipo de virtudes não comuns. Rio de Janeiro: Jornal O PAIZ, Fac-símile da pág. 5, Edição de terça-feira, 25/10/1910, arquivo edição 09516 da Biblioteca Nacional.

FERRER, Francisca Carla Santos. **Entre a Liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil: Estratégias e Resistência dos Escravos na Cidade de Jaguarão entre 1865 e 1888**. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2011.

-
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 36^a edição, 1994.
- JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos, a Consolidação da Nação**. Série: repensando a história. São Paulo: Contexto, 2001.
- LESSA, Fabio Lins. Artigo: **A família mais patriótica do Brasil é Alagoana**. Disponível em <cul-turaeviagem.wordpress.com/2014/10/25/a-familia-mais-patriotica-do-brasil-e-alagoana/>. Acesso em 10/10/2016.
- LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora TOPBOOKS, 4^a edição, 2006.
- LIMA, Vivi de Fernandes de. **Ferroviás**: do charme ao pesadelo. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 5, Nº 53, fevereiro de 2010.
- LICOLN, Abraham. **Letter to Mrs Bixby**. Abraham Lincoln Online. Speeches and writings. Disponível em <www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/bixby>. Acesso em 09/10/2016.
- LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I - Um Herói sem nenhum caráter, série: perfis brasileiros. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1^a reimpressão, 2006.
- NARLOCH, Leandro. **Dossiê Guerra do Paraguai**. Revista Grandes Guerras. São Paulo: Editora Abril, Edição 10, março de 2010.
- NUNES, Antonieta d'Aguiar. **Hermes Ernesto da Fonseca**: Irmão do Proclamador da República, Governador da Bahia e sua Política Educacional. Campinas: FACED/UFBA - Revista HISTEDBR On-line, n.28, p.287-301, dez. 2007.
- PAMPLONA, Marco A. **Direitos suados e lembrados**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 6, Nº 66, março de 2011.
- ROCHA, José Maria Tenório. **Manoel Mendes da Fonseca**. *Memórias Legislativas*. 15 de março de 1998. Disponível em <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html> Acesso em: 18/10/2016.
- SILVA, Alberto Martins da. Rosa da Fonseca e seus filhos. Distrito Federal: Editora Athalaia, 2013.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 1^a edição, 1997.
- SOUZA, Maria Regina Santos. **Licença para matar**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 6, Nº 66, março de 2011.
- SENA Ernesto. **Deodoro** – Subsídios para a História. Brasília, Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 1999.

THOMÉ, Clarissa. Artigo: publicado no Jornal O Estado de São Paulo em 24/4/2016.

VAS, Braz Batista. **Guerra do Paraguai**: a saída de Caxias, a indicação do Conde d’Eu e suas repercussões (1868-1870). São Paulo: publicado em Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho de 2011.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O autor optou pela grafia do nome Manoel com a letra “o”. Alguns autores costumam usar a grafia portuguesa de Manuel com “u”, ao invés da grafia brasileira mais comum, de Manoel com “o”. Isso vale também para o nome do terceiro filho de D. Rosa da Fonseca, Manoel Deodoro. Existem registros convincentes de que tanto o bisavô como seu avô se chamavam Manoel.

² Alguns autores e pesquisadores atribuem o mês de setembro como o mês de seu nascimento.

³ Não há dúvidas de que D. Rosa da Fonseca era alagoana. No *site* da prefeitura de Marechal Deodoro-AL, consta o seu local de nascimento (ver: www.marechaldeodoro.al.gov.br). Nesse mesmo *site*, consta que Manoel Mendes, seu marido, também era alagoano de Anadia e não pernambucano, como muitos autores sugerem.

⁴ Este seria o verdadeiro nome do Pai de D. Rosa da Fonseca e não José de Carvalho Pedrosa, segundo o relato de Davi Rodrigues de Sena, tetrano de José de Carvalho Pedrosa. Ver Referências em: <www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Rosa_da_Fonseca>.

⁵ Termo aplicado no linguajar das casernas que significa “alistar-se no Exército”, oriundo de assentar-se na “praça de armas”, um termo que caiu em desuso com o passar do tempo.

⁶ Jornal O PAIZ, p. 05, de 23 de outubro de 1910.

⁷ Uma alusão à épica batalha ocorrida na Grécia antiga no ano de 480 A.C., na qual o Império Persa atacou os Gregos (Espartanos) no desfiladeiro das Termópilas.

⁸ Nome pelo qual ficou conhecido o conjunto de batalhas (Itororó, Avaí, Lomas, Valentinas e Angostura) vencidas por Caxias ocorridas em dezembro de 1868.

⁹ Albert Leo, Francis Henry, George Thomas, Joseph Eugene e Madison Abel eram irmãos. Oriundos de Waterloo, no Estado de Iowa – EUA, estavam servindo no mesmo navio na época. No momento do afundamento, o JUNEAU estava com quase 700 homens a bordo, dos quais somente 115 sobreviveram; desses, 10 morreram em consequência dos ferimentos.

¹⁰ Página eletrônica do sítio: culturaeviagem.wordpress.com/2014/10/25/a-familia-mais-patriotica-do-brasil-e-alagoana

¹¹ Página eletrônica do sítio <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html>.

O legado de dona Rosa da Fonseca

“Os que, com o sacrifício da própria vida, ofertei à pátria”

*Álvaro Alves**

Introdução

Nas palavras de Karine Chacon¹ abai xo, são sintetizados os anseios e angústias que são comuns no seio da Família Militar, aqui no texto explorado do ponto de vista da mulher:

Eu não era a única esposa de militar que havia aceitado morar naquelas condições precárias, sem um mínimo de conforto, para acompanhar o marido em sua missão de servir à Pátria. Uma realidade pouco conhecida. Afinal, normalmente escuta-se falar da bravura dos guerreiros de selva, esquece-se das guerreiras que estiveram na retaguarda durante toda a luta. O que muitos não sabem é que a maioria delas se envolve em atividades em prol das comunidades carentes das regiões brasileiras, que elas têm uma luta diária, um árduo trabalho voluntário de amor ao próximo por onde passam e que elas também representam, de maneira significativa, a Pátria brasileira.²

A autora do depoimento acima simboliza o pensamento de algumas esposas de militares, aquelas que são as responsáveis pelo devido apoio e amparo no ambiente familiar militar, tendo em vista que, na maior parte do

tempo, são elas que asseguram a serenidade e a estabilidade do lar.

Da mesma forma, resta-nos entender, no limiar do século XXI, em cujo tempo as facilidades são bem maiores, qual seria a vida e a dificuldade de uma família militar no século XIX, sem, no entanto, nos embrenharmos nos perigos do “anacronismo histórico”. Tentamos compreender o papel e o lugar da mulher naquele contexto de época e assim procurar transportar para os nossos dias o grande sacrifício de nossa homenageada, Rosa da Fonseca³, e, nesse contexto, apresentar um novo olhar da sociedade para o legado que esta mulher do século XIX trouxe para o nosso cotidiano e sua contribuição para a Pátria que temos nos dias de hoje.

Nosso trabalho resume-se em mostrar o “sacrifício de sangue” que dona Rosa da Fonseca fez para a Pátria, ao educar seus bravos filhos a serem dignos do serviço da Pátria.

Rosa da Fonseca — mulher do século XIX

No contexto do século XIX, a mulher estava colocada em segundo plano; mesmo que isto acontecesse de forma velada, essa era

* STen do Exército Brasileiro, historiador e pesquisador do Arquivo Histórico do Exército, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ).

a realidade do sexo feminino.

Portanto, Rosa da Fonseca era uma personagem dessa época, e acreditamos que tenha passado por todas as dificuldades e incertezas que rondavam o universo feminino, também pelas esperanças de um futuro que pudesse mudar a realidade de vida.

Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti nasceu em 18 de outubro de 1802⁴, em Anadia, Alagoas; uma mulher nordestina, inserida no contexto do sertão nordestino.

Segundo Falci⁵, a sociedade nordestina do século XIX era fundamentada no patriarcalismo, altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre brancos e caboclos.

Ainda segundo a autora, a hierarquização entre as mulheres podia ser da seguinte forma:

a senhora, a dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida ser “pipira” ou “cunhã” ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão.⁶

Dona Rosa da Fonseca estava inserida nesse contexto de época, nesta práxis.

Uma característica bem marcante da mulher nordestina e que é relatada por diversos autores pode ser notada em uma das poucas representações de dona Rosa da Fonseca, em um possível “daguerreótipo”⁷, publicado no livro *Rosa da Fonseca e seus filhos*⁸. Na representação, pode-se notar a postura,

o posicionamento do corpo e das mãos, a fisionomia austera e forte, o vestido de mangas compridas mostrando o recato, um dos valores cultivados à época, todos esses, traços que com certeza foram transmitidos à sua digna prole.

A preocupação do casamento das filhas era constante, como nos relata novamente Falci:

No sertão, a preocupação com o casamento das filhas moças foi uma constante. É verdade que muitas mulheres não se casaram, entre outras razões por dificuldades de encontrar parceiros à altura, problemas de herança e dote, mas tão logo passadas as “primeiras regras” (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaixinhamento da jovem para o matrimônio.⁹

Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti casou-se com Manuel Mendes da Fonseca, militar, passando a usar o nome de Rosa Maria Paulina da Fonseca. Como podemos constatar, a mesma casou-se antes dos 25 anos, uma idade considerada limite para o casamento no século XIX, em que era costume o preparo a partir dos 12 anos.

É notório em nossa historiografia sobre a mulher que, no Nordeste, bem como em outras regiões do Brasil, as atividades femininas eram bastante diversificadas, mas, de um modo geral, bem controladas e rotineiras.

Segundo Falci¹⁰, as mulheres eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas “prendas domésticas” — orientar filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar.

Como sabemos, historicamente o soldo dos militares nunca foi de grandes propor-

ções, o orçamento da família militar sempre foi apertado, o que não poderia ser diferente no caso da família Fonseca. Esse fato nos leva a crer que dona Rosa, assim como outras mulheres não abastadas de sua época, teve de usar de sua criatividade para ajudar no sustento do lar.

Como nos relata Falci¹¹, as mulheres menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo; dessa forma, ajudavam no sustento e na educação da prole que, por muitas vezes, era enorme.

Assim, procuramos traçar um perfil da mulher Rosa da Fonseca, uma mulher do seu tempo. Seria tarefa difícil mostrar tudo sobre a mulher desse período nestas poucas linhas, mas é de extrema importância destacar que dona Rosa da Fonseca não pode ser considerada como uma mulher além de seu tempo. Seria indigno e cruel a colocarmos nessa comparação. Dona Rosa da Fonseca, uma mulher do século XIX, encaixada nas regras e obrigações daquela época, viveu e morreu dentro do contexto de seu tempo.

Os que ofertei à Pátria

O juramento do soldado é bem sistemático no que diz respeito à situação de vida ou morte que ronda permanentemente o militar, como bem explicitado a seguir:

Incorporando-me (à Marinha do Brasil; ao Exército Brasileiro; ou à Força Aérea Brasileira), prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afecção os irmãos de armas,

e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja Honra, Integridade, e Instituições, **defenderei com o sacrifício da própria vida.**¹²

Em uma de suas partes mais importantes, o juramento do soldado nos coloca diante de um grande e importante dilema “...**defenderei com o sacrifício da própria vida**”. (grifo nosso). Essa frase ecoa por muitas vezes na cabeça dos soldados e possivelmente reflete nas mentes e indagações da Família Militar: “que missão possa ser tão nobre capaz de colocar a vida como um de seus preceitos de continuidade?”.

Pois bem, foi com este sentimento de defesa da Pátria que dona Rosa teve de conviver por toda a sua vida, a apresentar sete filhos à guerra, ao ter a dor de ofertar três deles com “tributo de sangue”.

Sabemos muito dos fatos e atos heróicos de dois filhos de dona Rosa da Fonseca; no caso, o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República e presidente do Brasil, e João Severiano da Fonseca, militar, médico e patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

Mas, nosso trabalho se propõe a falar, principalmente, de seus três filhos mortos na Guerra da Tríplice Aliança. Para isso montaremos, para melhor entendimento e de maneira bem simplificada, a árvore genealógica da Família de dona Rosa.

Dona Rosa da Fonseca, casada com Manuel Mendes da Fonseca, teve dez filhos, sendo oito homens e duas mulheres, são eles:

- Hermes Ernesto da Fonseca;
- Severiano Martins da Fonseca;
- Manoel Deodoro da Fonseca;
- Pedro Paulino da Fonseca;

- Hipólito Mendes da Fonseca;
- Eduardo Emiliano da Fonseca;
- João Severiano da Fonseca;
- Afonso Aurélio da Fonseca;
- Emília Rosa da Fonseca; e
- Amélia Rosa da Fonseca.

Na **Tabela 1**, apresentamos os dados familiares de cada componente do ramo familiar da 1^a geração dos Fonseca, relativos ao seu nascimento e casamento.

Após conhecermos o ramo familiar dos Fonseca, podemos destacar da **Tabela 1** que seus dois filhos Eduardo Emiliano da Fonseca e Afonso Aurélio da Fonseca, ambos mortos na Guerra da Tríplice Aliança, eram solteiros.

Na **Tabela 2**, colocamos em destaque os três filhos mortos de dona Rosa da Fonseca; coincidentemente, dois deles, Hipólito Mendes da Fonseca e Afonso Aurélio da Fonseca, foram mortos em 22 de setembro de 1866, no combate em Curupaiti.

Como podemos perceber nas palavras **“defenderei com o sacrifício da própria vida”** (grifo nosso), novamente aqui lembradas, as

penalidades da família Fonseca em defesa da dignidade da Pátria foram grandes. Mais uma vez, o caráter forte de mulher nordestina acostumada às inconstâncias do sertão, aliada à discrição da mulher do século XIX, teve de ser o sustentáculo da família na passagem por esse difícil momento, o momento de enfrentar a irremediável morte.

Conforme nos lembra Freud em seu livro, *O futuro de uma Ilusão*¹⁵, a morte é um enigma, “contra o qual remédio algum foi encontrado e provavelmente nunca será”. O autor sustenta que a morte é um elemento em que não há controle humano, e que esse fenômeno desafia o homem irremediavelmente.

Com o objetivo de responder quem são os filhos que dona Rosa da Fonseca ofertou à Pátria, mostraremos de maneira bem sintetizada um resumo da vida de cada um deles. Para tanto, usaremos como fontes de apoio duas obras sobre a Família Fonseca os livros *General João Severiano da Fonseca: uma vida dedicada ao serviço de saúde, do Exército e ao Brasil* e *Rosa da Fonseca e seus filhos*, ambos de autoria do general médico Alberto Martins da Silva; usaremos tam-

NOME	NASCIMENTO	CÔNJUGE
Hermes Ernesto da Fonseca	11 Set 1824	Rita Emilia Rodrigues Barbosa
Severiano Martins da Fonseca	8 Nov 1825	Maria Amália de Carvalho
Manuel Deodoro da Fonseca	5 Ago 1827	Mariana Cecília de Souza Meireles
Pedro Paulino da Fonseca	6 Jun 1829	Francisca Catarina Francioni
Hipólito Mendes da Fonseca	13 Ago 1831	Guilhermina Carolina Dutra
Eduardo Emiliano da Fonseca	24 Jul 1833	Solteiro
João Severiano da Fonseca	27 Mai 1835	Anália D'Alicourt Sabo de Oliveira
Emília Rosa da Fonseca	26 Fev 1837	Balbino Furtado de Mendonça
Amélia Rosa da Fonseca	20 Mar 1839	Raimundo Ribeiro do Amaral
Afonso Aurélio da Fonseca	11 Set 1845	Solteiro

Tabela 1 – Ramo familiar dos Fonseca¹³

Fonte: familysearch.org

NOME	FALECIMENTO	LOCAL
Afonso Aurélio da Fonseca	22 Set 1866	Curupaiti
Hipólito Mendes da Fonseca	22 Set 1866	Curupaiti
Eduardo Emiliano da Fonseca	6 Dez 1868	Itororó

Tabela 2 – Filhos falecidos em combate¹⁴

Fonte: Silva, 2003

bém o acervo das fés-de-ofício, ordens do dia, almanaques e relatórios depositados no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro.

Para melhor entendimento, faremos a demonstração da vida de cada um, usando como meio de trabalho a exposição de dados biográficos, muito utilizada nos ambientes de pesquisa.

Hipólito Mendes da Fonseca, nascido em 13 de agosto de 1831, em Deodoro-AL, praça de 13 de agosto de 1846, no então Batalhão Depósito de Recrutas, militar da Arma de Artilharia, casado com Guilhermina Corallina Dutra em 9 de março de 1861 em Porto Alegre-RS. Tombou em 22 de setembro de 1866 em Curupaiti, considerada, à época, uma defesa avançada da Fortaleza de Humaitá, segundo consta no livro de autoria do Gen Alberto Martins¹⁶; o corpo do então capitão Hipólito foi trucidado, e não há registros de ter sido encontrado.

No mesmo combate, a família Fonseca perde mais um de seus filhos, dessa vez, **Afonso Aurélio da Fonseca**, nascido em 11 de setembro de 1845, no Rio de Janeiro, praça de 1865, no então 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, alferes e porta-bandeira¹⁷ do Batalhão; era solteiro. Foi ferido mortalmente na tentativa de vencer uma posição fortificada em Curupaiti.

O terceiro filho da família Fonseca a tomar a morte foi **Eduardo Emiliano da Fonseca**, nascido em dois de julho de 1833, em Deodoro-AL, praça de sete de dezembro de 1853,

no 1º Batalhão de Infantaria, era solteiro. Tombou em seis de dezembro de 1868 em Itororó, que foi a primeira batalha vencida por Caxias, à época marquês de Caxias, no período que ficou conhecido com a Dezembrada¹⁸, logo após a queda da Fortaleza de Humaitá.

Os três filhos de dona Rosa da Fonseca deixaram um legado de abnegação e dedicação exclusiva ao serviço da Pátria e às lides castrenses. Não se eximiram de cumprir os preceitos e obrigações militares na hora e momento do cumprimento do dever de soldado, nem que para isso tivessem que defender a Pátria com o “sacrifício da própria vida”. Muito obstinada, essa mãe soube entender e suportar as dores de se perder três filhos em uma guerra sangrenta, soube compartilhar a tristeza com outras tantas “Rosas” que passaram pela mesma angústia, soube também esperar seus bravos filhos que retornaram com vida das terras paraguaias, os quais podemos destacar as figuras tão lembradas e reverenciadas do marechal Manuel Deodoro da Fonseca, o proclamador da República e do general João Severiano da Fonseca, patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

Conclusão

Concluindo, é importante deixar claro que nosso trabalho não pretende esgotar o as-

sunto, há muito que se pesquisar sobre Rosa da Fonseca e sobre a linhagem militar dos Fonseca. Acreditamos que conseguimos, com a exposição no texto, mostrar um pouco sobre a vida da Família Fonseca, especificamente sobre dona Rosa da Fonseca e também sobre os seus três filhos mortos nas longínquas terras paraguaias.

Acreditamos ainda que, em futuras pesquisas, colocar em questão os filhos “esquecidos” de dona Rosa da Fonseca e também a sua condição de mulher do século XIX abrirá novos parâmetros para o estudo da Família Fonseca e também de outras famílias de militares, e, quem sabe, de objetos de estudo voltados à Família Militar, seu modo de vida, suas condições, seu posicionamento na sociedade, sua forma de pensar politicamente, sua forma de pensar a instituição, seu posicionamento como parte integrante desta Institui-

ção, o Exército Brasileiro.

Hoje, podemos realizar um paralelo das dificuldades passadas por dona Rosa da Fonseca e das dificuldades enfrentadas pela família militar nos mais distantes rincões deste Brasil e também do exterior; guardando as devidas proporções, não devemos esquecer o sacrifício dessas famílias de hoje, que como a de dona Rosa da Fonseca, enfrentam a distância de sua terra natal, as dificuldades financeiras, os problemas de adaptação nos novos lugares, a separação por longos períodos do seio familiar, entre outras dificuldades do dia a dia.

Para nosso próximo trabalho, fica aqui posto o desafio de estudar também as filhas de dona Rosa da Fonseca; certamente as mesmas deram sua contribuição silenciosa ao legado deixado por Dona da Fonseca, para o Brasil e para a Família Militar. **REB**

Referências

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?: Rio de Janeiro século XIX.** São Paulo. T.A Queiroz Editor. 1988 p.214.

BRASIL. Portaria Nº 650, de 10 de junho de 2016. Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar. Boletim do Exército nº 24 de 17 Jun 2016.

BRASIL. Decreto nº 88.513, de 13 de julho de 1983. Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de respeito e Cerimonial das Forças Armadas. Coletânea de Leis do Brasil. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de respeito e Cerimonial das Forças Armadas. Coletânea de Manuais do Exército Brasileiro. Caixa 65. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL, Karine Chacon. **A Atuação da Família Militar na Fronteira.** Disponível em: <eblog.eb.mil.br/>, acesso em 15 de outubro de 2016.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. DEL PRIORI, Mary ; BASSANEZI,Carla (Orgs). **História das mulheres no Brasil.** 7^a Ed. São Paulo. Contexto. 2004 p.241-277.

FREUD, Sigmund, Die zukunft einer illusion. **O futuro de uma ilusão.** São Paulo. L&PM pocket, 2010, 25 p.

Registro de Grupo Familiar Fonseca. Disponível em: <familysearch.org>, acesso em 8 de outubro de 2016.

SILVA, Alberto Martins da. **General Severiano da Fonseca:** uma vida dedicada ao serviço de saúde do Exército e ao Brasil. 2^a Ed. Brasília. Edição do Autor. 2007. p. 240.

_____. **Rosa da Fonseca e seus filhos.** 1^a Ed. Brasília. Edição do Autor. 2013. 103 p.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Karine Chacon – Esposa de militar que serviu na Amazônia e autora do livro *A Amazônia e Eu*, BIBLIEx.

² <eblog.eb.mil.br>, acessado em 15 de outubro de 2016, às 16:30h. Atuação da Família Militar na Fronteira - Karine Chacon Brasil.

³ Rosa da Fonseca - Portaria Nº650, de 10 de junho de 2016. Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar.

⁴ Data de Nascimento constante do banco de dados Family Search e do livro do general Alberto Martins da Silva *Rosa da Fonseca e seus filhos*. 1^a Ed. Brasília. Edição do Autor. 2013. p. 103. Entretanto, há uma lacuna muito grande referente à data de nascimento de Rosa da Fonseca, sendo apresentada por alguns autores a data de 18 de setembro de 1802. O assunto requer uma busca e pesquisa séria em acervos cartoriais e paroquiais na comarca de nascimento de dona Rosa da Fonseca com o cruzamento de informações de nascimento, batismo e casamento.

⁵ In. História das mulheres no Brasil, Mulheres do Sertão Nordestino, p. 242

⁶ Ibidem, p. 242.

⁷ Antigo aparelho fotográfico inventado por Daguerre 1787-1851, físico e pintor francês, que fixava as imagens obtidas na câmara escura numa folha de prata sobre uma placa de cobre.

⁸ Silva Alberto Martins da. Rosa da Fonseca e Seus filhos – Brasília – 1^a Edição, 2013, p. 21.

⁹ Ibidem, p. 256

¹⁰ Ibidem, p. 249

¹¹ Ibidem, p. 249

¹² Inciso V, do Artigo 171 do Decreto nº 88.513, de 13 de julho de 1983.

¹³ <familysearch.org>, acessado em 8 de outubro de 2016, às 14:15h Registro de Grupo Familiar Fonseca; somente foram coletados os dados referentes a nome completo, data de nascimento e nome do cônjuge.

¹⁴ Silva, Alberto Martins da. Rosa da Fonseca e Seus filhos – Brasília – 1^a Edição, 2013, pág 72,82 e 98.

¹⁵ Freud, Sigmund, *Die zukunft einer illusion. O futuro de uma ilusão*, L&PM pocket, 2010, pág. 25.

¹⁶ Silva Alberto Martins da, Rosa da Fonseca e Seus filhos – Brasília – 1^a Edição, 2013, pág 78

¹⁷ É válido lembrar que Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, foi o primeiro porta-bandeira da primeira bandeira do Brasil independente; ser porta-bandeira era um sinal de grande honra e dedicação.

¹⁸ A “Dezembrada” foi composta pelas batalhas de Itororó (6 de dezembro), de Avaí (11 de dezembro), de Lomas Valentinas (21 e 27 de dezembro) e terminou com a Rendição de Angustura (30 de dezembro). Todas elas apresentaram elevado grau de mortalidade para os lados da Tríplice Aliança e do Paraguai.

Achegas à genealogia dos Sete Macabeus de dona Rosa da Fonseca

*Israel Blajberg**

Introdução

ADiretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), por intermédio do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), em parceria com a DPHDM, o INCAER, o IGHMB, a ANVFEB e a AHI-MTB, organizou um grupo de estudos sobre teoria e método aplicados à elaboração de um projeto de pesquisa em História Militar, com o tema “O Legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar”.

Como resultado de nossa participação, apresentamos o presente texto, cujo objetivo é de apresentar subsídios alusivos às origens genealógicas dos filhos de D. Rosa da Fonseca, os “Sete Macabeus”, combatentes da Guerra do Paraguai (1864-1870), que constituem de per si um dos maiores, se não o maior legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar.

Cabe assinalar que, por ocasião da abertura, aos 13 de setembro de 2016, do referido “Ciclo de estudos sobre a teoria e método aplicados à pesquisa em história militar”, no CEPHiMEx, localizado no Palacete Laguna, na Rua General Canabarro, Maracanã, Rio de Janeiro, tive a oportunidade de conhecer

pessoalmente Sra. Dóris Pereira d’Alincourt Fonseca, trineta de D. Rosa da Fonseca, a matriarca de uma das mais importantes linhagens militares do país, em que se destaca a figura de um dos seus filhos, o proclamador da República e primeiro presidente do Brasil, marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Nessa ocasião, pude ouvir de voz própria da trineta Sra. Dóris, que seus antepassados, os Fonseca, assim como tantas famílias nordestinas, descendem de cristãos-novos, migraram de Portugal para a então colônia no Brasil, e do parentesco com o primeiro rabino do Brasil, Isaac Aboab da Fonseca, quando então veio-me a motivação para redigir o presente trabalho.

Assim sendo, nas páginas que seguem, sistematizamos os resultados da pesquisa biográfica e documental realizada sobre a genealogia dos filhos de dona Rosa da Fonseca, designados como os Sete Macabeus, uma vertente relativamente pouco estudada do legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar Brasileira, qual seja, as origens em Portugal judaico de seus sete filhos, os Sete Macabeus, por linhagem paterna, do seu esposo tenente-coronel Manuel Mendes da Fonseca. Para tanto, e acompanhando os es-

* Integrante da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, diplomado pela ESG (CAEPE 2004 e CLMN 2007), vice-presidente da Casa da FEB, no Rio de Janeiro-RJ. (*iblajberg@poli.ufrj.br*)

tudos e obras mencionadas acerca do assunto (Fonseca 1982, Faiguenboim, Valadares e Campagnano 2004, Silva 2013 e Sena 1933), introduzimos uma breve descrição dos primórdios do Brasil judaico no período compreendido entre o Descobrimento e o término da Inquisição, determinada pelo marquês de Pombal ao final do século XVIII, seguindo-se apreciações sobre a genealogia familiar dos Fonseca, comentários sobre o Brasil holandês judaico do rabino Aboab da Fonseca, de longínquo parentesco com os Sete Macabeus, o porquê dessa denominação de fundo hebraico ostentada pelos filhos de D. Rosa da Fonseca e o brasão da Família.

Em termos teóricos, a pesquisa toma por base as obras que tematizam a relação entre o indivíduo e a sociedade, como *O Espaço Biográfico* (Arfuch, 2010); e *A Ilusão Biográfica* (Bourdieu, 1996).

D. Rosa Maria Paulina da Fonseca (1802-1873), em solteira Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante, descendia de índios e escravos, sendo mais conhecida como D. Rosa da Fonseca. Nasceu na antiga capital de Alagoas, atual município de Marechal Deodoro, casando-se com Manuel Mendes da Fonseca em setembro de 1824, o qual, como descendente de cristãos-novos, transferiu por linhagem paterna essa condição aos filhos.

Em 2016, D.Rosa da Fonseca foi instituída Patrona da Família Militar, sendo o 18 de setembro, data de seu nascimento, comemorado como o Dia da Família Militar, conforme a Portaria nº 650, de 10 jun 2016, do comandante do Exército.

A data torna-se ainda mais emblemática para a Força Terrestre, considerando o legado de Rosa da Fonseca e de seu esposo

Manuel Mendes de Fonseca, eis que, nessa união, se amalgamaram as três vertentes formadoras do Povo Brasileiro, e por via de consequência de seu Exército: o índio, o branco português, em que se incluem os cristãos-novos, e o negro africano.

O capital simbólico dessa convergência manifesta-se amplamente no dia a dia da caserna, eis que nas fileiras da tropa incorporam-se indistintamente o filho do índio, do branco e do negro, o filho do pobre e o filho do rico; nos quartéis espalhados de norte a sul, independente da origem ou da classe social, o Exército os irma e transforma em soldados-cidadãos, soldados brasileiros.

Trata-se assim de notável coincidência: na própria semana em que, pela primeira vez, viria a ser comemorado o Dia da Família Militar e da sua patrona, D. Rosa da Fonseca, viesse mais uma vez à tona a saga dos cristãos-novos, componente judaica dos Fonseca, por uma ilustre integrante da tradicional família, ainda que não fosse uma novidade, já que referências alusivas circulam com alguma frequência, seja em livros e textos históricos, seja por tradição oral.

Portanto, sob a inspiração do providencial encontro, veio a nascer o forte interesse em elencar alguns elementos sobre as origens dos filhos de D. Rosa da Fonseca, determinadas pelo casamento com Manuel Mendes da Fonseca, cujos dois sobrenomes, de per si, já denotam a possível origem judaica, como iremos comentar a seguir.

O Brasil dos cristãos-novos

Conforme diversos estudos realizados (NOVINSKI, LIPINER, WOLFF, IZECKSO-

HN, PERNIDJI) é sabido que, nas origens do Brasil, há uma presença importante de cristãos-novos, ou marranos, ou cripto-judeus, ou judaizantes, que no idioma hebraico são designados como “Anussim” (forçados). Os primeiros deles já chegaram a bordo das naus do almirante Pedro Álvares Cabral, em busca de novos ares, novos tempos, um novo mundo, onde ninguém fosse obrigado a ter a religião do rei, onde pudessem seguir os Dez Mandamentos, a Lei de Moisés, sem medo das fogueiras da “Sancta” Inquisição. Dois cristãos-novos destacaram-se na frota cabralina: mestre João de Faras, médico e astrônomo e que foi o primeiro a identificar a constelação do Cruzeiro do Sul, que teria inspirado um dos primeiros nomes da terra descoberta, Terra de Santa Cruz, e Gaspar da Gama, intérprete que acompanhara Vasco da Gama às Índias, como comandante da nau que transportava mantimentos da expedição. Judeus, foram obrigados a se converter ao catolicismo.

Foi enorme a contribuição judaica aos 500 anos do Brasil, essa gente que secretamente comia carne na Semana Santa, não jejuava, não ia à missa, não considerava crime a vida sexual, enfim, não achavam correto que alguém fosse obrigado a abandonar a sua religião, e adotar uma outra à força, dai advindo a denominação de “anussim”.

A fé mosaica era professada pelo primeiro poeta nacional, Antônio José de Oliveira, o Judeu. Fernando de Noronha foi um judeu, o primeiro português a quem D. Manuel deu um título de donatário, pioneiro na extração de madeira. Outro judeu, Garcia da Horta, foi médico de Martim Afonso, governador das Índias. Antônio Raposo Tavares, o

Bandeirante Caçador de Esmeraldas, cristão-novo teve a madrasta presa pelo Santo Ofício. Os jesuítas quiseram entregá-lo à Inquisição, mas ele os rechaçou e os fez saber que avançava em nome da Lei de Moisés. Ainda está para ser escrita boa parte da história dos cristãos-novos, que vieram por livre vontade a um Brasil para donde El Rey mandava os criminosos de Portugal. Nos 500 anos, restaram um tanto esquecidos, mais que índios e negros. Felizmente, cada vez mais acadêmicos e estudiosos vêm empregando as ferramentas da história para fazer justiça aos que povoaram a terra.

Manuel Mendes da Fonseca e Rosa da Fonseca — genealogia e estrutura familiar

Os sobrenomes Mendes e Fonseca,¹ bem assim aqueles oriundos de famílias com origens judaicas, que em um determinado momento seja pelo casamento, seja por outros motivos, embora nominalmente pudessem ter se deslocado da sua condição judaica, nem por isso perderam os laços genealógicos de DNA que os vinculam ao judaísmo, ainda que eventualmente remotos, eis que esses são quase que indissolúveis, já que o sangue judaico dos cristãos-novos, que produziram parte da nossa nacionalidade, terá permeado gerações e gerações e hoje flui, ainda que repartido em proporções milesimais, nas veias de tantos e tantos brasileiros, que disso mal se apercebem.

Assim é que, nestas linhas, reunimos anotações que indicam possíveis origens judaicas remontando ao Portugal pré-descobrimento do Brasil, dos filhos de Rosa da Fonseca, pelo lado paterno.



Figura 1 – D. Rosa da Fonseca e seus sete filhos, os Sete Macabeus

Fonte: www.legiaodainfantariadoceara.org

Em 1824, uniram-se em casamento o pernambucano Manoel Mendes da Fonseca e a alagoana Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti, os quais tiveram nada menos que dez filhos, sendo duas mulheres, Amélia Rosa da Fonseca e Emília Rosa da Fonseca, e oito homens, dos quais sete seguiram para a Guerra do Paraguai, na qual três tombaram em combate: Afonso Aurélio da Fonseca, Eduardo Emiliano da Fonseca e Hipólito Mendes da Fonseca. Os cinco filhos sobreviventes tornaram-se personalidades de destaque na História do Brasil, a saber:

Manoel Deodoro da Fonseca, marechal do Exército, generalíssimo de Terra e Mar, fundador da República e chefe do Governo Provisório e 1º presidente constitucional, Grã-Cruz da ordem de Aviz, grande dignitário da Rosa, Grã-Cruz da ordem do Cruzeiro.

João Severiano da Fonseca, general médico, patrono do Serviço de Saúde do

Exército, doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, médico militar e literato.

Hermes Ernesto da Fonseca, marechal do Exército, ex-presidente da província de Mato Grosso, comandante das armas nas províncias do Pará e Bahia, governador da Bahia, conselheiro de Guerra, Grã-Cruz da ordem de Aviz, dignitário das ordens da Rosa e do Cruzeiro, cavaleiro da de Cristo.

Severiano Martins da Fonseca, marechal de campo, ex-diretor da Escola Militar de Porto Alegre, barão de Alagoas, grande do Império, conselheiro de Guerra do conselho do imperador, veador da imperatriz D. Teresa Cristina, comendador das ordens de Cristo e Aviz, oficial da Rosa e do Cruzeiro.

Pedro Paulino da Fonseca, senador e coronel Honorário, tenente reformado do Exército, coronel honorário do Exército, ex-governador de Alagoas, senador federal pelo mesmo Estado.



Figura 2 – Brasão da Família Fonseca

Fonte: SGEx

O Brasão dos Fonseca encerra múltiplos significados, espelhando a carreira militar de ilustres integrantes da família. As três tainhas de prata nadantes representam o Estado de Alagoas, onde nasceram oito dos dez filhos do tenente-coronel Manuel Mendes da Fonseca e sua mulher, a heroína Rosa Maria Paulina da Fonseca.

As sete espadas com punhos e guardas de ouro simbolizam os Sete Macabeus, filhos de Manuel e Rosa da Fonseca, sendo as três ensarilhadas representativas dos marechais Hermes Ernesto da Fonseca, Severiano Martins da Fonseca, Barão de Alagoas com Honras de Grandeza, e Manoel Deodoro da Fonseca, o proclamador da Republica. A espada horizontal simbo-

liza o general médico João Severiano da Fonseca, patrono do Serviço de Saúde do Exército.

As outras três espadas, entrelaçadas em funeral, recordam o major Eduardo Emiliano da Fonseca — morto em combate na Batalha de Itororó —, o capitão Hipólito Mendes da Fonseca e o alferes Afonso Aurélio da Fonseca, ambos mortos na Batalha de Curupaiti.

Em cima do escudo uma coroa de conde, símbolo da fidalguia e nobreza do marechal Severiano Martins da Fonseca, barão de Alagoas, com Honras de Grandeza.

Cabe assinalar que dos nove presidentes da República militares, dois eram da família Fonseca, sendo os demais Floriano Peixoto, o marechal de Ferro, Dutra, Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

O marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente da República (15 nov 1889 – 23 nov 1891), formado pela Escola Militar do Largo de São Francisco na Turma de Artilharia de 1847, no prédio onde, em 1811, D. João VI mandou instalar a Academia Real Militar, que, em linha de sucessão direta, chega aos nossos dias no ramo civil como Escola Politécnica da UFRJ, e no ramo militar como Academia Militar das Agulhas Negras. No tradicional e histórico prédio do Largo de São Francisco, nasceu a Engenharia Nacional, em berço militar, desde a Escola Central, passando pela Escola Politécnica e Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil até a Politécnica de hoje na Cidade Universitária da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro.



Figura 3 – Academia Real Militar, Largo de São Francisco (Rio de Janeiro-RJ)

Fonte: A3P

O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, neto de dona Rosa da Fonseca, era filho do marechal Hermes Ernesto da Fonseca e de D. Rita Rodrigues. Foi presidente da República de 1910 a 1914. Em sua gestão foi construída a Vila Militar e o Forte Copacabana. Era casado com sua prima-irmã, D. Orsina da Fonseca, filha do coronel Pedro Paulino da Fonseca. Seu pai, Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu em São Gabriel-RS, tendo sido ministro da Guerra.

Seria oportuno aqui mencionar o ilustre cristão-novo José Antônio Gonsalves de Mello, o “Grão-Mestre da História de Pernambuco e do Nordeste”², que nasceu e morreu no Recife (16 de dezembro de 1916 – 7 de janeiro de 2002), filho de Ulysses Pernambucano de Mello e Albertina Carneiro Leão. Foi um dos maiores especialistas na história da presença holandesa no nordeste brasileiro. Sem ele, a primeira sinagoga das Américas, provavelmente ainda estaria hoje oculta como a loja de ferragens que funcionava no antigo prédio da Rua dos Judeus.

Autor de *Tempo dos Flamengos* e do magnus opus *Gente da Nação* (1990)³ ele conta, usando como epígrafe os versos do escritor argentino Jorge Luís Borges (1899-1986), que consultou o primo Sylvio Paes Barreto sobre uma possível origem judaica, e este lhe informou que descendia do velho Duarte de Sá.⁴

A família Pernambucano de Mello

possui ascendência Fonseca Galvão, cujo ramo alagoano, o dos “Sete Macabeus”, do marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), consideram-se aparentados ao rabino Isaac Aboab da Fonseca.

Quando o avô paterno do grande historiador Gonsalves de Mello esteve no Rio de Janeiro, recebeu do marechal Deodoro o tratamento de “primo”, reconhecendo o parentesco entre as duas famílias. Temos aqui a prova incontestável das raízes de cristão-novo de Deodoro, das quais tinha conhecimento.

Período Holandês — 1º rabino do Brasil: Isaac Aboab da Fonseca

Segundo Fonseca (1982), o tenente-coronel Manuel Mendes Fonseca tem raízes genealógicas em comum com o primeiro rabino do Brasil, Isaac Aboab da Fonseca (1605-1693), nascido em Castro Daire, distrito de Viseu, vila hoje com cerca de 4.600 habitantes, a cerca de 300km ao NE de Lisboa, na tradicional província de Beira Alta.⁵

Ainda criança, Aboab seguiu com a família para Amsterdam, que se consolidava como importante polo judaico dos judeus sefaradim, expulsos de Portugal e Espanha. Sefarad significa Espanha em hebraico, e até hoje os sefaradim ainda falam o ladino, língua muito parecida com o português e espanhol, com alguma influência do hebraico. Aboab desembarcou em Recife em 1642, durante o domínio holandês (1630-1654), tendo retornado a Amsterdam com a derrota batava.

Aboab era bisneto do último *gaon* (sábio) de Castilla, mestre reconhecido na interpretação da lei mosaica, forçado em 1492 a sair da Espanha para Portugal, estabelecendo-se na cidade do Porto, quando da expulsão dos judeus determinada pelos Reis Católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castilla. O menino Aboab recebeu o nome de Simão da Fonseca, filho de David Aboab e Isabel da Fonseca. Em 1612, viviam em Amsterdam, onde os judeus gozavam de liberdade de religião.



Figura 4 – Rabino Isaac Aboab da Fonseca
Fonte: commons.wikimedia.org

Já de volta à Holanda, após a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1675, construiu em Amsterdam a sinagoga monumental, à feição do Templo de Salomão em Jerusalém, a maior do mundo na época. Abriga a biblioteca Etz Haim, a Árvore da Vida, mais antigo repositório judaico existente. Verdadeira catedral judaica, imensa, profunda, janelas altas, até hoje iluminada por velas, sem utilizar a luz elétrica. Assoalho de madeira, bancos seculares de madeira maciça, o coro da sinagoga até hoje entoa cânticos luso-judaicos, e o português está presente em inúmeras placas nas paredes bem como nos nomes dos fiéis.

A Sinagoga da Rua do Bom Jesus, no Recife, antiga Rua dos Judeus, fechada há 350 anos pela intolerância, foi reaberta em 2002, enquanto a Sinagoga Portuguesa de Amsterdam, fundada pelos judeus portugueses que do Brasil para lá se dirigiram, se manteve aberta todos estes séculos.⁶

Aboab da Fonseca, além de rabino Chefe do Brasil de 1642 a 1654, era escritor e deixou uma bagagem literária em que se destacam obras em ladino: Escreveu uma gramática hebraica e em 1655 publicou a tradução hebraica da obra cabalística *Casa de Dios e Puerta del Cielo*, de Abraham Cohen Herrera. Em 1681, publicou um comentário espanhol sobre o Pentateuco. Escreveu em seu famoso poema histórico em hebraico *Zecher Asiti leNiflaot El* [*Ergui um Memorial aos Milagres de D-us*], composto no Recife em 1646: “...Há muitos Combatentes em meio a minha Nação...”

Em 1655 (ano hebraico 5415), em Amsterdam, o rabino Aboab da Fonseca publicou, em sua introdução ao trabalho cabalístico de Abraham Cohen Herrera, *Shaar ha-Shamayim*

(Portão do Paraíso), que traduziu do original espanhol para o hebraico, as seguintes considerações sobre os eventos recém-ocorridos no Brasil Holandes:

...O Senhor realizou o milagre de nos retirar da fornalha do Brasil, do Egito, onde nossos inimigos nos affligiram com zombaria e escárnio. Do lado de fora impera a espada, e dentro, o medo. No ano 5406 do calendário hebraico [1645-1646] muitas dificuldades foram suportadas pela amada nação; livros e pergaminhos não seriam suficientes para contar esta história. A Corte Celestial havia decretado que o bando de saqueadores aparecesse, invadindo florestas e campos. Alguns faziam pilhagens, outros caçavam seres humanos, pois o inimigo veio com a intenção de destruir tudo. Este exército e seus oficiais vieram do deserto e do sertão solitário. Alguns [dos judeus] foram mortos, e outros morreram de fome e foram se reunir a seus ancestrais, e descansaram em seus locais de repouso [túmulos]. E muitos poucos de nós permaneceram vivos e esperando a morte e vergonha. Comemos como se fossem iguarias em uma mesa de ouro qualquer migalha ou pão seco, sem nenhuma segurança. Mas até isso também se tornou raro em nossos lares, e nada mais restou para se comer ou beber. Os judeus, como de costume oraram ao Senhor e Ele os ajudou e fez chover maná sobre eles, para que pudessem satisfazer sua fome. Foi um milagre. Depois de muitas dificuldades e males, uma voz do céu ordenou que deveríamos ser totalmente expulsos do país. Alguns nus, outros descalços, partiram nos navios. Porque Deus fez com que eles fossem libertados. O grupo sobrevivente se tornou o Shearith Israel [Remanescentes de Israel]. O Senhor guiou e salvou e animou o espírito dos humilhados, e ninguém da comunidade inteira foi perdido. Eu, pessoal-

mente, estava entre os exilados e o Senhor me fez voltar a este lugar (Amsterdam) para desfrutar o paraíso do estudo da Torá (a Biblia Hebraica Sagrada – Velho Testamento) [...]

Interessante constatação daquele valioso escrito do rabino Aboab da Fonseca, é de que o mesmo se valeu do sentido figurado do termo hebraico *barzel* — ferro como fornalha de ferro, sinônimo de “lugar de aflição” (vide Reis, 8:51 e Jeremias, 11:4) —, referindo-se à “Fornalha do Brasil”, uma alusão ao clima tropical do Recife, lugar de aflição para os Judeus.⁷

Os Macabeus Bíblicos — luta contra os gregos e a Festa das Luzes

Sete filhos de D. Rosa da Fonseca são conhecidos como os Macabeus, por terem combatido na Guerra do Paraguai, e ela própria, como “A Macabeia”; são eles: Afonso Aurélio da Fonseca, Eduardo Emílio da Fonseca e Hipólito Mendes da Fonseca, os três heróis que tombaram em combate, e os quatro que atingiram o generalato, Manoel Deodoro da Fonseca, marechal e presidente da Republica, João Severiano da Fonseca, general médico, patrono do Serviço de Saúde do Exército, Hermes Ernesto da Fonseca, marechal do Exército e Severiano Martins da Fonseca, marechal de campo.

A palavra macabeu deriva do hebraico *macabi* — martelo. Era a denominação dos cinco filhos do sacerdote Matatiau, dos quais o mais ilustre foi Yehuda haMacabi, Judas Martelo, pela sua força e determinação na luta contra os gregos.

Há relatos de uma mulher chamada Hanna (Ana) ou Miriam, cujos sete filhos foram mortos pelos gregos, por se recusarem a pecar contra a religião judaica, tendo sido sepultados em uma sinagoga. Há também relatos dos “Santos Macabeus” ou “Santos Mártires Macabeus” na Igreja Católica e na Igreja Ortodoxa.

A vitória dos macabeus sobre os gregos é comemorada até hoje, quando os finais de ano trazem sempre uma coincidência judaico-cristã, pela proximidade de duas festas, o Natal e a Festa das Luzes, em hebraico Hanucá, que comemora a vitória sobre o obscurantismo grego.

Mais de 2.000 anos atrás, em 167 a.C, já profano imperador grego atentou contra a liberdade religiosa, pretendendo que os seguidores da Lei de Moises renunciassem a sua fé.

Matitiáhu e seus 5 filhos, conhecidos como os Macabeus, iniciaram a revolta, num lugar que a Bíblia cita como Modiin, na estrada que vai do Mediterrâneo a Jerusalém, onde hoje é Aeroporto Ben Gurion, perto de Tel Aviv. Três anos depois expulsaram os opressores de Israel.

Se por absurdo os gregos conseguissem terminar com o Judaísmo, hoje não haveria nem o Cristianismo nem o Islamismo. Seríamos pagãos adorando divindades mitológicas...

Os filhos de Matatiau, os cinco Macabeus, foram soldados valentes do Exército dos Hebreus. Dois milênios se passaram, e os sete filhos de D. Rosa da Fonseca, do mesmo modo também souberam defender a Pátria, como soldados do Exército de Caxias, dai serem designados igualmente como “Os Macabeus”.

Conclusão

As referências a judeus portugueses de nomes Mendes e Fonseca ocorrem às centenas nos livros especializados, como nos de Anita Novinski, eminente professora da USP, considerada a maior especialista em maranismo do Brasil, e quiçá do mundo.⁸

Esperamos ter prestado aos estudiosos do assunto alguns subsídios sobre o tema, nestas breves considerações genealógicas sobre os filhos de dona Rosa da Fonseca, os Sete Macabeus, convergindo com os indicadores elencados por Walter Fonseca em sua obra (Fonseca, 1982), na qual também relata diversos outros Fonsecas do Ramo Judeu, citando ainda os levantamentos produzidos por Loewenstein, Rheingantz, Roberto Piragibe da Fonseca e Roger Peyrefitte, incluindo nominalmente Deodoro e os Fonsecas de Alagoas, como sendo de origem semita.

O judaísmo latente dos Fonsecas que deixaram Portugal em busca de um novo mundo já permanecia por séculos adormecido nos desvãos da história, quando Manuel e Rosa se casaram. Mas a pátina do tempo não foi suficiente para que essa história fantástica fosse esquecida, como prova o encontro que tivemos com a trineta Dóris, eis que as perseguições, as fogueiras, a intolerância da Inquisição não conseguiram evitar a contribuição ao Brasil dos que ficaram, pois o Nordeste foi e é uma terra de cristãos-novos, onde, com o passar do tempo, foram-se transformando em cristãos-velhos, para poderem ser aceitos na sociedade.

Ao contemplar em antigas gravuras os rostos dos sete Macabeus, revela-se o amálgama em que se constitui o povo brasileiro,

resultado da junção, ao longo dos séculos, dos índios e tantos outros imigrantes, identificando em alguns os traços dos guerreiros caetés e tabajaras; em outros, dos negros que ajudaram a fazer deste país uma grande nação e sem dúvida os antigos traços judaicos sefaradim (Sefarad = Espanha em hebraico).

Certamente em suas veias corria um infinitéssimo de sangue judaico, do que certamente podiam se orgulhar. E assim continua a jornada dos cristãos-novos, confirmando a profecia bíblica de Isaías: “tão numerosos quanto as estrelas no céu, e quanto os grãos de areia do deserto...”. **[REB]**

Referências

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 183-192.
- BLAJBERG, Israel, **Herança Espiritual Judaica em Brasilidades e Outros Temas - Breves Narrativas**, Resende, RJ - AHIMTB, Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2015. 112 p.
- BLAJBERG, Israel, **Estrela de David no Cruzeiro do Sul**: memória da presença judaica nas Forças Armadas do Brasil – de Cabral ao Haiti. Resende, RJ - AHIMTB, Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2015. 650 p.
- FAIGUENBOIM, Guilherme; Valadares, Paulo; Campagnano, Anna Rosa, **DICIONARIO SEFARADI DE SOBRENOMES**. São Paulo: 2004, 528 p.
- FONSECA, Walter, **Fonseca**: Uma família e uma história, São Paulo, Editora Obelisco, 1982.
- IZECKSOHN, Isaac. **“Os Marranos Brasileiros”**. São Paulo, Ed. part., 1967.
- Novinski, Anita W. **Inquisição**: prisioneiros do Brasil - séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- LIPINER, Elias. **O Tempo dos Judeus segundo as Ordenações do Reino**. São Paulo: Nobel - Secretaria de Estado da Cultura, 1982.
- LIPINER, Elias. **Gaspar da Gama**: um converso na frota de Cabral. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987
- NOVINSKI, Anita. O Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimentos. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 11, nº 21, São Paulo, 1991, 65-75.
- NOVINSKI, Anita. **A inquisição**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SENA, Ernesto. **Deodoro**: subsídios para a história. Brasília: Senado Federal, 1999. 318 p.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. **Das fogueiras da Inquisição às terras do Brasil**. Rio de Janeiro, Imago, 2002.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. **A Saga dos Cristãos-Novos**. Rio de Janeiro, Imago, 2005.

SILVA, Alberto Martins da. **Rosa da Fonseca e seus filhos**. Brasília: Athalaia, 2013. 103 p.

WOLFF, Frieda. **Dicionário Biográfico I Judaizantes e Judeus no Brasil – 1500 – 1808**. Rio de Janeiro, Ed. part., 1986.

WOLFF, Frieda. **Dicionário Biográfico VII - Processos de Inquisição de Lisboa Referente a Pessoa Nascidas ou residentes no Brasil e outros Estudos**. Rio de Janeiro, Ed. part., 1991

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Faiguenboim, Guilherme; Valadares, Paulo; Campagnano, Anna Rosa, DICONARIO SEFARADI DE SOBRENOMES, ISBN 9788585989200, Português, Inglês, Brochura, 528 págs., 2004, incluindo Cristãos-novos, conversos, marranos, italianos, berberes e sua historia na Espanha, Portugal e Itália.

² Oração de Posse do Cel Claudio Skora Rosty na Cadeira Gonsalves de Mello da Academia de História Militar Terrestre do Brasil em 22 out 2009 no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Gente da Nação; cristãos-novos e judeus em Pernambuco. 1542-1654. Recife. Fund. Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1989.552 p. II..

⁴ In <Bestaesfolada.blogspot.com/2010_12_01_archive.html>, do eminent genealogista Paulo Valadares.

⁵ <www.ine.pt>, portal do Instituto Nacional de Estatística, consultado em 13 out 2016

⁶ Blajberg, Israel, Herança Espiritual Judaica em Brasilidades e Outros Temas - Breves Narrativas. Resende, RJ - AHIMTB, Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2015. ISBN 978-85-60811-23-6, 112 páginas.

⁷ Blajberg, Israel, Estrela de David no Cruzeiro do Sul : memoria da presença judaica nas Forças Armadas do Brasil – de Cabral ao Haiti. Resende, RJ - AHIMTB, Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2015.

⁸ Novinski, Anita, Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes. Brasil-Holanda, séculos XVII e XVIII. Editora Humanitas, São Paulo, 2007.

Rosa da Fonseca

Patrona da Família Militar

*Artemio Bueno Rosa Junior**

Introdução

A presenta-se, neste trabalho, D. Rosa da Fonseca, não só como a esposa de um grande homem e mãe de importantes ícones da história do Brasil, mas como uma mulher forte, determinada, apaixonada, patriota e possuidora de dons literários. Este estudo foi elaborado a partir da observação dos fatos que ilustraram sua vida, reunidos através de pesquisa bibliográfica que teve por base os autores José Maria Tenório Rocha (1998), Alberto Martins da Silva (2007 e 2013) e alguns endereços eletrônicos.

A leitura do texto de Rocha (2015) levava-nos a ver Rosa como uma mulher fora de sua época, livre, independente e de pensamento próprio. No entanto, àquela ocasião, a mulher ainda não era considerada com os mesmos direitos que o homem, embora alguns movimentos feministas já estivessem em andamento.

Assim, Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti encontrou o parceiro de uma vida em Manoel Mendes da Fonseca e passou a dedicar-se à família, sendo a matriarca mais famosa de Alagoas, quiçá do Brasil!

Após ser mãe amorosa de dez filhos, sendo duas mulheres e oito homens, vê sete

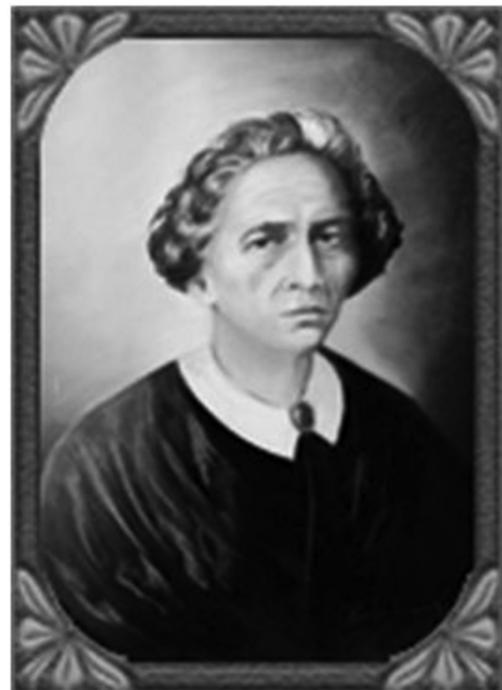


Figura 1 – D. Rosa da Fonseca

Fonte: www.historiadealagoas.com.br

de seus oito varões envolvidos com guerras, tendo perdido três deles para o inimigo.

Mesmo combalida com a dor inimaginável dessas perdas em combate, não se deixou abater no empenho de defender sua pátria evê-la livre dos grilhões da subserviência, deitando-se, por vezes, na poesia. Durante

* S Ten R/1 Art (EsSA/82), historiador, técnico museólogo (UFBH/MMCMS/05), graduado em Letras (FAFIC/85) e pesquisador associado do CEPHiMEx.

diversas passagens da História, legou-nos um pouco de sua arte, através de sonetos muito bem alcançados.

Por fim, o conhecimento de um pouco dessa mulher, que se tornou o símbolo do patriotismo e da força da família, sendo-lhe concedido o título de Patrona da Família Militar Brasileira.

Origem

Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti

A maioria dos textos atribui a filiação de Rosa Paulina a Antônia Maria de Barros e José de Carvalho Pedrosa. Contudo, trata-se de equívoco genealógico, uma vez que há documentos comprovando que Rosa nasceu em 18 de setembro de 1802, na localidade Sítio Oiteiro, no povoado Riacho Velho, da antiga capital das Alagoas, atualmente Marechal Deodoro. José de Carvalho Pedrosa casou-se em 1813, declarando, na ocasião, menoridade. Os Assentos Paroquiais dessa época e neste caso, dizem que ela é filha de pai incógnito. Em seu documento de Justificação de seu casamento, datado de 16 de janeiro 1841, não declara quem foram seus pais. Tais dados foram extraídos dos Livros de Assentos de Nascimentos Casamentos e Óbitos da Paróquia da Nossa Senhora da Conceição da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas.

Seria equívoco afirmar que seu pai fosse José Carvalho Pedrosa, pois que, na época do nascimento de D. Rosa, José era criança e residia em Portugal, em Vila Nova de Famalicão, Distrito de Braga.

Rosa seria filha de José Carvalho Monteiro.

Na seção de documentos do Instituto Histórico e Geográfico das Alagoas, consta o

testamento de Domingos Carvalho Monteiro, irmão de José Carvalho Monteiro.

Transcrição do registro de casamento de José Carvalho Pedrosa:

Aos dezoito de fevereiro de mil oitocentos e treze na capela de Santa Rita nova, em presença do padre Manoel Teixeira Pinheiro, de licença minha, sendo Testemunhas, José Francisco Salgueiro e Miguel Antônio Esteves, casados, ambos desta Freguesia, se receberam em Matrimônio na forma do Sagrado Concílio Tridentino, corridos os banhos sem impedimento, tendo o contraente justificado menoridade em que veio de sua natural Freguesia, o Contraente José Carvalho Pedrosa com a contraente Ângela Custódio do Nascimento; ele natural da Freguesia de São Julião do Calendário do Arcebispado de Braga, filho de Domingos Carvalho e Maria Narciza; ela natural desta freguesia, filha de Antônio Carvalho Monteiro e Joana Francisca. O mesmo padre lhes deu as bênçãos e eu fiz este assento.

(a) Davi Rodrigues de Sena – O Vigário Antônio Gomes Coelho
(www.historiadealagoas.com.br)

Casamento e filhos

Rosa casou-se aos nove de dezembro de 1824, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com Manoel Mendes da Fonseca, na cidade de Alagoas, sendo testemunhas do enlace o Dr. Gustavo Mello de Aguiar e o comandante das Armas Joaquim Mariano de Oliveira Bello, chefe do major Mendes, que era seu secretário. A cerimônia foi oficializada pelo padre Antônio Gomes Coelho Mello, recebendo, a nubente, o nome de Rosa Maria Paulina da Fonseca.

Parte da família do noivo, os Galvão, de grande projeção social, não concordou com

seu matrimonio com Rosa, em razão de sua descendência escrava e indígena e também por seu comportamento considerado inconveniente para a época, como montar a cavalo em pelo, disparar pelas ruas da cidade e nadar nas lagoas da região. Por esse motivo, Manuel Mendes deixa de usar seu sobrenome Galvão.

Manoel Mendes da Fonseca era filho de Manoel Mendes da Fonseca Galvão e D. Maria Mendes, nascido em Anadia, aos 24 de julho de 1785. Seu pai era de Pernambuco e foi para as Alagoas, em virtude da amizade com os primeiros membros da família em Satuba e Santa Luzia do Norte, fazendo residência no Sítio Cruaranha, situado a uma légua de Anadia, onde foi negociante e estabeleceu escola de primeiras letras, mediante contrato com o capitão Baltazar Barbosa Lobo e Gaspar Barbosa Lobo, ligados àquelas famílias por laços matrimoniais.

Assentou praça no exército como voluntário em 25 de setembro de 1806, aos 21 anos de idade, no regimento de infantaria do Unha, no Recife.

No dia 28 de junho de 1822, Mendes, insatisfeito com a política de Portugal em relação ao Brasil, lançou, antes do Grito do Ipiranga, na Cidade de Alagoas, o Manifesto da Independência, defendendo-a e lutando por ela.

Serviu por quase 35 anos e chegou ao posto de tenente-coronel.

Atuou na Independência do Brasil e em diversos outros eventos políticos, militares e sociais do Império. Era primo dos marechais Rufino Enéias da Fonseca Galvão, visconde de Maracaju, último ministro da Guerra da Monarquia, e Antônio Enéias Fonseca Galvão, barão do Rio Apa, ministro do Supremo Tribunal Militar.

Na ocasião de seu casamento com Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti, era major, secretário do comandante das Armas da Província.

Rosa da Fonseca e Manoel Mendes da Fonseca casaram-se em setembro de 1824, dando início à formação de uma das mais importantes linhagens militares do país. A jovem altaneira era possuidora de espírito religioso aguçado, mulher de caráter arrojado, desafiadora das regras sociais da época e patriota, sempre apoiando o esposo em suas resoluções.

Dessa união, nasceram dez filhos: duas mulheres, Emilia Rosa, nascida em 26 de fevereiro de 1837 e Amélia Rosa nascida em 20 de março de 1839, e oito homens, que ocuparam posições de destaque na carreira militar, na política e na administração pública brasileira:

- Hermes Ernesto, nascido em 11 de setembro de 1824
- Severiano Martins, nascido em 8 de novembro de 1825
- Manoel Deodoro, nascido 5 de agosto de 1827
- Pedro Paulino, nascido 6 de junho 1829
- Hipólito Mendes, nascido 13 de agosto 1831
- Eduardo Emiliano, nascido 2 de julho de 1833
- João Severiano, nascido 27 de maio de 1835
- Afonso Aurélio, nascido 11 de setembro de 1845

Rosa da Fonseca dedicou sua vida à família e à Pátria.

Guerras

Com o evento da Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo de Solano Lopes, a Pátria pediu seus filhos para combater no Paraguai. A família Fonseca não pôde se negar a dar sua contribuição ao Império. Sete dos filhos de dona Rosa Maria seguiram para a Guerra contra o presidente Solano Lopez. Ficando, em casa, apenas Pedro Paulino, tenente reformado do Exército, literato e estatístico, futuro governador de Alagoas e senador federal por esse Estado.

Em Curuzu, foi morto, em combate, o filho mais jovem, Afonso Aurélio, com 21 anos de idade. Era alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, morto devido a ferimento sofrido quando escalava as muralhas da fortificação.

Na furiosa e violenta Batalha de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, morre o capitão de Infantaria HIPPÓLITO.

Em Itororó, seis de dezembro de 1868, o major de Infantaria Eduardo Emílio é morto no combate.

Na mesma batalha, Hermes e Deodoro são gravemente feridos, sendo que Deodoro recebeu três tiros de fuzil.

Mulher muito apaixonada pela Pátria, consta que, durante as comemorações pela vitória em Itororó, no Rio de Janeiro, ao ser informada da morte de Eduardo e do ferimento de Hermes e Deodoro, teria dito: “Sei o que houve. Talvez até Deodoro esteja morto, mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã chorarei a morte deles” (Notícias, DECEX, 20 de setembro de 2016).

E de fato chorou por três dias, fechada em seu quarto.

Conta-se também que, ao receber o oficial que lhe apresentaria os pêsames, em nome do Imperador, respondeu que “a vitória que a Pátria alcançava, e que todos tinham ido defender, valia muito mais que a vida de seus filhos” (Rocha, 2015).

Na ocasião em que correu boato de que o Brasil terminaria a guerra através de acordo diplomático com o Governo Paraguai, teria dito, conforme relato do historiador Rosenildo Silva, responsável pelo Museu Casa de Marechal, no vídeo *A História de Rosa da Fonseca, patrono da família militar* (2016):

Prefiro não ver mais meus filhos e que fiquem todos sepultados no Paraguai, no campo de batalha com morte gloriosa, do quevê-los enlameados por uma paz vergonhosa à nossa Pátria!

Poesia

Há poucas fontes de informação acerca dos dotes literários de Rosa da Fonseca. Um dos livros que melhor retrata seu talento é o *Rosa da Fonseca e seus Filhos*, do general médico Alberto Martins da Silva, 1ª edição de 2013.

Crê-se que Rosa Maria era uma excelente poetisa. Por ocasião da morte dos seus três filhos, já citados, possivelmente teria escrito o primeiro soneto abaixo, que foi publicado na revista *Semana Ilustrada*, em edição de 28 de agosto de 1865:

Cala-te, amor de mãe! quando o inimigo
Pisa, da nossa terra o chão sagrado.
Amor da Pátria, vivido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo;
Pede-te a pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh'alma,
Vai toda aí, convosco repartida,
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! Não te assuste o horror da mareia lida;
Colhe no verde campo a melhor palma:
Ou morte honrada ou gloriosa vida.

Não se sabe ao certo a autoria do sone-
to abaixo, escrito em homenagem aos filhos
de D. Rosa da Fonseca. Foi, talvez, dedicado
a quadros pintados de Eduardo Emiliano e
Hippolito Mendes, expostos na 20^a Expo-
sição Geral de Belas Artes, em 1868, conse-

quentemente, antes de seu falecimento, o que
não afasta a possibilidade de sua autoria:

Em tétrica saudade convertida
Que sublime matrona aqui se apresta,
Que vem buscar a dor por entre a fresta,
Que, de galas, a corte traz vestida?

Silêncio... Ei-la chamando compungida;
Hippolito! Emiliano! Oh! Dor funesta!
Sem ver-vos, filhos meus, o que me resta
Senão chorar-vos sempre e em toda a vida?

Depressa, porém, corre... Alguém ouvira
Que os filhos encontrou, os filhos gratos,
Aos quais beija e repete o que sentia!

Mas súbito da dor resolve o tratos,
Semelhança perfeita a iludira,
Pobre mãe, só beija dois retratos!



Figura 2 – D. Rosa da Fonseca e seus sete filhos que lutaram na Guerra do Paraguai

Fonte: www.historiadealagoas.com.br

Legado

Dentre seus filhos que regressaram
vivos da Guerra da Tríplice Aliança, destaca-
cou-se, especialmente, o marechal **Manuel**
Deodoro da Fonseca, proclamador da Re-
pública, chefe do Governo Provisório e
primeiro presidente constitucional da Re-
pública dos Estados Unidos do Brasil.

Destacou-se, também, de forma sin-
gular, o eminente médico militar, general
de Brigada **João Severiano da Fonseca**, es-
colhido, em 1962, para ser o patrono do
Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

Seu neto, o marechal **Hermes Ro-
drigues da Fonseca**, foi o 8º presidente da
República, exercendo seu mandato entre
1910 e 1914.

D. Rosa da Fonseca foi sepultada no cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, cidade em que residia no fim da vida, mais precisamente à Rua da Ajuda, em consequência de pneumonia, em 11 de julho de 1873, aos 71 anos de idade.

Deixou duas filhas e cinco filhos e a certeza de ter sido a protagonista de uma história criada sob a marca do civismo e patriotismo de uma mãe dedicada à Pátria.

D. Rosa da Fonseca deu nome à antiga Praça do Livramento, Centro de Maceió, por força da Lei nº 53, de 2 de março de 1899, votada na época do intendente da Capital Demócrita Gracindo. Lá foi erigi-

do um monumento onde existe um busto do seu perfil, esculpido em São Paulo, pelo artista italiano Angioli. O busto de D. Rosa praticamente não teve custo, uma vez que foi feito com sobra de material da estátua de marechal Deodoro. Tal fato curioso deu motivo ao artigo de Humberto Vilela, de título: *A mãe que nasceu do filho*.

Mais tarde, em respeito à estoica senhora, a estátua de D. Rosa foi trasladada do local onde se encontrava, por estar situada praticamente dentro do “Bar do Chopp”, para a casa onde residiu, na Rua dos Mortos, em Marechal Deodoro, onde existe um pequeno museu velando pela



Figura 3 – Escultura do busto de D. Rosa da Fonseca no Arsenal de Guerra do Rio

Fonte: www.eb.mil.br

lembança positiva dos familiares desses fazedores de um Brasil grande e íntegro.

Conclusão

Ao instituir o dia 18 de setembro, data natalícia de dona **Rosa da Fonseca**, a “Matriarca Exemplar”, “Mãe dos Sete Mabeus”, como o Dia da Família Militar, o Exército Brasileiro demonstra grande respeito à família, na figura de Rosa da Fon-

seca, reconhecendo a importância do espirito de sacrifício e de luta, e do imenso sofrimento representado pelas perdas dos filhos para suas mães, e dos cidadãos para seu país.

É com base nesse sentimento que os integrantes das Forças Armadas buscam alento para suportar os martírios em nome do país e também se esforçam para alcançar o sucesso pessoal e profissional, com a certeza de dever cumprido, seja qual for a missão. 

Referências

ROSA da Fonseca. Texto em destaque no site do DECEX. 2016. Disponível em <www.decex.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/139-patrona-da-familia-militar>. Acesso em 13/10/2016.

A HISTÓRIA de Rosa da Fonseca, patrona da família militar. 2016. Vídeo produzido pelo CMNE . Disponivel em <www.youtube.com/watch?v=CTUCMlOFRlQ>. Acesso em 13/10/2016.

Revista Militar Brasileira, volume especial, maio de 1955.

SILVA, Alberto Martins da. **General João Severiano da Fonseca.** Brasília:Editora EGGCF, 1^a edição, 2007.

SILVA, Alberto Martins da, **Rosa da Fonseca e seu Filhos.** 1^a edição. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2013.

ROCHA, José Maria Tenório. **Manoel Mendes da Fonseca.** *Memórias Legislativas*.15 de março de 1998. Disponível em <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html> Acesso em: 18/10/2016.

ROSA da Fonseca. Disponível em <www.wikialagoas.al.org.br/index.php?title=Rosa_da_Fonseca&oldid=93445#Vencendo_Barreiras>. Acesso em 15/10/ 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Rosa da Fonseca

Origens e legado para o Brasil

*Elisangela Bezerra Francisco**

Introdução

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, por intermédio do seu Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar (CEPHiMEx), realizou em setembro de 2016 um Ciclo de Estudos de História Militar com o tema “O Legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar”. Esse Ciclo atendeu a determinações das Portarias: nº 650, de 10 de junho de 2016 (Diretriz para entronização de D. Rosa Maria Paulina da Fonseca como Patrona da Família Militar), e nº 255-EME, de 4 de julho de 2016 do chefe do Estado-Maior do Exército, que aprova a Diretriz para a implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT) do Exército Brasileiro.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as origens familiares de D. Rosa da Fonseca, tratando como focos principais a dificuldade de identificação de sua data de nascimento e também de sua paternidade. Busca destacar ainda, em face do difícil contexto de sua criação e formação, a forte figura feminina em que se tornou Rosa da Fonseca. Resalta, finalmente, a valorosa família que constituiu e que legou à História Institucional do Exército Brasileiro.

Para a realização do presente estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica com levantamento de fontes primárias e secundárias, e foi feita, ainda, entrevista com o pesquisador e descendente de José de Carvalho Pedrosa, Sr. Davi Rodrigues de Sena¹ e com o historiador e especialista nos estudos biográficos sobre Rosa da Fonseca, Sebastião Heleno.

Este trabalho de pesquisa sobre Rosa da Fonseca apresenta documentos comprobatórios, com as devidas fontes. Inicia pelo seu Batismo, discorre sobre a divergência de sua paternidade e seus supostos irmãos e, também, elabora um resumo da vida de seus filhos. Registra, também, suas contribuições para a pátria, com honras, méritos, valores e alicerces que se mantêm até os dias de hoje.

Sua valorosa prole constituiu-se de dez filhos. Oito eram varões, que engajaram na vida de caserna assim como seu pai, Manoel Mendes da Fonseca. Sete deles combateram no teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança, onde três sucumbiram. Os sobreviventes continuaram a contribuir com a pátria, destacando-se o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República, e o médico e literário, general João Severiano da

* Concluinte do II Curso de Atualização em História Militar, Política e Biográfica do CEPHiMEx, bacharel em Ciências Contábeis (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rio de Janeiro-RJ). Cursando Especialização em História Militar pela UNISUL.

Fonseca, atual patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

O nascimento de Rosa da Fonseca

No ano de 1802, Alagoas fazia parte da capitania de Pernambuco; apenas em 1817 houve a sua emancipação. Em 1822, Alagoas passou a ser Província e apenas em 1899 tornou-se estado federativo.

Sobre Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante, assim chamada, em seu nascimento, há apenas um consenso entre os historiadores, o ano e o local de nascimento: 1802 em Alagoas. Diversas datas foram apresentadas, mas a que esta pesquisadora julga sustentável, após os estudos realizados, é a de 18 de setembro daquele ano.

A igreja até hoje sugere os primeiros meses de vida para o Batismo, então é aceitável a data de 30 de outubro de 1802, considerando seu nascimento em 18 de setembro de 1802. Com base nesse raciocínio, questionamos a data de nascimento de Rosa apresentada pela maioria dos historiadores, 18 de outubro, uma vez que a diferença de apenas 12 dias seria pequena tendo em vista as condições em relação ao puerpério para o deslocamento até o local de batismo — atualmente, Anadias e Marechal Deodoro possuem uma distância de 63,4km e estão, em média, a uma hora de viagem uma da outra.

Sobre seus pais, pouco se comenta ou se tem registro por motivos culturais daquela época, em que a mulher não tinha muito destaque, e apenas as informações dos homens, feita por homens, possuem registros e notoriedade.

O historiador Craveiro Costa, em *História das Alagoas*, diz apenas que D. Rosa da

Fonseca nasceu nas Alagoas em 1802. Ângela Canuto, médica e escritora, em *Mulheres Alagoanas*, a respeito de D. Rosa da Fonseca, registra: “Nasceu em Anadia em 18 de outubro de 1802”; Cícero Rafael, em *História de Anadia*, diz que “D. Rosa Maria Paulina da Fonseca nasceu na cidade das Alagoas, em 18 de outubro de 1802”, mas, sobre seus pais não há informação. Prof. Moacir Medeiros de Santana, em *Esemérides Alagoanas*, diz que “D. Rosa Maria Paulina da Fonseca nasceu em Marechal Deodoro, em 18 de outubro de 1802” e não apresenta sua filiação. No site *História de Alagoas* (www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html), o professor e pesquisador de História e Folclore, José Maria Tenório da Rocha, apenas informa: “D. Rosa da Fonseca, nascida em 18 de outubro de 1802”, não apresentando dados que pudesse esclarecer se o nascimento teria sido em Anadia ou na Cidade das Alagoas. Também não informa quanto aos pais de D. Rosa. Pondera, ainda, que não há um consenso sobre o assunto entre os historiadores. No mais recente livro lançado, *Rosa da Fonseca e seus filhos*, o autor, general médico Alberto Martins da Silva, baseando-se também em outros autores, indica que seu nascimento se deu em 18 de outubro de 1802.

Busca genealógica sobre a paternidade de Rosa da Fonseca

O professor historiador, Sebastião Héleno, afirma em seu livro, *Marechal Deodoro: a primeira Capital de Alagoas*: “D. Rosa Paulina de Barros Cavalcante nasceu em 18 de setembro de 1802 e era filha de Antônia Maria de Barros e José de Carvalho Pedrosa”.

Por que não consta o sobrenome Pedrosa, suposto pai, ao nome de Rosa? Considerando-se o contexto histórico da época, Rosa da Fonseca é mais uma pessoa cuja paternidade não está registrada e, portanto, há ausência do sobrenome paterno ao nome de Rosa da Fonseca. Na **Figura 1**, uma cópia digitalizada do Livro de Batismos da Paróquia de N. S. da Conceição 1802/1810, na pag. 17 v. Registro de Batismo de Roza, datado de 30 de outubro de 1802.

A mãe de Rosa, Antônia Maria, era solteira. Não há citação de seu cônjuge. Provavelmente os pais de Rosa não eram casados conforme as normas da igreja católica. Sobre sua suposta paternidade, José de Carvalho Pedrosa, segue a cópia de assento do casamento, xerografada do Livro nº 1 da freguesia de N. S. da Conceição de Marechal Deodoro, Alagoas. O documento original se encontra no Arquivo da Cúria Metropolitana

de Maceió ou em microfilme do Arquivo da Igreja dos Mórmons, em seu Departamento SHF – Centro da História da Família. Microfilme nº. 1365894.

Eram comuns as variações José Carvalho Pedrosa ou José de Carvalho Pedrosa e, às vezes, encontramos também a grafia José de Carvalho Pedroza. Ângela Custódia do Nascimento aparece, de vez em quando, com a grafia Angélica Custódia do Nascimento e também encontramos Ângela Maria e Anna. Conforme apresentado, José de Carvalho Pedrosa, em 1813, era menor, e estava contraindo núpcias; não poderia ser pai de Rosa da Fonseca, nascida em 1802.

Supostos irmãos de Rosa

Segundo Sebastião Heleno, dona Rosa tinha, por parte de “pai”, os seguintes irmãos: Felicidade Perpétua, Maria da Costa,

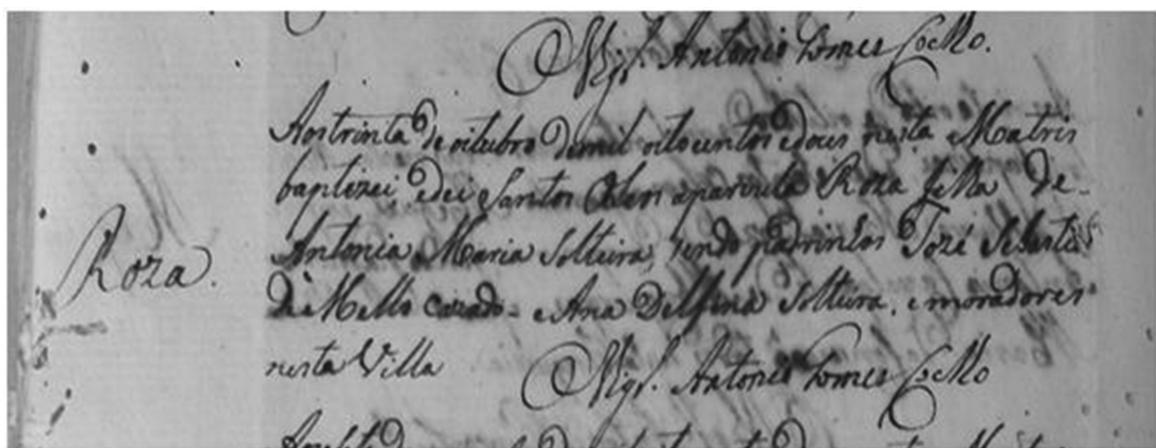


Figura 1 – Registro de Batismo de Roza, datado de 30 de outubro de 1802

Fonte: Livro de Batismos da Paróquia de N. S. da Conceição, 1802-1810, pág. 17 v.

Transcrição: Aos trinta de outubro de mil oitocentos e dois nesta Matriz, batizei e dei Santos Óleos a párvula Roza filha de Antônia Maria solteira, sendo padrinhos José Sebastião de Mello casado e Ana Delfina solteira, moradores nesta Villa.

Notícias a dezenas de mil oito centos e treze) na Capela de Santa Rita nova em presença do Padre Manoel Teixeira Pinheiro, de minha licença, sendo testemunhas José Francisco Salgueiro e eu, Miguel Antônio Esteves casados, ambos desta Freguesia, se receberam em Matrimônio na forma do Sagrado Concílio Tridentino, corridos os banhos sem impedimento, o Contraente justificado menoridade em que veio de sua natural Freguesia, o Contraente José de Carvalho Pedrosa com a Contraente Ângela Custódia do Nascimento, ele natural da Freguesia de São Julião do Calendário do Arcebispado de Braga, filho de Domingos Carvalho e Maria Narcisa, ela natural desta Freguesia, filha de Antônio Carvalho Monteiro e Joana Francisca. O mesmo Padre lhes deu as bênçãos e eu fiz este assento. O Vigário Antônio Gomes Coelho.

Figura 2 – Assento do casamento de José de Carvalho Pedrosa e Ângela Custódia do Nascimento

Fonte: Livro nº 01 da freguesia de N. S. da Conceição (Marechal Deodoro-AL)

Transcrição: Aos dezoito de fevereiro de mil oitocentos e treze na Capela de Santa Rita nova, em presença do padre Manoel Teixeira Pinheiro, de minha licença, sendo Testemunhas: José Francisco Salgueiro e Miguel Antônio Esteves casados, ambos desta Freguesia, se receberam em Matrimônio na forma do Sagrado Concílio Tridentino, corridos os banhos sem impedimento, o Contraente justificado menoridade em que veio de sua natural Freguesia, o Contraente José de Carvalho Pedrosa com a Contraente Ângela Custódia do Nascimento, ele natural da Freguesia de São Julião do Calendário do Arcebispado de Braga, filho de Domingos Carvalho e Maria Narcisa, ela natural desta Freguesia, filha de Antônio Carvalho Monteiro e Joana Francisca. O mesmo Padre lhes deu as bênçãos e eu fiz este assento. O Vigário Antônio Gomes Coelho

Ana Maria da Costa, Pedro Carvalho da Costa e Mariana da Costa. Pelo exposto, José de Carvalho Pedrosa teria tido outra esposa com o sobrenome “da Costa”. O autor, em sua pesquisa de campo, obteve suas informações a partir de visitas e conversas com os moradores locais e afirma que há registros na igreja de Nossa Senhora da Conceição sobre sua família. Com base nas informações obtidas pela pesquisa do professor Sebastião Heleno, José

de Carvalho Pedrosa teria sido casado, também, com Ângela Custódia do Nascimento e teve os filhos que se seguem.

1. Maria Magdalena do Espírito Santo, batizada na capela de Santa Rita em 5 de maio de 1816. Foi casada com José Gregório de Carvalho.
2. Romão, falecido, ainda criança.
3. Theresa Maria de Jesus, que foi casada com Luiz de Carvalho.

4. Manoel, falecido ainda criança.
5. Delfina Maria Pedrosa, casada primeiro com Venâncio Francisco do Espírito Santo, e depois com João Gomes de Carvalho.
6. Felicidade Perpétua, casada com Manoel Ferreira Maia.
7. Manoel de Carvalho Pedrosa, casado primeiro com sua sobrinha Theresa Maria do Espírito Santo (Filha de Maria Magdalena do Espírito) e depois com Emília Maria da Conceição.
8. Pastora Maria de Jesus, casada com Antônio Correia de Melo.
9. Sipriano de Carvalho Pedrosa, casado com Luiza Maria de França.

É notório que nas duas linhagens (da Costa e Pedrosa) há uma irmã com o mes-

mo nome, Felicidade Perpétua... Isso reforça nossa hipótese de que há um equívoco no que diz respeito à tese de que José Carvalho Pedro tenha sido o pai de dona Rosa da Fonseca.

Dentre os filhos apresentados, segue o Batismo de Sipriano, nome incomum entre os filhos e o mais legível para apreciação. Livro de Batismo nº 5 – 1825 a 1848, Paróquia de N. S. da Conceição Marechal Deodoro (**Figura 3**).

Nesse documento, Ângela Custódia aparece com o nome de Ana. Essas trocas de nomes aconteciam, como citado anteriormente. Ex.: Theresa de Jesus e depois aparece como Theresa Pedrosa. Segue outro documento corrigindo tal equívoco, o registro de óbito de Ângela Custódia do Nascimento (**Figura 4**).

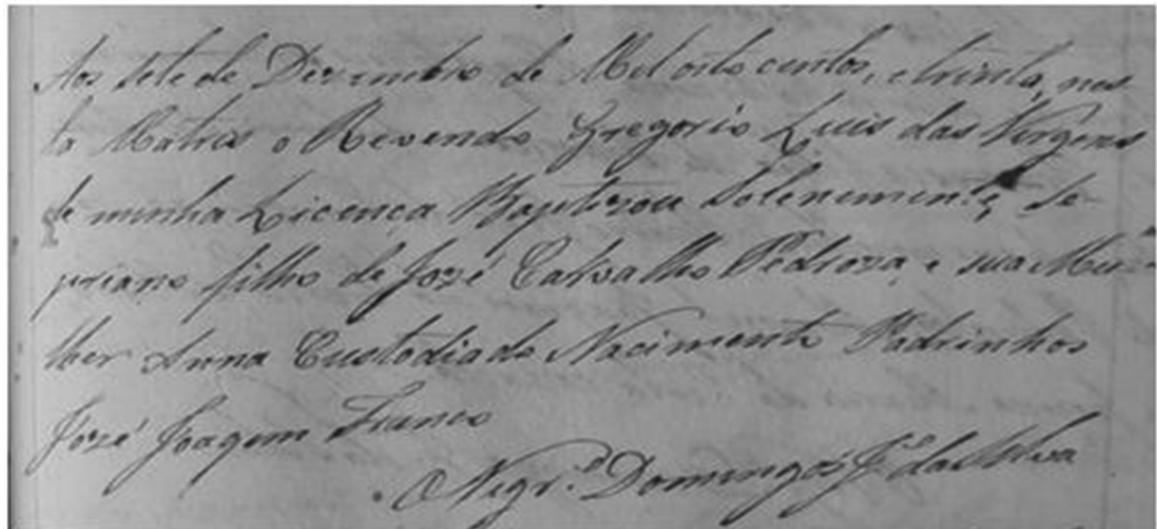


Figura 3 – Certidão de Batismo de Sipriano

Fonte: Livro de Batismo nº 5, 1825-1848, Paróquia de N. S. da Conceição (Marechal Deodoro-AL)

Transcrição: Aos sete de dezembro de mil oitocentos e trinta nesta Matriz o Reverendo Gregório Luis das Virgens de minha licença batizou solenemente a Sipriano, filho de José Carvalho Pedroza e sua mulher Anna Custódia do Nascimento. Padrinho José Joaquim Franco. O Vigário Domingos José da Silva

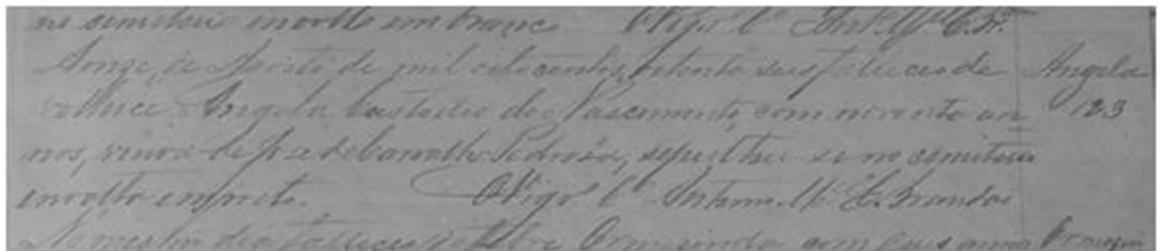


Figura 4 – Registro de óbito de Ângela Custódio do Nascimento

Fonte: livro s/numeração, 1883-1889, pág. 39, Paróquia de N. S. da Conceição (Marechal Deodoro-AL)

Transcrição: A onze de agosto de mil oitocentos e oitenta e seis, faleceu de velhice Ângela Custódia do Nascimento com noventa anos, viúva de José de Carvalho Pedrosa; sepultou-se no cemitério envolta em preto.

O Vigário Antônio Manoel Castilho Brandão

Com esse registro, identifica-se que José de Carvalho Pedrosa teve apenas uma esposa, confrontando o registro anterior em que se encontra o nome Ana e confirmando a troca de nomes ou abreviações.

No dia 30 de setembro, no Livro de Batizados da citada Paróquia, o batizado de Maria, filha de José Carvalho do Bonfim e Sebastiana Maria. Aqui, José Carvalho aparece como sendo do “Bonfim”, talvez por raízes de família ou

por devoção ao Senhor do Bonfim, padroeiro da Igreja do Bonfim na localidade Taperaguá, em Marechal Deodoro. Então, temos: José Carvalho e José Carvalho do Bonfim, identificando a mesma pessoa.

Este documento mostra que Maria seria irmã por parte de pai de Rosa da Fonseca. Mas, devido a tantas controvérsias, sobre o local de nascimento e data da referida, esses dados ainda merecem maiores estudos e pesquisas.



Figura 5 – Batizado de Maria, filha de José Carvalho do Bonfim e Sebastiana Maria

Fonte: Livro de Batismo nº 2, 1810-1817, Paróquia de N. S. da Conceição (Marechal Deodoro-AL)

Transcrição: Aos nove de agosto de mil oitocentos e dezesseis na Capela de Santa Rita batizou e deu os Santos Óleos de minha licença o padre Manoel Teixeira Pinheiro a párvida Maria, filha de José Carvalho do Bonfim e sua mulher Sebastiana Maria; sendo padrinhos Francisco Carvalho Albuquerque e sua mulher Maria da Conceição todos desta freguesia. O vigário Antônio Gomes Coelho

Encontrado o testamento de Domingos de Carvalho Monteiro, que, segundo o documento, seria irmão de José de Carvalho, marido de Antonia Maria, mãe de Rosa da Fonseca. Pelo suposto, Rosa teria ficado órfã ainda pequena. O testamento original se encontra nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. Devido ao seu estado de conservação, alguns trechos não permitiram a transcrição, mas isso não impedi de se ter seu conteúdo observado.

A moradia de Domingos Carvalho Monteiro era na Ilha do Porto, localidade vizinha ao povoado Riacho Velho, separado por um estreito canal, de poucos metros de largura. Desde o séc. XV, Riacho Velho era “o local de refúgio” dos escravos. Isso se estendeu até o séc. XIX e até hoje se apresenta como um dos mais precários de Alagoas. Segundo o Sr. Sebastião Heleno, foi lá o local de nascimento da D. Rosa da Fonseca.

Analisando a situação do Sr. Domingos Carvalho Monteiro, vemos que o mesmo se encontrava em uma situação muito difícil, a ponto de estar devendo dezesseis mil réis, a sua escrava de nome Felícia. No Nordeste, ainda hoje as pessoas mais religiosas e conservadoras não dizem os nomes daqueles que já faleceram. Apenas dizem: o falecido ou a falecida. E, por conta desse costume, ficamos sem saber os nomes de outros irmãos e irmãs de Domingos Carvalho Monteiro. Aqui, uma prévia cópia com alguns descritos em destaque:

O Testamento de DOMINGOS CARVALHO MONTEIRO, datado de 1805.

Domingos Carvalho Monteiro em seu Testamento, declara: sou natural desta Vila das Alagoas, filho legítimo de Domingos Carvalho Monteiro e de sua mulher, Roza Maria, já

falecidos. Declaro que sempre me conservei solteiro e sempre morador desta Vila e que nunca tive filhos que possam ser meus herdeiros e sim irmãos legítimos que se acham vivos, José Carvalho, casado e morador na Ilha do Porto e Anna Maria, solteira (...). Deve ficar constituído por meus herdeiros, os dois meus irmãos vivos, José Carvalho e Anna Maria, como também a filha do dito, minha sobrinha fêmea que [...]

Pelo documento e localidade, parece se tratar de Rosa da Fonseca, e nota-se que não há sobrenome Pedrosa, ou Bonfim ou da Costa para sua paternidade, conforme consta no citado livro *Marechal Deodoro: a primeira capital de Alagoas*, do respeitável Professor Sebastião Heleno. Ainda, sobre sua mãe, sabe-se que Rosa tornou-se órfã de mãe antes dos seis anos de idade.

O encontro de Rosa Maria com Manoel Mendes da Fonseca

No site da Prefeitura de Marechal Deodoro, a primeira capital de Alagoas, consta que Manoel Mendes da Fonseca Galvão Filho, futuro esposo de Rosa, nasceu no dia 25 de julho de 1785, filho único de Manoel Mendes da Fonseca Galvão e de Dona Maria Mendes, recebendo o nome do seu genitor, na localidade denominada de Sítio Gruaranha, distante uma légua da Vila de Anadia, estado de Alagoas. Em outro site, *Histórias de Alagoas*, descreve-se que:

No dia 25 de setembro de 1806, aos 21 anos de idade, o referido era praça no Exército do Regimento de Infantaria do Recife. Em 6 de março de 1817, estourava no Recife uma revolução chefiada por Domingos José Martins. Com golpes rápidos e inesperados, os rebeldes dominaram a cidade e

construíram uma junta revolucionária. Dali a rebelião espalhou-se para a Paraíba, Fernando de Noronha e Bahia.

Em setembro de 1822, uma grande disputa de poder tomava conta do território brasileiro, em decorrência da Independência do Brasil e da consequente separação do território português. Devido à resistência das tropas portuguesas aquarteladas em nosso país, alguns pontos do Brasil tornaram-se cenários para uma intensa guerra. Nesse período de grande importância para a consolidação da independência brasileira, Manuel Mendes destacou-se em uma arriscada missão chefiada por ele, que consistia em levar reforço bélico para os soldados brasileiros que resistiam às tropas portuguesas na Bahia. Por esse fato, Manuel Mendes da Fonseca foi promovido ao posto de alferes (o equivalente a segundo-tenente) e logo foi transferido para o corpo de infantaria da Província de Alagoas. Segundo o site, poucos meses depois, no ano de 1823, Mendes foi promovido a capitão e, nesse tempo, conheceu Rosa Maria Paulina.

Conforme o relato, Rosa Maria da Fonseca tinha 21 anos quando se casou com Manoel Mendes da Fonseca. E, apesar da diferença de 17 anos, dessa união surgiu uma verdadeira linhagem de heróis militares. Entre eles, o proclamador da República Federativa do Brasil. No mesmo site, a respeito de Manoel Mendes Fonseca, acontece uma divergência relativa a seu sobrenome Galvão. Ora se refere à sua mudança, em 1806, quando se tornou praça, ora, mais adiante, quando a família Galvão não permitiu o uso devido a seu casamento com Rosa Maria, o que aconteceu em 1824. Em 1806, Rosa tinha apenas quatro anos, portanto não seria precursora de tal fato. E no mais, caso esse relato tenha

fundamento, com certeza hoje a família Galvão sentiria muito a perda de tal linhagem devido aos ilustres descendentes que ficaram de fora da genealogia. No sítio Family Search foi apresentada uma justificativa provável para a retirada do nome Galvão de Manoel Mendes. No livro *Fonseca — Uma família e uma história*, edição de 1982, Editora Obelisco, São Paulo, Walter Fonseca diz:

Todavia as origens mais remotas dos FONSECAS retroagem no tempo até o século II a.C., quando Portugal e Espanha foram conquistados pelos romanos. O nome FONSECA é tão antigo quanto o antiquíssimo velho Portugal.

E mais adiante ressalta:

A omissão, pelos interessados, do nome FONSECA, parece ter sido feita visando eliminar problema de cacofonia (som ruim — encontro ou repetição de sons que desagradam ao ouvido) Fonseca-Galvão, o que também aconteceria com a retirada do nome GALVÃO, fato circunstancial que ocorreu com o tenente-coronel Manuel Mendes da FONSECA, marido de Rosa da FONSECA e filho único do tenente-coronel Manoel Mendes da FONSECA GALVÃO. Retornando às origens dos FONSECAS no Brasil, verifica-se a existência de dois troncos ancestrais básicos: LOPES GALVÃO e FONSECA GALVÃO.

A seguir, um transscrito da justificativa do casamento de Manoel e Rosa; infelizmente pouco ou nada se lê e, segundo as pesquisas, esses livros estão “perdidos” ou, no caso, ilegíveis. O casamento aconteceu em 9 de dezembro 1824. Infelizmente, o Registro Original de 1824, citado, está assentado no livro nº 2, que já não mais existe no arquivo da Cúria nem tampouco nos Arquivos dos Mórmons.



Figura 6 – Justificação do casamento do major Manoel Mendes da Fonseca e Rosa Maria Paulina da Fonseca (cópia digitalizada) Data: 6 de janeiro de 1841

Fonte: Livro nº 3 na pag. 65

Transcrição: Na data de 9 de dezembro de 1824, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, da Cidade de Alagoas, Manoel Mendes casa-se com D. Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante, sendo testemunhas do enlace Dr. Gustavo Mello de Aguiar e o comandante das Armas Joaquim Mariano de Oliveira Bello, chefe do major Mendes, do qual era seu secretário. A cerimônia foi officiada pelo Pe. Antonio Gomes Coelho Mello.

O nascimento dos ilustres

A partir de seu casamento, Rosa Maria Paulina Cavalcante de Barros passou a chamar-se Rosa Maria Paulina da Fonseca e ficou conhecida como Sra. Mendes da Fonseca. Em 11 de setembro de 1824, nascia Hermes Ernesto da Fonseca, seu primeiro filho. No ano seguinte, nasceu Severiano Martins da Fon-

seca, em 8 de novembro. E, depois de dois anos, veio o terceiro filho, Manoel Deodoro da Fonseca, em 5 de agosto de 1827. Pedro Paulino da Fonseca, o quarto filho, nasceu em 6 de junho de 1829 e Hipólito Mendes da Fonseca, em 13 de agosto de 1831, sendo o quinto filho.

Rosa ainda concebeu mais dois filhos em Alagoas. Foram Eduardo Emiliano da

Fonseca e João Severiano da Fonseca, respectivamente em 2 de junho de 1833 e 27 de maio de 1835. Em seguida, vieram as duas filhas, Emília Rosa da Fonseca, 26 de fevereiro de 1837 e Amália Rosa, em 20 de março de 1839. Em 1842, aconteceu a migração da família para o Rio de Janeiro, e, três anos depois, nasceu o caçula, Afonso Aurélio da Fonseca, em 11 de setembro de 1845, mesmo dia que seu irmão mais velho.

Firma-se a prole de dona Rosa da Fonseca, 10 filhos, sendo todos os homens integrantes das forças militares, e duas mulheres. Em uma época de mudança histórica no Brasil, a família Fonseca firmou seu nome e também seu sangue para os acontecimentos que se mantêm até os dias de hoje, comentados não apenas no Brasil, mas também no exterior.

Abaixo, registram-se pequenas sínteses biográficas de sua ilustre prole, cujo conteúdo tem por base as biografias constantes da obra *Rosa da Fonseca e seus filhos* (SILVA, 2013).

Hermes Ernesto Da Fonseca

O primogênito, nascido em Alagoas, iniciou sua carreira militar em 25 de setembro de 1842 como praça no Primeiro Batalhão de Artilharia a Pé, antigo regimento de artilharia do Rio de Janeiro, e em seguida se matriculou na Escola Militar da Corte. Em 1844, ganhou duas promoções, de alferes-aluno e segundo-tenente, e foi incorporado ao 4º Batalhão de Infantaria a Pé. No ano seguinte, foi transferido para a Província da Bahia. Participou de diversas movimentações importantes, destaque para a Província de Pernambuco, onde recebeu elogios do imperador, pois foi gravemente ferido à bala. Seus

pais fizeram um pedido à Corte para que seu primogênito recebesse os cuidados necessários no seio familiar, no Rio de Janeiro.

Casou-se por duas vezes, tendo seis filhos com Rita Rodrigues Barbos, entre os quais se destaca Hermes Rodrigues; em segundas núpcias, com Francisca de Paula da Fonseca, tendo mais dois filhos. No Rio Grande do Sul, foi demarcador de terras.

Devido a suas atuações também no teatro de guerra, sempre com heroísmo e bravura, foi um dos militares mais elogiados em seu tempo, além de exercer excelentes postos no Império, como conselheiro de Guerra e brigadeiro do Império. Também foi o governador da província de Mato Grosso (1887-1880); marechal da República e governador da Bahia. Chegou à patente de general e faleceu no Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1890, após uma cirurgia. Seus restos mortais encontram-se no Cemitério São Francisco Xavier. Como homenagem, o 59º Batalhão de Infantaria, em Alagoas, tem o seu nome.

Seu filho, Hermes, foi ministro da Guerra no inicio do séc. XIX e o 8º presidente da República Brasileira (1910-1914). A 1ª Região Militar, que compreende os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, leva o seu nome, Marechal Hermes da Fonseca.

Severiano Martins da Fonseca

Segundo filho, entrou juntamente com seu irmão, em 25 de setembro de 1842, no Primeiro Batalhão de Artilharia. Em 1848, terminou o curso de artilharia e foi transferido para o 4º Batalhão de Artilharia. Em 30 de abril de 1852, foi promovido a capitão. Uma particularidade sua: foi o único dos Fonseca a receber um título nobiliárquico, barão de

Alagoas. Como todos os títulos consagrados pela nobreza da época, foi recebido por dedicação e desempenho profissional dentro da carreira militar. Pai do marechal Olímpio de Carvalho Fonseca (1857-1930) e do general Percílio de Carvalho Fonseca (1860-1911).

Manoel Deodoro da Fonseca

Em 25 de fevereiro de 1845, assentou praça no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, onde já serviam seus irmãos. Sua primeira missão foi na Província de Pernambuco, no ataque à cidade do Recife, em Soledade, onde arrancou elogios de seu comandante por sua honrosa atuação. Em 1952, chegou a 2º tenente, e foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Recebeu a patente de capitão e foi servir na Escola Militar. Exerceu o cargo de ajudante de ordem do comandante das armas, tenente-coronel Antônio de Alencastro, na Província de Mato Grosso, em 1859. Nesse período, conheceu sua esposa, Mariana Cecília de Sousa Meireles, carioca, e contraiu matrimônio em 18 de abril de 1860, no Palácio Diocesano, em Cuiabá. Passados dois anos, foi exonerado de seu cargo e retorna à Corte, Somente após 29 anos, regressa ao Mato Grosso, agora como comandante das forças em operação. Em 1864, foi designado para a Brigada Expedicionária no rio Da Prata, e sua esposa fica aos cuidados de sua sogra, já viúva, D. Rosa da Fonseca.

Deodoro foi afastado da Corte. Era notória sua liderança entre as tropas, e contagiente sua visão de mudanças sobre o Imperialismo. Seus irmãos acompanhavam sua trajetória, e muitas cartas eram trocadas, com apoio e conselhos, de uma família que buscava novas perspectivas para um futuro país.

Em 1889, muitas mudanças se consolidavam, como a Lei Áurea, a velhice ditosa do Imperador e o Movimento Republicano, este, com diversos precursores, como Quintino Bocaiúva, Benjamim Constant, Rui Barbosa e Silva Jardim.

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro proclama a República e, mais adiante, recebe o título de presidente dos Estados Unidos do Brasil, em 25 de fevereiro de 1891. Passados nove meses, renunciou a seu posto de primeiro presidente e, em 1892, reformou-se, tendo falecido no mesmo ano.

Pedro Paulino da Fonseca

O quarto filho ilustre começou a carreira militar aos 17 anos como praça, seguindo a carreira das armas conforme seus irmãos mais velhos. Matriculou-se na Escola Militar e, em 1854, terminou seu curso de artilharia, servindo ao Exército Imperial até 1861. Foi julgado incapaz pela junta superior de saúde por estar infectado por tuberculose pulmonar, doença que, na época, era incurável.

Casou-se em 1857 com Francisca Catarina Francioni e teve 9 filhos. Mediante sua saída das fileiras imperiais, foi o filho que permaneceu com Rosa durante as insurgências inimigas nas províncias do futuro país. Mais adiante se tornou: vice-diretor da Casa de Correção; coronel honorário; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA); membro do Clube de Bethoven; primeiro governador de Alagoas, sendo eleito pelo congresso em 1891; e patrono da cadeira 54 do IHGA. Estava, no dia 15 de novembro de 1889, a cavalo, ao lado de Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant aguardando o pronunciamento de seu irmão, Deodoro,

consolidando a República. Faleceu em 16 de novembro de 1902, no Rio de Janeiro.

Hipólito Mendes da Fonseca

O quinto filho de Rosa da Fonseca foi dado como morto em Curupati, em 1866, mas, segundo alguns historiadores, seu corpo não foi encontrado, apesar das intensas buscas e das notícias desnorteadas sobre sua morte. Foi o segundo filho a falecer na guerra da Tríplice Aliança. Começou no Exército com 15 anos e serviu no Batalhão de Depósito de Recrutas. Casou-se com Guilhermina Coralina Dutra, em Porto Alegre, no ano de 1861, e teve três filhos. Foi promovido a alferez em 1853, a tenente em 1861 e a capitão em 1866.

Eduardo Emiliano da Fonseca

Foi o terceiro filho de Rosa a sucumbir na Guerra. Entrou para o Exército com 20 anos no 1º Batalhão de Infantaria. Foi promovido a cadete em 1854, aspirante-a-oficial em 1857, tenente em 1861, capitão em 1867 e major em 1868. Serviu a bordo do navio Jequitinhonha na Batalha do Riachuelo, em junho de 1865, sendo detentor de muitas honrarias e medalhas. Faleceu em Itororó, onde comandava o 40º Batalhão de Voluntários, em 6 de dezembro de 1868. Era solteiro e, assim como Deodoro, não deixou filhos.

João Severiano da Fonseca

Foi o médico da família Fonseca, apesar de todos os irmãos e seu pai dedicarem-se à vida da caserna. Seguiu sua própria carreira, o que também orgulhava seus pais e todos os familiares. Ingressou na Faculdade de Medicina da Corte em 1853, concluindo cinco

anos depois. Seu pai falecera após um ano de sua formatura; em 1861, adoeceu gravemente, interrompendo suas atividades.

Finalmente entrou para o Corpo de Saúde do Exército, em 1862, e na Guerra do Paraguai, encontrou seus irmãos em Montevidéu, onde exerceu suas habilidades médicas com os feridos. Esteve em diversos locais, sob o comando de diversos patronos, como Caxias, por exemplo. Também detentor de diversas honrarias e medalhas, é, dos filhos de Rosa da Fonseca, o mais agraciado em documentos, registros e contos da época.

Foi membro da Academia Real Militar e integrante do IHGB, da Associação dos Homens de Letra, da Sociedade União Militar, recebendo diversos outros títulos, inclusive internacionais. Casou-se pela primeira vez em Corumbá com Anália D'Alincourt, em 1877, onde nasceram dois herdeiros. Hermes, que seguiu a carreira militar e chegou a marechal, e Afonso, que foi tabelião. Em segundas núpcias, agora no Rio de Janeiro, com Orminda dos Santos Cruz, na qual teve um filho de nome Carlos.

Em umas de suas reuniões, no Liceu do Rio de Janeiro, estiveram presentes importantes nomes da história, como D. Pedro II, a princesa Isabel e seu marido, o conde D'Eu, Cristiano Benedito Ottoni, entre outros. Faleceu no Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1897. É patrono do Serviço de Saúde do Exército.

Emília Rosa da Fonseca e Amália Rosa da Fonseca

Como ainda era da cultura da época, poucos relatos se têm das irmãs, assim como pouco se apresentou de sua genitora. Emília

casou-se com Balbino Furtado de Mendonça e deixou seis filhos, falecendo em 23 de julho de 1887. Amália não deixou filhos, mas contraiu núpcias com Raimundo Ribeiro do Amaral. Na revista *Veja*, edição histórica, com subtítulo *Galanteios do bardo agreste, um marechal poeta e dançarino*, Valente apresenta as irmãs, como o maior temor de Deodoro, uma vez que o repreendiam abertamente por suas saídas extraconjogais.

Afonso Aurélio da Fonseca

O caçula dos Fonseca, único nascido no Rio de Janeiro, estudou no Mosteiro de São Bento e, aos 20 anos, ingressou nas fileiras do Exército Imperial, no 34º Batalhão de Voluntários da Pátria. Foi o último filho a servir à pátria e também o primeiro a derramar seu sangue por ela. Marchava na linha de frente, pois era o porta-bandeira de seu batalhão.

A encarnação da Pátria

Recebia Rosa da Fonseca, já viúva, a notícia da morte de seu caçula, Afonso Aurélio, e, logo em seguida, a de seu quinto filho, Hipólito, ocasião na qual fez menção ao seu patriotismo. Seu falecido marido, o major Manoel Mendes, já demonstrara em sua vida militar a busca por mudanças e a lealdade ao futuro Brasil. Ficou Rosa incumbida de cuidar da carreira de seus filhos e também os apresentou como sacrifício, camuflando a sua dor, diante de dolorosos e inesquecíveis acontecimentos.

Ainda tenho cinco filhos, dos sete que para lá foram, prefiro, porém, nãovê-los mais, que fiquem sepultados na terra inimigos, com morte gloriosa no Campo de Batalha,

a que voltem enlameados por essa paz desonrosa.²

Na revista da época, *Semana Illustrada*, de 20 de agosto de 1865, pág. 5, há um sone-
to dedicado a Rosa da Fonseca. Seu autor, a
princípio anônimo, apresenta para seus le-
tores, de uma forma poética, a honrosa de-
monstração da matriarca sobre o sacrifício de
perder os filhos em nome da pátria. Segundo
alguns historiadores e estudiosos, o soneto
pode ser de autoria da própria Rosa. Junta-
mente com este, na referida revista, aparece
a ilustração de Rosa com seus sete filhos que
serviam na guerra. Os redatores da revista
eram Machado de Assis, Bruno Seabra, Pedro
Luiz, Joaquim Serra e Ernesto Cybrão.

Cala-te amor de mãe! Quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado.
Amor da Pátria, vivido, elevado
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo.
Pede-te a Pátria, cidadão honrado.
Vai meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh'alma,
Vai toda aí, convosco repartida
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! Não te assuste o horror da marcia lida,
Colhe no verde campo a melhor palma
O morte honrada ou gloriosa vida.

Em dezembro de 1868, outra notícia
veio a despertar mais sentimentos em Rosa,
a morte de seu filho Eduardo Mendes e os
ferimentos de fuzil em Deodoro e no seu ou-
tro filho, Hermes. Não obstante a dor, com
mais uma vitória das tropas brasileiras, ainda
se referiu à pátria com ápice constrangendo
sua ferida de mãe. Assim teria dito e proce-



Figura 7 – Dona Rosa e seus filhos que serviam na Guerra do Paraguai

Fonte: Revista Semana Illustrada de 20 de agosto de 1865, pág. 5

dido: “Sei o que houve, talvez até Deodoro esteja morto. Mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã, chorarei a morte deles” (sítio eletrônico do Exército Brasileiro)³. Com tudo isso, ainda assim, enfeitou a sua sacada com bandeiras, tudo em ritmo de festa, animando suas noras e filhas. Depois, recolheu-se a seus aposentos, onde, trancada, chorou por três dias o destino de seus filhos. Hoje, sua casa tornou-se o IGHMB, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rosa Faleceu em 11 de junho de 1873, no Rio de Janeiro e seu jazigo encontra-se no cemitério São Francisco Xavier, localidade do Caju.

Patrona da Família Militar e seus nomes

Rosa Maria Paulina da Fonseca hoje é Patrona da Família Militar, sendo constituído o Dia da Família Militar a data de seu provável nascimento, em 18 de setembro.

Homenagem merecida por todos os seus feitos e de sua prole. Em Alagoas, e também no Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro, há uma escola de ensino fundamental que tem seu nome. Também chamada de Mãe dos Sete Macabeus, referente a uma passagem bíblica, na qual a mãe vê seus sete filhos serem mortos por professar sua fé, queimados à sua vista.

Após o casamento, ficou conhecida como Sr.^a Mendes da Fonseca. Para os familiares, era carinhosamente chamada de Vó Tadona (SILVA, 2013 p.24), principalmente a partir da época em que se tornou viúva e exerceu o papel de chefe da família, sendo responsável por suas noras, filhas, netos e Pedro Paulino. O Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IGHMB), sediado na Casa Histórica de Deodoro, espaço aberto à visitação, homenageia Rosa da Fonseca com a nomeação de seu pátio como Pátio Rosa da Fonseca.

Observações finais

A partir dos estudos aqui expostos, encontramos caminhos mais consistentes para o esclarecimento de algumas dúvidas sobre a genealogia de Rosa da Fonseca. As entrevistas feitas por correio eletrônico com o professor Sebastião Heleno indicam a figura paterna de José de Carvalho Pedrosa, porém a questão de duas linhagens de irmãos por parte de pai, uma delas com sobrenome “Da Costa”, com registros na referida igreja de Alagoas, colocam em dúvida a paternidade de José Carvalho Pedrosa.

Além disso, a fonte documental (certidão) relativa ao casamento de José de Carvalho Pedrosa apresenta, com clareza, que José de Carvalho Pedrosa, em 1813, era menor e estava contraindo núpcias com essa ressalva; portanto, não poderia ser pai de Rosa da Fonseca, nascida em 1802, o que desestabiliza sobremaneira a hipótese de que seria o genitor de nossa heroína.

Em relação à data de nascimento de Rosa, acreditamos, conforme o registro de seu batismo, ser mais verossímil a data de 18 de setembro de 1802, e não 18 de outubro, pe-

las razões expostas no texto. Especialmente a questão da preservação do tempo de resguardar após o nascimento — tendo sido batizada em 30 de outubro, conforme comprovamos com sua certidão de batismo, não teria sido possível, com apenas 12 dias de nascida, ter percorrido 63,4km até o local de batismo, a cidade de Marechal Deodoro.

É possível inferir que, quando conheceu Manoel Mendes, Rosa já sabia de seus feitos, inclusive sua declaração de Independência na Província. A história que nos legaram faz-nos crer que compartilhavam da mesma visão de mundo, e o resultado foi a descendência de homens nobres, todos atuantes no Exército Brasileiro, verdadeiros alicerces da História da República, e de mulheres fortes e preservadoras das Instituições e da ordem.

Rosa, a querida *vó Tadona*, como a chamavam seus familiares, infelizmente, não viu a República e nem quem a proclamou, mas talvez soubesse em seu coração que seus filhos seriam notáveis homens, como fora seu marido. Mesmo viúva, manteve sua postura como amante do Brasil, e dedicou-se inteiramente à Pátria. **REB**

Referências

- CRAVEIRO, João Costa: **História das Alagoas**. Editora Melhoramentos, 1984.
- FONSECA, Pedro Paulino da. **Genealogia dos Galvões e Fonsecas**. Maceió, Revista do IHGAL, 1880.
- FONSECA, Walter. **Fonseca: uma família e uma história**. São Paulo: Obelisco, 1982.
- HELENO, Sebastião. **Marechal Deodoro a primeira Capital de Alagoas**. Editora Marechal Deodoro, 2002.
- MEDEIROS, Moacir de Santana. **Efemérides Alagoanas**. Edição de 1992 - Instituto Arnon de Mello.
- RAFAEL, Cícero. **História de Anadia**. Maceió: SERGASA, 1994.

REVISTA Semana Illustrada. *Edição 00245, de 20 de agosto de 1865.*

ROCHA, José Maria Tenório. **Manoel Mendes da Fonseca.** *Memórias Legislativas.* 15 de março de 1998. Disponível em <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html>. Acesso em: 18/10/2016.

ROSA da Fonseca. Disponível em <www.wikialagoas.al.org.br/index.php?title=Rosa_da_Fonseca&oldid=93445#Vencendo_Barreiras>. Acesso em 15/10/ 2016.

PATRONO. Rosa da Fonseca. Disponível em <www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/olavo-bilac-servico-milit-1>. Acesso em 16/10/ 2016.

SILVA, Alberto Martins da. **General João Severiano da Fonseca.** 1^a edição. Brasília: Editora EGGCF, 2007.

SILVA, Alberto Martins da. **Rosa da Fonseca e seu Filhos.** 1^a edição. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2013.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Davi Rodrigues de Sena. Natural de Maceió-AL. Desenhista técnico e professor aposentado do curso de Edificações do IFAL. Pesquisador de sua genealogia. Principalmente pelos seus antepassados. Famílias: Hollanda Cavalcanti, Carvalho Monteiro, Carvalho Pedrosa, Rodrigues Gaia, Rodrigues Pauferro, Rodrigues de Senna... Dentre outras. É tetrâneto de José De Carvalho Pedrosa.

² Página eletrônica do sítio <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html>.

³ <www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/olavo-bilac-servico-milit-1>.

Uma Rosa para o Exército

Contribuições de dona Rosa da Fonseca, Patrona da Família Militar

Marcelo da Silva Nunes*

Introdução

Definir família não é uma tarefa fácil, pois seu significado sofre alteração ao longo do tempo. Na Roma antiga, o termo “família”, derivado do latim *filius*, significava “escravo doméstico”. Nos dias atuais, o dicionário Aurélio define como “Conjunto de todos os parentes de uma pessoa e, principalmente, dos que moram com ela”.

Atualmente a família, como instituição, tem enfrentado uma série de novos desafios, sobretudo pelas várias transformações legislativas e políticas em matéria de matrimônio e em relação à vida devido à rápida transformação da sociedade nestes últimos tempos.

Hoje em dia são muitos os sinais de degradação de alguns valores fundamentais da família, como, por exemplo, o número crescente de divórcios, a crescente mentalidade contraceptiva, o aborto, entre outros. Há, ainda, a questão do avanço da tecnologia, que, embora traga os benefícios de nos permitir fazer contatos com pessoas que moram em regiões distantes do mundo, enviar e receber documentos em tempo recorde e ampliar nossos conhecimentos em todos os aspectos da vida cotidiana, também promove

um certo distanciamento, pois ficamos totalmente conectados no mundo virtual, ignorando o que se passa em nosso entorno. Não é difícil ir a um restaurante e ver em uma mesa uma família onde cada membro está concentrado apenas na tela do celular à sua frente.

A família, em todos os tempos, foi considerada como a primeira e fundamental expressão da natureza social do homem. Ela é o instrumento mais eficaz de personalização da sociedade; sociedade esta que lamentavelmente vem sendo cada vez mais despersonalizada, sobretudo, com o crescimento assustador da violência, da miséria, das drogas e de tantas outras desordens que têm ferido o âmago da família.

A humanidade precisa recuperar a capacidade de olhar adequadamente para as questões em torno da família, pois o futuro da sociedade passa por ela; por isso mesmo, diante dos inúmeros desafios e das mais diversas ameaças, ela representa uma esperança, sendo um dos tesouros mais importantes da sociedade.

A Família Militar

Normalmente os oficiais do Exército são transferidos a cada dois ou três anos. Essas transferências incluem cursos de aperfei-

* Graduado em Ciências Sociais (UERJ/02), mestrando do Programa de Pós-/Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO – Niterói-RJ).

coamento, como os ministrados na ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) ou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), ambas no Rio de Janeiro. Além disso, essa movimentação tem por finalidade principal assegurar a presença nas organizações militares do efetivo necessário à sua eficiência operacional e administrativa, além de proporcionar grande experiência para o oficial e ampliar sua visão sobre o Brasil. É fundamental para a profissão conhecer e servir nas diferentes regiões do país que jurou defender.

A movimentação dos oficiais pelo território nacional se faz em sua grande maioria acompanhada de suas esposas e filhos. Elas sabem, quando se casam com um militar, que este costuma ser designado para várias missões e que elas devem acompanhá-los; o que as afasta de suas famílias e dos laços de sociabilidade que tinham antes de casar.

De certo modo, essas mudanças geram, para a família do militar, o conhecimento de novas pessoas e regiões, mas pode criar também alguns inconvenientes, como a dificuldade de emprego para o (a) companheiro (a) civil ou mesmo os estudos, pois, embora a transferência seja garantida pelo estado, conciliar o currículo de uma universidade com o de outra geralmente não é tarefa fácil.

Outro ponto importante na vida da família militar relaciona-se ao dia a dia, à logística de uma casa. Em muitos casos durante essas transferências, a nova casa não tem as mesmas características da anterior, sendo necessárias adaptações com móveis, quartos para todos os filhos, ou porque fica distante do quartel onde o marido ou a esposa serve.

O sentimento de lar e lugar está em constante construção.

O que é um lar¹? A palavra vem do nome dado aos deuses romanos protetores de um domicílio, os lares, que se relacionavam ao local onde era aceso o fogo para cozinhar e aquecer, um conceito que hoje não temos mais. O dicionário Aurélio vai definir “lar” como “Solo da chaminé da cozinha, chão ou pedra em que se acende o lume na casa pobre, casa, pátria”.

E o que é o lugar? Dentro da geografia, o termo lugar tem vários sentidos e definições; o conceito utilizado por Carlos (2007) parece o mais adequado:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (pág. 22)

As mudanças pelas quais os oficiais têm de passar ao longo da carreira indicam o modo de vida de suas famílias e, de certo modo, até reforçam o núcleo familiar. Também produz identificação e um estreitamento de laços entre as famílias militares.

Essa concepção da “Família Militar” contempla características encontradas nos quartéis, tais como camaradagem, coletividade, união, respeito etc. Sendo assim, a “Família Militar” contempla o Exército como um todo e com um grande sentimento de grupo.

A “família” torna-se “Família Militar” no convívio nas vilas e prédios militares, nas funções que as esposas têm dentro do meio militar e nos eventos militares. Isso se estende para os filhos de militares que seguem a carreira do pai.

Como vimos, a vida do militar e de sua família não é fácil ou tranquila, como podem vir a pensar algumas pessoas. É exigida uma disciplina, dedicação e uma entrega além das conhecidas pelas famílias de não militares.

Nesse contexto, ter referências positivas e inspiradoras ajuda, pois é natural do ser humano espelhar-se em alguém para moldar seus costumes, crenças, atitudes, escolhas, comportamento etc. Isso acontece por um fenômeno natural, nitidamente percebido no comportamento das crianças, cujas ações são diretamente influenciadas pelas atitudes dos pais ou familiares próximos de seu convívio diário. Assim como é verdade o velho jargão que propõe que “uma imagem vale mais que mil palavras”, a força de um bom exemplo nos orienta e nos inspira muito mais do que milhões de palavras ou normas.

Dona Rosa Fonseca



Figura 1 – Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti
Fonte: www.myheritage.com (acesso em 20/10/2016)

Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti, também conhecida como dona Rosa Fonseca, é uma dessas pessoas em cujo caráter, força e patriotismo devemos nos espelhar.

Dona Rosa nasceu em 18 de setembro de 1802, no povoado Riacho Velho, atualmente município de Marechal Deodoro, em Alagoas. Embora na sua época a sociedade fosse extremamente patriacial, ela exerceu um papel fundamental na formação cívica da família.

Rosa da Fonseca e Manuel Mendes casaram-se em setembro de 1824. Como ela vinha de uma família muito humilde, essa união não foi bem recebida pela família do marido. Esse casamento originou uma das mais importantes linhagens militares do país, como o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, e Hermes Rodrigues da Fonseca, sobrinho, do Marechal Deodoro.

Segundo Fonseca (1982), a origem da família Fonseca é bem antiga.

Todavia as origens mais remotas dos Fonsecas retroagem no tempo até o século II a.C., quando Portugal e Espanha foram conquistados pelos romanos. O nome Fonseca é tão antigo quanto o antiquíssimo velho Portugal. Apesar de muito popular em Portugal o nome Fonseca, não se sabe exatamente qual a família que teve primeiro o direito de usá-lo. O nome Fonseca estendeu-se além de Portugal e Espanha, tomando a forma de Fonsèque na França e de Fonseca ou Fonsecha na Itália. Fonseca ou Affonseca provém da família de Mem Gonçalves da Fonseca ou Mem Gonçalez de Affonseca, que deixou a seguinte descendência: Payo Cavaleiro, Fidalgo de Galiza, que foi pai de Gonçalo Paese, este pai de Mem Gonçalez de Affonseca, casado com dona Maria Peres Tavares, filha de Estevam Peres Tavares, sabendo-se que deste casal descendem todos os Fonsecas de Portugal e do Brasil.

A família Fonseca, brasileira, tem as suas raízes mais antigas na família Lopes Galvão, que teve como seu fundador, nos fins do século XVIII, o Mestre de Campo do Regimento da cidade de Olinda/PE, Manoel Lopes Galvão, que se fixou no Rio Grande do Norte. Núcleos da família Lopes Galvão se desenvolveram na região de Seridó, notadamente nos municípios de Acary e Currais Novos. A partir de 1825, reaparecem, nos descendentes de Manuel Mendes da Fonseca e de sua mulher, Rosa da Fonseca, os sobrenomes que, num passado longínquo, foram conhecidos em Portugal e Espanha: Rodrigues da Fonseca, Mendes da Fonseca (ou Affonseca) e Martins da Fonseca (ou Affonseca). (pág 96-120)

O marido de dona Rosa, o Sr. Manuel Mendes da Fonseca Galvão, era um militar do Exército (1785-1859). Ele era primo dos marechais Rufino Enéias da Fonseca Galvão, visconde de Maracaju (1831-1909), o último ministro da Guerra da monarquia, e Antônio Enéias da Fonseca Galvão, Barão do Rio Apa (1832-1895), ministro do Supremo Tribunal Militar. Reformou-se em 1842, no posto de tenente-coronel.



Figura 2 – Antiga residência da família Fonseca na cidade de Marechal Deodoro-AL

Fonte: culturaeviagem.wordpress.com (acesso em 20/10/2016)

Dona Rosa teve dez filhos, sendo oito homens e duas mulheres. Destas não se têm muitas informações. Já os filhos todos ocuparam cargos importantes no Exército, na política e na Administração Pública.

Dos quatro filhos enviados para combater na Guerra do Paraguai, três deles faleceram em combate: Afonso Aurélio da Fonseca, alferes do 34º Batalhão dos Voluntários da Pátria, o capitão Hipólito Mendes da Fonseca, morto na Batalha de Curupaiti, e o major Eduardo Emiliano da Fonseca, morto no combate da ponte de Itororó.

Há relato a respeito de dona Rosa (1866) que narra a seguinte fala de nossa patrona:

Prefiro não ver mais meus filhos! Que fiquem antes todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa no campo de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para nossa Pátria.

A vitória que a Pátria alcança e que todos foram defender vale muito mais que a vida de meus filhos.²

Flores (2010) conta-nos que:

Quando soube das perdas, irreparáveis para o amor materno, festejou com o povo a vitória obtida pela Pátria, engrandecida com as mortes dos seus heróis, para só então, nos dias subsequentes, recolhida em seu quarto, chorar a morte dos filhos. (pág.39)

Severiano Martins da Fonseca nasceu na cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), em 8 de novembro de 1825. Foi um militar e marechal de campo brasileiro. Participou da Campanha do Paraguai, recebendo diversas condecorações, entre elas as medalhas Paissandu, Mérito Militar e Bravura Militar. Fez parte do Conselho do Imperador, do

Conselho Supremo Militar e do Conselho de Guerra. Comandou a Escola Militar entre 1877 e 1878. Faleceu no Rio de Janeiro, 18 de março de 1889, 16 dias depois de receber o baronato.

Coronel Pedro Paulino da Fonseca nasceu na cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, no dia 6 de julho de 1829. Em 1872 tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e, em 1883, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Com a proclamação da República, foi nomeado, por decreto de 19 de novembro de 1889, coronel honorário e governador de Alagoas. Tomou posse a 2 de dezembro, substituindo Tibúrcio Valeriano de Araújo. Em seu governo, fez gestões para a criação da vara privativa de juiz de direito dos casamentos, cumprindo assim as exigências para a institucionalização do casamento civil, criado pela República. Foi senador da República pelo mesmo estado. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de novembro de 1902, como coronel honorário do Exército brasileiro e diretor da Casa de Correção.

Marechal Hermes Ernesto da Fonseca nasceu em Alagoas, no atual município de Marechal Deodoro, em 11 de setembro de 1824. Com 16 anos, se tornou bacharel em Ciências e Letras e entrou para a Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi ministro da Guerra no governo do presidente Afonso Pena (1906 a 1909). Participou ativamente, em 1910, da fundação do Partido Republicano Conservador (PRC). Em 1914 (após o mandato presidencial), foi eleito senador pelo estado do Rio Grande do Sul, porém se recusou a assumir o cargo em função do

assassinato de Pinheiro Machado (dirigente do Partido Republicano Conservador). Faleceu na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro) em 9 de setembro de 1923.

General João Severiano da Fonseca nasceu a 27 de maio de 1836, na cidade de Alagoas, hoje chamada Marechal Deodoro. Em 1880, tornou-se o primeiro militar a integrar a Academia Imperial de Medicina. Em 1887, atuou como médico na Comissão de Limites com a Bolívia em Corumbá, regressando após três anos para ser reintegrado ao Hospital da Guarda da Corte. Por uma determinação do ministro da Guerra, que não mais permitia a direção dos hospitais militares por oficiais leigos (não médicos), João Severiano, já como tenente-coronel, assumiu interinamente a direção do hospital na transição do Brasil Imperial para o Brasil República (e do Hospital da Guarda da Corte para o Hospital Central do Exército).

Militar mais antigo do Corpo de Saúde à época, foi, logo depois, promovido a coronel e nomeado inspetor do Pessoal do Serviço Sanitário, sendo efetivado no posto de general de brigada, como inspetor geral do Serviço de Saúde, a 4 de outubro de 1890.

Ainda em 1890, passou a fazer parte do Conselho Supremo Militar de Justiça. Serviu, ainda, no Hospital Militar de Andaraí e chefiou a enfermaria da Escola Militar da Praia Vermelha, além de ter sido professor da cadeira de Ciências Físicas e Naturais do Imperial Colégio Militar.

É interessante notar que João Severiano foi desligado do Exército oito dias após assinar o *Manifesto dos treze generais*,



Figura 3 – Imagem da família Fonseca

Fonte: www.legiaodainfantariadoceara.org (acesso em 21/10/2016)

que contestava a legitimidade do governo de Floriano Peixoto. Teoricamente, entretanto, o licenciamento deu-se devido a sua eleição a senador. Ao término do mandato, em 4 de novembro de 1893, ele foi reintegrado ao Exército ainda no cargo de inspetor-geral do Serviço Sanitário, o qual ocupou até seu falecimento, em 7 de novembro de 1897, na cidade do Rio de Janeiro.

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca nasceu na cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, em Alagoas, no dia 5 de agosto de 1827. Em 1848, aos 21 anos, integrou as tropas que se dirigiram a Pernambuco para combater a Revolução Praieira e participou ativamente de outros conflitos durante o Império, como a brigada expedicionária ao rio da Prata, o cerco a Montevidéu e a Guerra do Paraguai.

Ingressou oficialmente na política em 1885, quando exerceu o cargo de presidente (equivalente ao atual de governador) da província do Rio Grande do Sul. Assumiu a presidência do Clube Militar

de 1887 a 1889 e chefiou o setor antiescravista do Exército. Com o título de marechal, Deodoro da Fonseca proclamou a república brasileira no dia 15 de novembro de 1889 e assumiu a chefia do governo provisório. Faleceu no Rio de Janeiro, em agosto de 1892.

O patriotismo de dona Rosa era tão inspirador que há interpretações que sugerem que um dos maiores escritores

de todos os tempos, Machado de Assis, publicou o soneto *Cala-te amor de mãe*, tendo como ilustração a foto da **Figura 3**.

Cala-te, amor de mãe! Quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado.
Amor de pátria, vivido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo;
Pede-te a pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

É o sétimo, o último. Minh 'alma repartida,
Vai toda aí, convosco repartida,
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! não te assuste o horror da marcia lida;
Colhe no vasto campo a melhor palma;
Ou morte honrada ou gloriosa vida.

Flores (2010, p. 38) reforça a caracterização de dona Rosa como a “grande velhinha que soube inflamar a alma dos seus filhos com chama de amor à pátria”. Afirma, ainda, que seu lar modesto era o quartel-general de todos os militares.

COMANDANTE DO EXÉRCITO

PORTEARIA Nº 650, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar (EB10-D-05.001) e dá outras providências.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, o inciso XIV do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, ouvidos o Estado-Maior do Exército e o Departamento de Educação e Cultura do Exército, resolve:

Art. 1º Instituir D. Rosa Maria Paulina da Fonseca (1802-1873) como Patrona da Família Militar e estabelecer o dia 18 de setembro, seu nascimento, como o Dia da Família Militar.

Art. 2º Aprovar a Diretriz para a implantação das citadas reverências no âmbito do Exército, que com esta baixa.

Art. 3º Estabelecer que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Boletim do Exército nº 24, de 17 de junho de 2016. - 11

Figura 4 - Designação de Rosa Maria Paulina da Fonseca como Patrona da Família Militar

Fonte: www.legiaodainfantariadoceara.org (acesso em 21/10/2016)

Dona Rosa faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1873; foi sepultada no cemitério de São Francisco Xavier. A lápide do antigo túmulo encontra-se na Casa de Deodoro, em Marechal Deodoro, para visitação pública.

Conclusão

Diante de uma personagem histórica de tamanha devoção patriótica e que tanto contribuiu para o país através da educação dada aos seus filhos, o Exército, através da Portaria nº 650 de 10 de junho de 2016 (**Figura 4**), do comandante do Exército, instituiu como Patrona da Família Militar a dona Rosa Maria Paulina da Fonseca e estabeleceu o dia 18 de setembro, data do seu nascimento, como o Dia da Família Militar.

Diante de uma sociedade cada vez mais individualista e de valores questionáveis, que se refletem no crescimento da violência, miséria, drogas, divórcios e tantas outras desordens que ferem a essência da família, o Exército ter como Patrona da Família Militar uma pessoa com o histórico de dona Rosa Fonseca é um referencial importante como instrumento de personificação que serve a sociedade.

Os bons exemplos ajudam a construir os valores que adquirimos ao longo da vida e que pesam na balança de nossas tomadas de decisão. Eles nos fazem inclinar nossas atitudes ou nossa conduta em uma direção, e não em outra. Os valores, ao fazerem nossas decisões e ações tomarem determinada direção, estão funcionando como a fonte do sentido de nossas opções, de escolhas, de nossas decisões, de nossos atos e de nossas ações. 

Referências

- A FAMÍLIA mais patriótica do Brasil.** Disponível em <culturaeviagem.wordpress.com/2014/10/25/a-familia-mais-patriotica-do-brasil-e-alagoana>. Acesso em 04/10/2016.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BARROS, Reynaldo de. **Pedro Paulino da Fonseca.** Disponível em <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/ver-betes/primeira-republica/FONSECA,%20Pedro%20Paulino%20da.pdf>. Acesso em 10/10/2016.
- BRASIL. PORTARIA Nº 650, de 10 de junho de 2016 do Comandante do Exército. Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.
- FLORES, HILDA AGNES HUBNER. **Mulheres Na Guerra do Paraguai.** Porto alegre: EDIPUCRS – PUC, RS, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FONSECA, Walter. **Fonseca, uma família e uma história.** Editora Obelisco, 1982.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. **Narrar vidas, contar a história.** A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- ROSA da Fonseca. Disponível em <www.wikialagoas.al.org.br/index.php?title=Rosa_da_Fonseca&oldid=93445#Vencendo_Barreiras>. Acesso em 02/10/ 2016.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Belo Horizonte: Ed. UFMG/Cia. das Letras, 2007.
- SENA, Ernesto. **Deodoro Subsídio para a história.** Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.
- SILVA, Alberto Martins da. **Rosa da Fonseca e seus filhos.** Brasília, DF: Athalaia, 2013.
- SILVA, Hélio. **Deodoro da Fonseca 1º Presidente do Brasil (1889 1894).** Editora Três. 1983.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ A palavra “lar” em nosso idioma ainda se usa para “local onde se acende o fogo numa casa”, mas sendo substituída por “lareira”. <origemdapalavra.com.br/site/palavras/lar/>.

² <www.legiaodainfantariadoceara.org/Rosa-Fonseca_cronologia.html>. Acesso em 27/10/2016.

A vida de Rosa da Fonseca no Brasil oitocentista

Mobilidade social, literatura e história

Maristela da Silva Ferreira*

Introdução

Certa vez, uma mestrandona em antropologia, interessada na pesquisa sobre militares e com dificuldades para recortar seu tema e definir os elementos de sua pesquisa etnográfica, especialmente em relação ao binômio entrevistador/entrevistado, (quem seriam seus informantes, onde seriam realizadas as entrevistas?), recorreu ao renomado antropólogo Celso Castro e, em suas conversas, ouviu dele a seguinte frase, “meu pai é militar, e minha mãe tem muita história pra contar” (2009, p. 93). Para a pesquisadora, iniciante no tema dos militares como objeto de pesquisa, essa foi a chave; estavam assim postos, inicialmente, o seu campo de pesquisa (a família militar) e seu principal informante: a “mulher de militar”.

Essa frase é também a chave para este estudo. Se dona Rosa da Fonseca pudesse nos contar histórias de sua vida em família, quais delas contaria? São, certamente, muitas e variadas. Se tivesse tido a oportunidade de escrevê-las ou de deixar uma narrativa a um biógrafo, estaríamos hoje com uma preciosidade em nossas mãos, para homenagear e honrar aquela que, nascida livre, mestiça, filha de pais desconhecidos, per-

correu bela e heroica trajetória de superação das dificuldades: de sua origem simples e à margem dos padrões sociais, para uma vida urbana no centro da Corte; das margens e bastidores ao centro da cena, de uma família sem reconhecimento paterno, à constituição de uma família de pessoas que, com nobreza, heroísmo, e até mesmo o sacrifício da própria vida, semearam exemplos e valores que reconhecemos hoje como alícerces da construção da história desta nação.

Assim, nesse exercício hipotético de imaginar e escolher, por ela, qual história contar, e, ainda, considerando as fontes que temos¹, realizamos uma pesquisa de cunho exploratório, com fontes bibliográficas e documentais, e decidimos por nos ater à narrativa de um poema anônimo, conhecido pela sua primeira frase, como *Cala-te, amor de mãe*, publicado no periódico *Semana Illustrada*, edição 245, em 20 de agosto de 1865, (reproduzida ao final do artigo), que representa o fato histórico da partida de seu filho mais novo, o último a se voluntariar e a partir para a Guerra do Paraguai.

Por esse ângulo, no diálogo entre Literatura e História, pretende-se mostrar uma face dessa vida de total doação e devoção à família militar e aos anseios da nação.

* Ten Cel QCO R/1 (Magistério, Língua Inglesa; EsAEx/92), mestre em Letras/Linguística (UFJF-MG/05), doutora em Letras/Estudos da Linguagem (PUC-RJ/10). Secretária da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

Das margens da sociedade ao centro da cena do país

Nascida em 1802, em Anadias (AL), no alvorecer de um novo século, em uma nação que logo inauguraría uma nova era com a chegada da Corte Portuguesa (1808), Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante (1802-1873) testemunhou, até seus últimos dias, uma pátria constantemente convulsionada por inúmeras rebeliões e conflitos internos e devastada por um grande conflito externo, a Guerra do Paraguai.

As condições de vida e o prognóstico de mobilidade social para uma mulher com sangue indígena em suas origens, filha de pais desconhecidos (nenhum registro de pai em sua certidão de batismo, e a mãe, socialmente, também uma desconhecida) e que “ainda tinha comportamento inconveniente para uma moça, como montar a cavalo em pelo, disparar pelas ruas da cidade e nadar nas lagoas” (ROCHA, 1998), eram, como demonstra Del Priore, uma vida em que “Mestiças, mulatas e negras sofriam privações, careciam de educação e tinham sua mobilidade controlada” (2014, p. 14).

Os casamentos à época eram realizados com a observância de alguns critérios; dentre eles o que mais predominava era a recomendação de que o casamento deveria se dar entre pessoas “iguais”, daí serem comuns os casamentos com parentes próximos, primos e até meios-irmãos. Havia inclusive um manual escrito por D. Francisco Manoel de Melo em 1747, que estabelecia:

(...) uma das coisas que mais podem assegurar a futura felicidade dos casados é a proporção do casamento. A desigualdade causa contradição, discórdia. (...) perde-se a paz, e a vida é um inferno. Para a pro-

porção dos pais, convém muito a proporção do sangue; para o proveito dos filhos, a da fazenda; para o gosto dos casados, a das idades.

O Guia estabelecia que as pessoas não podiam ter origens sociais ou religiosas diferentes; que os casamentos entre aqueles que não observavam as “proporções”, como entre católico e muçulmano ou judeu, ou entre branco e negro, pobre e rico, não tinham a harmonia necessária e eram fadados ao fracasso. A igualdade dos bens possuídos era fundamental para assegurar que os filhos continuassem tão ricos quanto os pais. E, ainda “diferença de idade era combatida, pois, se um velho rico se casava com uma mulher bem mais moça, havia o risco de esta, depois de enviavar, gastar o dinheiro com outro homem mais moço”. (DEL PRIORE, 2104, p. 21; 22)

O Estado e a Igreja apostavam em um papel feminino em que as meninas limitavam-se a passar a maior parte entre o oratório e a esteira, não aprendiam a ler, aprendiam apenas a fazer rendas, bordado, e costura. E, para as mulheres, eram previstas duas faces possíveis, dentro e fora de casa:

Dentro da casa a mulher poderia comandar alianças, poderes informais, estratégias. Mas apenas dentro da casa. Na rua, era outra coisa. O risco da perda de honra crescia; conversas com homens eram inadmissíveis. Estar fora depois das Ave-Marias era sinônimo de se prostituir. A diferença entre as mulheres de casa, em geral casadas, e as da rua, trabalhadoras concubinadas ou sós, acentuava-se. (ibidem, p. 19)

Em síntese, deviam resignar-se a serem “incultas, piedosas, prisioneiras da casa”. (ibidem p. 19)

Contrariando todos os padrões e os *Guias*, encontram-se e enamoram-se no ano de 1823, na cidade de Anadia (AL), Rosa e Manuel Mendes da Fonseca. Silva (2013, p. 12) conta-nos que esse encontro se deu quando, nesse período, estava nessa localidade, em missão militar, Manoel Mendes da Fonseca Galvão, em razão do movimento republicano eclodido em Pernambuco com irradiação para as províncias vizinhas.

Rosa, portadora de vários elementos “desproporcionais” ao sucesso do casamento pretendido (mestiça, pobre, de pais desconhecidos), nascida Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante, casou-se aos 22 anos, em 9 de dezembro de 1824, na Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição em Alagoas, com o Manoel Mendes da Fonseca Galvão (17 anos mais velho), para dissabor da família deste, que era militar, filho de pai negociante e tinha, por parte de mãe, ascendentes militares na família, pertencendo, portanto, a estratos sociais superiores.

Com a desobediência aos preceitos da época e contrariando os prognósticos para o lugar social que deveria ocupar segundo as normas sociais do século XIX, Rosa, a partir de então Rosa Maria Paulina da Fonseca, move-se, ao longo de sua vida de casada, das margens da sua cidade natal, Anadias (AL), para a vida urbana e prestigiosa da cidade da Corte, o Rio de Janeiro, onde, conforme relatado na obra *Deodoro, subsídios para a História* (SENA, p. 204), sua residência era frequentada por seus comprovincianos, com os quais conversava em vários assuntos,

demonstrando clara inteligência, robusta memória e invejável reminiscência, referindo-se com precisão a respeito dos acontecimentos das Alagoas, sua terra natal, e à história dos acontecimentos políticos do seu tempo.

Além de mover-se para o centro da cena da Corte, internamente também, com o falecimento de seu amado esposo em 1859, ocupa definitivamente o centro da cena familiar, assumindo o difícil papel de chefe do lar, pai e mãe de seus dez filhos.

Declarada a guerra com o ditador do Paraguai, sete dos seus filhos, com seu apoio, inclusive o mais moço deles, Afonso, com apenas 20 anos, marcharam, no decorrer do conflito (1864-1870), com consentimento e incentivo da mãe, para o combate, de onde apenas três retornaram com vida.

Essa parte da história, sem final feliz, mas repleta de honra e glória, é aquela que supomos que dona Rosa escolheria para nos contar, e que o aclamado e gasto poema *Calalte, amor de mãe*, ilustra com tanta beleza.

A interface entre história e literatura

Com o intuito de melhor informar sobre a situação do português como idioma nacional no contexto letrado do Brasil imperial do século XIX, em que se deu a redação do poema, acompanhamos Fiorin, 2013, a respeito da política linguística do idioma português como idioma nacional à época:

Até então, o que se falava num território não tinha sido objeto de uma política. A difusão de material impresso, principalmente jornais, tem um papel importante na tomada de consciência de uma unidade linguística nacional. Muitas das línguas nacionais europeias não existiam como tal antes do século XIX. Elas foram forjadas, constituídas, inventadas no curso da elaboração dos estados nacionais. Em Portugal, tem papel relevante na criação de uma identidade linguística o marquês

de Pombal. Ele tinha a nítida consciência do papel da língua no forjamento de uma identidade comum, evidentemente ainda baseada no princípio *cujus regis, ejus língua* [tal rei, tal língua — tradução nossa]. Ele promulga o diretório dos índios em 3 de maio de 1757, em que se determina que a língua geral deixe de ser usada e que o português assuma seu lugar em todos os atos públicos da colônia. (p. 14, 15)

No Brasil oitocentista, e a partir da política linguística do marquês de Pombal, já se esboçava um projeto de “unidade linguística nacional”, o que favorecia a redação, a circulação e a leitura de textos literários, como os que abordaremos a seguir.

Sob o ponto de vista linguístico, entendemos que a língua é uma construção histórico-cultural (TOMASELLO, 1999, 2003; WITGENSTEIN, 1975 [1953]), na qual língua e história se constituem mutuamente. Ela é o sistema de signos por meio dos quais jogamos o jogo da linguagem, enunciamos o presente, o passado e o futuro, onde se disponibilizam as peças e o tabuleiro com os quais se narram e se constituem as práticas sociais, as tradições, as conquistas e as derrotas, os heróis e as grandes personalidades, os castelos e as ruínas.

A historicidade do romance *Iaiá Garcia* e do poema *Cala-te, amor de mãe*

As fronteiras entre história e literatura sempre foram tênues. O romance *Iaiá Garcia* (1997 [1878]), de Machado de Assis, é um ótimo exemplo dessa articulação entre literatura e história. Em seu discurso literário, recuperam-se de tal modo as configurações histórico-sociais da época, que ele pode ser compreendido, também, como mais uma fonte de consulta acerca

do contexto político, social e até mesmo antropológico do Brasil das últimas décadas do século XIX.

No romance, Machado já sinaliza algumas características satíricas que irão marcar seu estilo. O autor deixa transparecer, nessa narrativa, um desencanto com os mecanismos políticos de sua época, observando de forma perspicaz e implacável o mundo que o rodeava.

Como analisa Araújo (2010), as penas do *Bruxo do Cosme Velho*² em *Iaiá Garcia* nos proporcionam a visualização de algumas implicações sociais e políticas em torno da busca e orientação por algo comum e que pudesse nos unir em torno do “manto de uma nação ‘forte e coesa’, configurada na unidade das províncias brasileiras em nome do imperador”.

Nas próximas linhas, retomamos, de forma panorâmica, e seguindo resenha de Araújo (2010), o enredo e alguns trechos do romance machadiano julgados relevantes para a compreensão de um ângulo da identidade nacional brasileira oitocentista, bem como do provável papel exercido pela Guerra do Paraguai no erigir simbólico desta nação.

A narrativa de *Iaiá Garcia* centra-se principalmente na preocupação de Valéria em separar seu filho Jorge de um amor que considerava infrutífero e socialmente impróprio, ilustrado por Machado na figura de Estela (agregada da família, portanto, desqualificada para seu filho). Não sendo bem-sucedida em seus propósitos, Valéria pede a presença e atuação de um grande amigo da família e de seu falecido marido, Sr. Luís Garcia, que atuava como uma espécie de conselheiro da família e, em seu entendimento, era a pessoa mais bem indicada para proceder à separação de Jorge e Estela.

Luís Garcia, apesar de não concordar com os meios utilizados pela mãe de Jorge e para separar o filho de Estela, (uma agregada, alguém socialmente inferior), discordava veementemente da ida de Jorge para o Paraguai. O conselheiro achava que o alistamento de Jorge como voluntário para a guerra seria um desperdício. Para Garcia, anulava-se assim uma promissora carreira de advogado. Abaixo, um diálogo entre Valéria e Luís Garcia em torno da repercussão da guerra e do futuro de Jorge:

— Sr Luís Garcia, disse a viúva; esta Guerra do Paraguai é longa e ninguém sabe quando acabará.
— Vieram notícias hoje?
— Não me consta.
— As de ontem não me animaram nada, continuou a viúva depois de um instante. Não creio na paz que López veio propor. Tenho medo que isto acabe mal.
— Pode ser, mas não dependendo de nós...
— Por que não? Eu creio que é chegado o momento de **fazerem todas as mães um grande esforço e darem exemplo de valor, que não serão perdidos** (grifo nosso). Pela minha parte, trabalho com meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário, podemos arranjar-lhe um posto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel. Ele, entretanto, resiste até hoje, não é falta de coragem nem de patriotismo; sei que tem sentimentos generosos. Contudo resiste...
— Que razão dá ele?
— A razão é boa.
— Sim, porque a mim custaria a separação. Mas não se trata do que eu ou ele podemos sentir: trata-se de cousa mais grave, da pátria, que está acima de nós. (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 12)

Jorge, ao despedir-se de Estela, confessa a verdadeira causa que o levara a se voluntariar à guerra:

(...) não é o patriotismo que me leva, é o amor que lhe tenho, amor grande e sincero, que ninguém poderá arrancar-me do coração. Se morrer, a senhora será o meu último pensamento; se viver, não quero outra glória que não seja a de me sentir amado. (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 35)

Enquanto a mãe de Jorge o empurrava para a guerra, não por patriotismo, mas para salvá-lo de um casamento socialmente inadequado aos padrões de seu tempo, os filhos de Manoel e Rosa da Fonseca, por razões bem diversas, verdadeiras convicções patrióticas suas e de seus pais, marcharam para os campos de batalha. Essa história, cheia de glória e sacrifícios, é retratada no poema abaixo, publicado na revista *Semana Illustrada*, edição 245 (reproduzida ao final do artigo), de 24 de agosto de 1865,

Cala-te, amor de mãe

Cala-te, amor de mãe! Quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado.
Amor de pátria, vivido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo;
Pede-te a pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh'alma
Vai toda aí, convosco repartida,
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! não te assuste o horror da marcia lida;
Colhe no vasto campo a melhor palma;
Ou morte honrada ou gloriosa vida.

A revista *Semana Illustrada*, periódico semanal, fundado por Henrique Fleiuss em 1860, circulava todos os domingos, era composta, normalmente, por oito páginas, quatro de texto e quatro de ilustração, e tinha em sua redação no-

mes ilustres como Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Quintino Bocaiúva, que muitas vezes colaboravam anonimamente.

O periódico, que circulou de dezembro de 1860 a abril de 1876, com parâmetros gráficos que lançaram a qualidade editorial da época a elevados patamares, era o instrumento impresso de comunicação mais popular do Império à época. Nas ilustrações de Fleiuss — verdadeiras obras de arte — e nos textos, predominavam o tom da sátira e da crítica social.

Foi nesse prestigioso meio de comunicação que foi publicado o poema anônimo *Cala-te, amor de mãe*, atribuído por muitos a Machado de Assis, e por alguns à própria matriarca. O respeito e o reconhecimento aos feitos heroicos dos filhos de Rosa e à dor da mãe que entregara,

sem garantia de volta, os filhos à pátria foram tão grandes que o poeta anônimo despediu-se, dessa vez, do tom satírico ou crítico com que normalmente os textos eram redigidos. Narrou, em linguagem poética clássica, a heroica história dos filhos de Rosa da Fonseca, dando voz a ela, dona Rosa, para contar, em meio à dor, à abnegação e à firme convicção patriótica, a dor da partida de seu último filho para a guerra, da qual, mais tarde, três deles não retornariam: Afonso Aurélio da Fonseca, Eduardo Emiliano da Fonseca e Hipólito Mendes da Fonseca.

O discurso literário manifesto nesse poema envolve uma modalidade narrativa que capta e trata as questões propostas por aquele período, as mesmas discutidas em prosa por Machado em *Iaiá Garcia*. A po-



Figura 1 – poema *Cala-te, amor de mãe*, de Rosa da Fonseca

Fonte: *Semanas Ilustradas*, de 20 de agosto de 1865

larização que dividia a sociedade torna-se nítida nessas duas obras. Naquele romance (*Iaiá Garcia*), uma mãe querendo salvar seu filho de um casamento desprestigioso lança-o à guerra, aqui, dona Rosa querendo salvar a nação do inimigo invasor entrega seus filhos à pátria.

Por fim, e ainda para explorar um pouco o mistério da autoria do poema, pensamos que não podemos perder de vista a engenharia dessa pequena grande obra. Ele guarda a forma clássica de um soneto aos moldes camonianos, quatro estrofes, dois quartetos (as duas primeiras de quatro versos), e dois tercetos (as duas últimas de três versos), com um único tema percorrendo as quatro estrofes; há no poema uma chave de abertura e um fecho e, ainda, versos que se combinam pela rima e pela métrica. Nossa hipótese a respeito da autoria, dada a estrutura do poema, seu “engenho e arte”, é que seria mesmo do escritor e colaborador da revista, Machado de Assis, e não de Rosa da Fonseca. A história da produção literária do escritor o habilita com muito mais recursos para a redação desse gênero textual.

Convém lembrar que, como nos esclarece Del Priore (2014), as meninas naquela época, mesmo as das camadas sociais mais elevadas, eram criadas para bordar, costurar, servir, e a grande maioria nem mesmo aprendia a ler. Rosa da Fonseca, por mais perspicaz e atenta a tudo que dizia respeito à sua pátria e à sua família, provavelmente não teria tido a educação e treino literário que a instrumentalizassem suficientemente com as regras da escrita, as restrições, os critérios, as convenções linguísticas e estéticas necessários à elaboração de um poema como o que estamos abordando. Nesse

sentido é que pensamos que, embora suas reflexões e sensibilidade a habilitassem, provavelmente lhe faltariam as convenções linguísticas adequadas.

Considerações Finais

Conta-se que, mesmo diante da morte e da dor pela perda de seus três filhos, vitimados em combate pelas balas inimigas, quando ouviu falar em ajuste de paz com o ditador do Paraguai, ela, cheia de abnegação e de patriotismo, dizia a seus amigos,

Prefiro não ver mais meus filhos! Que fiquem todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa no campo de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a Pátria. (SENA, 1999, p. 204)

Assim, de volta ao exercício hipotético anunciado na introdução deste texto, acreditamos que a história narrada no poema *Cala-te, amor de mãe* seria aquela que dona Rosa escolheria para contar todas as vezes em que fosse chamada a falar de sua vida e da vida de sua família — a sua mais dolorosa história familiar, aquela que mais marcou sua memória e seu coração, e a que mais precisa ser lembrada, jamais esquecida.

Nós, leitores, com a ajuda dos livros de história e romances de época, construímos, a partir do poema, com a doce invocação da presença de dona Rosa, uma narrativa literária em que poesia e história tornam-se uma só matéria, um só discurso. Nessa textura, salta aos olhos e ao coração o gesto consciente de uma mãe que, dolorosa e abnegadamente, entrega à pátria sete dos seus dez filhos. A história nos mostra que dor maior ainda esta-

va a ela reservada: receberia de volta apenas três — experimentando a dolorosa matemática dos tempos de guerra.

Uma matriarca que, de forma poética e imperativa, determina silêncio ao coração de mãe, entregando seu último filho, de “alma repartida” e “de olhos secos, fria e calma”. Mantendo-se digna e firme até o final, “consolando noras e familiares” e, como nos relata Sena 1999 (p. 204), adorando a frente da casa com bandeiras e flores toda vez em que eram noticiados os gloriosos feitos d’armas do Exército Brasileiro na dura Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.

Esta é Rosa Maria Paulino da Fonseca, aquela que, nascida livre, mestiça, filha de pais desconhecidos”, para quem o prognóstico das regras e dos guias sociais, como

aqueles contidos no manual D. Francisco Manoel de Melo (1747), seria o de continuar a ocupar os estratos mais marginais da sociedade e manter-se em sua invisibilidade social, moveu-se com garbo e fidalguia desse possível apagamento histórico para ocupar não apenas o coração de Manuel Mendes da Fonseca, mas também o centro das atenções dos poetas, dos leitores da corte, dos comentaristas históricos da vida de seu cônjuge e de sua lendária prole.

À dona Rosa da Fonseca o nosso Exército prestou, em 10 de junho de 2016, por meio da Portaria nº 650, do comandante do Exército, uma justa, merecida e perene homenagem, oferecendo a ela o trono de Patrona da Família Militar e instituindo, a partir da data de seu nascimento, 18 de setembro, o Dia da Família Militar. 

Referências

ARAÚJO, Tiago Gomes de. Jorge, Iaiá e Machado de Assis, na Guerra do Paraguai. Dossiê. In **Revista Mosaico**. V. 3, n. 1, p. 73- 79, Jan./Jun 2010.

Semana Ilustrada. Edição 00245, de 20 de Agosto de 1865. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pasta=ano%20186&pesq=edi%C3%A7%C3%A3o%2000245>. Acesso em 15 de abril de 2017.

A Semana Ilustrada. História de uma inovação editorial. Rio de Janeiro: Cadernos da Comunicação. Série Memória nº 18 - Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

BARROS, José D’Assunção. O campo da história: especificidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORGES, Valdecir Rezende. História e literatura: algumas considerações. In: **Revista de Textos da História**. V. 1, n 1, junho 2010.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) **A história contada**: capítulos de História social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

CHARTIER, Roger. Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In: CASTRO, Celso; LEINRER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV editora, 2009. p. 93 -109.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história. São Paulo: Planeta, 2014.

FIORIN, José Luiz. Prefácio. In: LOPES, Luiz Paulo da. (org). **O Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.

SENA, Ernesto. **Deodoro**: subsídios para a História. Brasília. Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 1999.

Rio de Janeiro. Secretaria Especial de Comunicação Social. Cara e coragem de um inovador In: Cadernos de Comunicação. Série Memórias. **A semana ilustrada – História de uma inovação editorial**. 2007.

SILVA, Alberto Martins da. Rosa da Fonseca e seus filhos. Distrito Federal: Editora Athalaia, 2013.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge: Harward University Press, 1999.

_____. **Constructing a language**. London: Harward University Press, 2003.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975 [1953]. (Coleção Os Pensadores).

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ São escassas a bibliografia e as fontes de pesquisa, pois só recentemente dona Rosa se tornou verdadeiro objeto de pesquisa, especialmente com o evento da sua entronização como Patrona da Família Militar (Portaria nº 650, de 10 de junho de 2016, do comandante do Exército, que aprova a Diretriz para a Entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e estabelece o Dia da Família Militar) e com a realização do Ciclo de Estudos de Teoria e Método Aplicados à História Militar (CEPhiMEx 2016), cujo tema foi “O Legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar”.

² Joaquim Maria Machado de Assis (1839 -1908), considerado um dos maiores nomes da literatura brasileira e, talvez, mundial, primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, ganhou a alcunha de “O bruxo do Cosme Velho” a partir de uma obra a ele dedicada, escrita por Carlos Drummond de Andrade e intitulada A um bruxo com amor; a alcunha faz referência, ainda, à casa nº 18, da rua do Cosme Velho, onde morou Machado.

Nas próximas páginas, segue-se reprodução do periódico *Semana ilustrada*, edição nº 245, de 20 de agosto de 1865.



Os senhores, que nos quizerem honrar com artigos e desenhos, terão a bondade de remettê-los em carta fechada, á redacção da SEMANA ILLUSTRADA, no Imperial Instituto Artístico, largo de S. Francisco de Paula n. 16, onde tambem se assigna.

QUINTO ANNO.

N. 245.

PUBLICA-SE
TODOS OS DOMINGOS.

PREÇOS.

CÓRTE.	PROVÍNCIA.
Trimestre . . . 5\$000	Trimestre . . . 6\$000
Semestre . . . 9\$000	Semestre . . . 11\$000
Anno . . . 16\$000	Anno . . . 18\$000

Avaliso 500 rs.



Dr. Semana: Então, moleque, que é isso? Estás ajudando a suspender este edifício todo?

Moleque: Nhonhô, não sabe que tudo quanto cheira a molecagem é obra da minha officina?

Dr. Semana: Mas não tens medo? Não vês que o peso é superior á força de ambos vocês?

Moleque: Quo importa, nhonhô. Quando não puder aguentar, safo-me e deixo o cabo na mão do collega suspensor geral, que hade ficar debaixo da ratoeira.

1953

SEMANA ILLUSTRADA.

SEMANA ILLUSTRADA.

Rio, 20 de Agosto de 1865.

Novidades da semana.

Ora ainda bem! Temos novidades frescas, fresquissimas como os queijos londrinos do ultimo paquete.... do anno passado.

Mas não ha remedio senão impingil-as ao respeitável publico. E' com esses *frescos*, que se engorda os tolos, e Deos sabe que elles não faltão nesta boa, leal, heroica e simplicia cidade do Rio de Janeiro.

Chegou o paquete da Europa; muito bem: nada de novo no mundo politico: pouco variante no mundo commercial.

Mas nem tanto. Uma noticia nos trouxe que pela sua *frescura* está no caso de ser engulida como uma pilula.

O governo frances, querer dizer, Luiz Napoleão não pretende intervir nas eleições municipaes; quer experimentar a liberdade, para conhecer a opiniao do povo.

Ah! Molière! Molière! que se vivesses tinthas a tua gloria perpetuada agora em uma comedia immortal!

Entretanto quer os franceses na Argelia e em Cayena e os arabes em Paris.... para o que der e vier.

• • •
Temos revolução na Hespanha?
Haverá reacção em Berlin?

A Austria cederá o passo á Prussia? Portugal achará um organisador de gabinete?

A Italia entender-se-ha com o papa? A Belgica banirá os banidos? A Inglaterra offerecerá a faca esquerda ao guante provocador do primo americano?

Questões são estas que nem O'Donnell; nem Bismark nem Francisco José; nem o Marquez de Loulé; nem Antonelli; nem o rei Leopoldo; nem lord Palmerston; nem Eu, as podemos resolver assim do pé para a mão.

E' nestas dificuldades que mais inveja me causa a profunda e sagaz sabedoria, com que o correspondente de certo *Jornal* corta como Alexandre todos os nós intrincados da politica.

• • •
Tivemos mais um paquete.... de arribação. Vinha do Sul mas para Liverpool. A direcção do vapor e a ausencia de navios dessa procedencia faz crer que daqui por diante estamos arriscados a receber notícias do Rio da Prata pelo telegrapho de Cabo Frio.

Esse novo metodo terá ao menos a vantagem de nos trazer as notícias já *frias* para não causarem indigestão aos estomagos inflamados, que costumão ir á praça do commercio vomitar mentiras negras.

Gravissimas foram as notícias. Não as chegadas no Uruguai mas as inventadas pelos tunantes *judeus* e acrescentadas pelos boquiabertos das ruas.

Foi tomada a Uruguai! A esquadra brasileira foi quasi totalmente destruída por um pampeiro!

Robles avança sobre a Concordia com 60 mil homens e 60 peças de artilharia!

O Jequitinhonha foi salvo pelos paraguaios e faz hoje parte da esquadra dos piratas!

Ora eu não quero duvidar de que todas estas tristes notícias possam realisar-se. Mas por que canal occulto souberão os novelleiros tanta novidade?

A cousa é simples. Como toda a criança tem pai, o pai escolhido para estas petas é sempre um *passageiro* que esteve com todo o mundo e que ninguem viu.

E' louro ou moreno? Tem bigode e pera ou usa sissas? Traz barba á ingleza ou não a tem nenhuma? E' alto ou baixo? Pouco importa.

Com qualquer destes predicados hade achar-se por força um homem e sobretudo quando esse homem é passageiro, o que se lhe hade fazer?

• • •

Bocage voltou ao Brasil. Mas não se distingue mais pelo rabicho nem pelos calções afilados. Fez nobremente a sua entrada no theatro brasiliense sob a forma de um dos mais bellos dramas da lingua portugueza. Bocage já não é mais um *hyeroglyphico* mysterioso, que cada um dizeirava a seu modo. O Chapelion afortunado foi desta vez o illustre litterato portuguez o Sr. Mendes Leal. Bocage deixou de ser um enigma para ser o heroe de um drama esplendido pela linguagem, rico pelo sentimento, nobre pela fidelidade guardada e dos costumes do povo portuguez, n'uma época já bem affastada de nós. Coube ao Gymnasio Dramatico a dupla gloria de representar o drama e re-presentá-lo bem. O que se pôde exigir de um theatro acanhado e de uma empreza desajudada ainda a pesar da tenacidade e do esforço intelligente de seu director artista, lá se mostrou.

Nem quero ter olhos para os senões da execução. Fôra injustiça exigir tudo. Já não é pouco o que faz Furtado Coelho tentando reerguer o theatro abatido e animal-o de novo para estrea e gloria dos novos talentos litterarios e artisticos que por ventura tenham de florescer entre nós.

A sociedade elegante não deve desamparar o pequeno theatro que tantas noites amenas lhe offereceu outr'ora e que de novo procura chamar-a á custa de grande trabalho e grande esmero na escolha e na cohibição dos dramas. A tantos sacrificios deve o publico uma compensação.

E' verdade que a época é má. Mas não será essa mais uma razão, para que o publico tenha uma casa de espetáculo onde encontre nobre e honesta diversão ás preoccupações que o acabrunhão?

O Dr. Semana é sem duvida folgazão. Fuma e bebe cerveja como qualquer polaco. Gosta de muitas outras

cousas de não fallará aqui; mas declara terminantemente em nome do seu amor á litteratura e ás artes, em nome do seu bom gosto, que prefere o Gymnasio ao Alcazar e que não comprehende como uma empreza fria enriqueça em quanto outra empreza seria e util pôde definhar por falta de auxilio.

* * *

E já que fallo em theatro tenho uma boa noticia a transmitir ás minhas leitoras. Não é novidade, mas é agradável.

Abre-se n'estes dias o theatro Lyrico. A esforços do novo e habil emprezario o Sr. Dr. Pedro Veloso o velho barracão provisório acha-se hoje transformado em um bello theatro. A larga despeza effectuada com a renovação do edifício permittio que á solidez comprovada pelos engenheiros fiscaes do governo se unisse a elegancia e o bom gosto na decoração do theatro.

Já não ha perigo de ratoeira. O edifício pode-se dizer reconstruído.

Damos por isso os parabens ao publico fluminense que com razão devia estar saudoso das bellas noites passadas nesse theatro.

A signora Tabacchi, prima dona absoluta, (irmã do celebre escultor Giovanni Tabacchi, autor da colossal estatua do conde de Cavour na cidade de Milão), cabe a gloria de inaugurar a nova estação lyrica que hoje comeca. Sobre seu alto merecimento artístico é escusado acrescentar elogios. O publico recorda-se agradavelmente das noites deleitosas por ella offerecidas no anno passado.

O longo intervallo da sua retirada de scena aproveitou-o ella, segundo me informão, aprofundando os seus estudos e acrescentando os bellos dotes que a exornão.

E' justo, pois, e natural que o publico concorra de novo ao theatro lyrico, paixão, pelo menos, mostrar-se reconhecido aos esforços do Sr. Dr. Veloso.

Emprazamos, pois, as nossas bellas leitoras a que frequentem os espetaculos que vão começar, concorrendo dessa forma para suavizar com a sua encantadora presença as afflictivas preoccupações do espirito publico nessa época de guerra e de desastres.

* * *

Ao mesmo tempo previno ao publico, que hâde ouvir neste mesmo theatro lyrico uma novidade que é muito superior aos campanologos.

E' o homem dos copos.

Quando os campanologos tocárão o miserere do trovador com campainhas, o celebre homem dos copos toca

Não digo mais nada, vão vér.

* * *

E por fallar em desastre posso hoje ser menos reservado do que fui sobre o desastrado *Deu de rico*, que deu de facto ás de Villa Diogo sem deixar lembranças a ninguém nem mesmo ao capitão Pimentel.

Mas não serei injusto.

O homem não é tão ruim como se diz, nem se partiu desse côrte tão cedo e tão contente sem deixar saudades a muita alma afficta.

Chorão por elle os pobres credores da casa Souto!

Chorão por elle os administradores infelizes da infeliz massa fallida!

Chorão até, quem o diria, muitas nymphas atraídas que apesar de tudo se consolavão com a esperança de algum por cento sobre as suas *avoadas* economias!

E dizerem que não ha destinos! Peta, que os ha.

Dr. Semana.

O recrutamento.

A *Semanas Illustrada* quer o recrutamento, considera-o meio muito legal de que o governo serve-se para engrossar as fileiras do exercito e obrigar o patriotismo tardo e egoistico a pagar o necessário e imperioso tributo de sangue, que os voluntarios, sem a menor coação, estão pagando e já pagárão em Paysandú, em Corrientes, em Riachuelo e em S. Borja.

O amor da patria, primeira das virtudes civicas e origem de todas as outras, deve ser espontaneo, e por isso que é indispensavel, não só aos creditos do paiz como á educação do cidadão é que cumpre haver quem o infiltre naquelles que se mostrão indiferentes e surdos aos clamores das trombetas, que chamão ás armas os brasileiros nos campos de S. Pedro do Sul e de Matto-Grosso.

Mães carinhosas, desrespeitadas por seus filhos, têm direito a constrangê-los a que as amem e obedecão.

A patria, primeira das mães e a mais digna de acatamento e de obediencia, não pôde prescindir deste meio de disciplina natural.

E' portanto o recrutamento, a que o governo tem mandado proceder, muito justo, muito louvável.

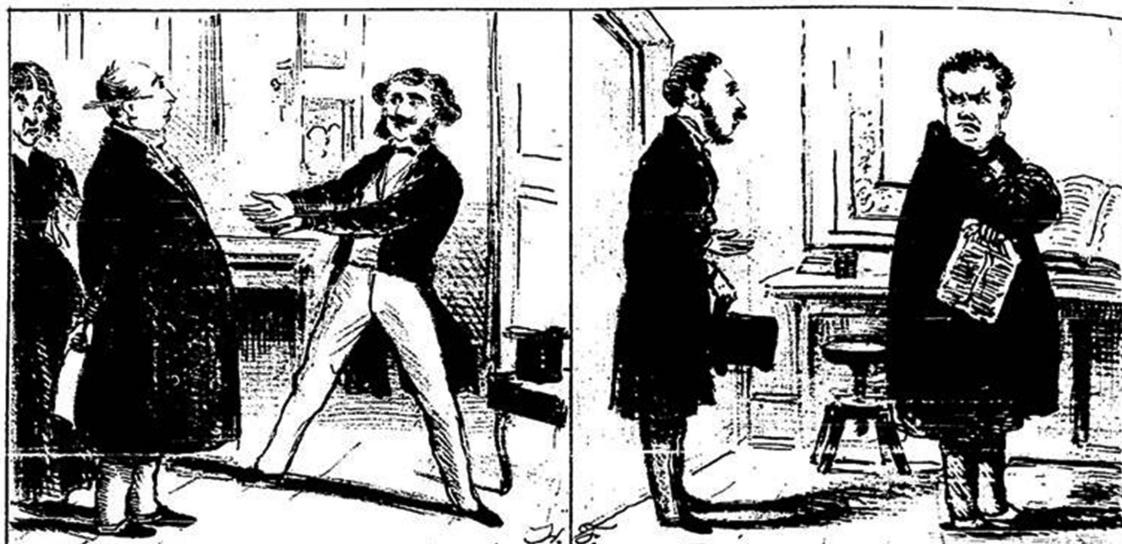
Deseja mesmo a *Semanas Illustrada* que elle engrossse o exercito com 20,000 soldados mais.

As victorias e a victoria final contra o Paraguay usado e traidor não podem ser postas em duvida, hão de ser alcançadas em batalhas glorioas dignas da coragem nunca desmentida dos defensores da dignidade nacional.

Mas esses triunfos duplicarão de interesse de economia de sangue e de dinheiro se forem obtidos com rapidez.

Taes vantagens dependem do numero e da dedicação dos soldados. Ambos existem é certo, mas o primeiro ainda não é suficiente á obtenção da rapidez, valiosa incognita do problema, que o recrutamento ajudará a resolver.

O problema é a paz breve quanto possível, a debellação do inimigo perfido e feroz, o anniquilamento da hydra da guerra, que ha tantos annos colla nas margens do Prata e dos seus affuentes, retardando senão nullificando a ação da civilisação nessas paragens do antigo domínio hespanhol tão credoras de melhor sorte.



Os especuladores.

—Eu sei de um negocio em que o Senhor pôde ganhar 50 contos; vou dizer-lhe como. O senhor disse ha dias que dava á sua filha 100 contos de dote; pois eu a aceito com 50 contos—lucro de 50 para o senhor.

—O senhor quer tomar parte em um negocio com 10:000\$? Não? com 5:000\$? Tambem não? Com 2 contos, com 1, com 500\$000? Nada? Então faça o favor de emprestar-me 5\$000!



Alcazar lyrique. Orphée aux enfers.

Soirée ordinaire.

Soirée particulière.



Uma revista de Lopez.

Todo fardado e enfeitado, passava este individuo uma revista aos soldados, que andão descalços e maltrapilhos; de repente, sentindo que o chapéu o encommoçava, descobriu a cabeça. Os generaes fizerão o mesmo, supondo que era uma ordem de seu senhor!

• Oh! oh! oh! ah! ah! ah!
Quel bon roi c'était là!

1957

SEMANA ILLUSTRADA.

Vencer o Paraguai, castigar severamente as cruasas, que, subservientes aos caprichos e fatuidade de seu caudilho inquieto, tem commettido as hordas daquella região obscura em todos os logares, que inflamão com a sua presença, não é só consolidar o interesse do Brasil, é também praticar obra de misericordia em favor daquele povo opprimido por jugo feroz sem exemplo no seculo actual e com muito poucos nas idades passadas.

Obrigue o Brasil a que esse estado *sui generis* se baptise na pia da civilisação e se organize por meio de normas de algum regimem conhecido, que não seja o do despotismo.

No dia em que se chegar a tão brilhante resultado a *Semanas Illustradas* dará mil bravos, cobrirá de bençãos quantos espontanea e forçosamente tiverem concorrido para tamanho triunfo na causa da civilisação e do progresso.

Então contra o recrutamento é que se ha de pronunciar o

DR. SEMANA.

Scenas do recrutamento.

Os encarregados do recrutamento têm feito algumas pequenas violencias da natureza das que são proprias do acto, legal sem duvida sobretudo nos tempos actuaes, mas antipathico a todos aquelles que, tendo traçado a sua derrota, achão-se tolhidos no meio da viagem, ou obrigados a dormirem no xadrez quando podião roncar a gosto entre os aquecidos lençóis domesticos.

Est'outro dia um recrutador pôz embargos aos passos de um homem trajado de preto e com uma volta ao pescoço indicativa de que era pelo menos clérigo de ordens menores.

O embargante não reparou na volta do embargado, só queria saber da ida.

— Tem documentos de isempção? perguntou o risrido recrutador.

— Sim, senhor, responde-lhe o recrutando, fanzendo-lhe profundo comprimento com o chapéu na mão e mostrando-lhe no alto da cabeça a mais redonda e tonsurada coroa de padre, que tem sahido das navalhas do Sr. Ferreira, da rua Quitanda, perito escanhoador e mestre de systemas capilares.

O tonsurado rodou sobre os calcanhares e o recrutador ficou sem tugar nem mugir.

* * *

Ao cahir da noite de terça-feira, é chamado um transeunte de aspecto grave e vestido decentemente.

— Que deseja? inquire do importuno.

— Causa pouca: que falle ali com o Sr. Capitão, re-dargue-lhe o chamariz.

— Oh! senhor! pois até com um senador! tornou-lhe o importunado.

— Então V. Ex. queira perdoar, eu não sabia....

perdão, mil perdões — foi o epílogo do arreganho do zeloso chamador.

O chamado tinha de senador apenas a idade; as virtudes e as maiores partes que a Constituição exige para tão elevado cargo, essas ninguem saiba se elle as possue.

* * *

Na tarde da festa da Glória, que foi mananha para os recrutadores, um discípulo do Instituto dos Mudos, à rua do Passo n. 42, foi chamado á contas.

— Em que se empregava? perguntárao-lhe com a entoação do costume.

O menino, lembrando-se da ferula do *muito alto* pedagogo, fez algumas caretas e respondeu por acenos apontando para a casa do Instituto, que estava perto e fechada por não ser dia de descontos e suspensões.

Supondo os recrutadores que o menino zombava, derão-lhe a voz de marcha acompanhado de uma praça.

O jovem mudo por efeito da muito *corteza* e *util* pedagogia, lembrou-se que guardava na algibeira o n. 244 da *Semanas Illustradas*, em que está desenhado o quadro de uma lição geral do Instituto, presidido pelo descommunal pedagogo. Apresenta o jornal ao recrutador.

Vendo esse senhor que o moço mudo estava retratado no quadro da lição, mandou-o embora, dizendo-lha:

— Está isento: a chibata desse Instituto é relho de feitor: o que sinto é não poder recrutar o pedagogo, que pela sua *polidez* e *trato ameno* havia de ser optimo granadeiro tanto no tamanho como na bravura.

O Telles e o Tobias.

Quadro de costumes políticos.

III.

(CONTINUAÇÃO DO NUMERO ANTECEDENTE).

A villa tinha um jornal, que servia aos dous chefes do unico partido que havia antes. Denominava-se o *Pharol*. Tinha um redactor, amigo de ambos. Mas, com a dissensão passou a folha a ser de Tobias, que a fundara. Telles fundou logo outro jornal, denominado *Atalaia*.

Entretanto, o pobre redactor do *Pharol*, como o Tobias ficasse com a folha, foi despedido, por ser amigo de ambos os contendores.

Foi quem perdeu no joguinho.

Perdeu até certo ponto, por que dous mezes depois, zangado com toda a historia, fundou um jornal seu, ao qual deu por titulo *O Azourrague*.

De maneira que veio a villa a ganhar, ficando com tres jornaes, e mais a vida que lhe daria a luta da imprensa.

O *Azourrague* combatia as outras duas folhas.

O primeiro numero da *Atalaia* começava assim:

“ Entrando no campo da publicidade, a nossa missão é defender os verdadeiros interesses da villa, profligar os abusos, louvar as autoridades honestas e cumpridoras de seu dever.

“Está claro que nes te numero não entra o famoso jniz de paz que ha tant o tempo pesa sobre esta infeliz população, creature desresivel, etc, etc.”

O mesmo numero traz ia esta notícia :

“O Sr. subdelegado Telles continua no goso da sua importante saúde. O seu filho Benjamin ja se acha melhor da febre intermitente de que foi recentemente attacado. Fazemos votos pelo seu restabelecimento.”

O seguiente numero do *Pharol* respondeu por estes termos :

“Apareceu finalmente a folha do Sr. Chico Telles. E' um apontuado de tolices e infamias, e mostra bem a pessoa que se lembrou de fundar tão immundo jornal. Quanto ao que diz a respeito do respeitavel Sr. Tobias, toda a população desta villa protesta.”

O noticiario do *Pharol* dizia o seguinte:

“Temos a dor de annunciar que o honrado Sr. juiz de paz Manoel Tobias indo hontem a passeio cahio do cavalo e contudio um hombro. Foi logo medicado pelo honrado Sr. Dr. B. *** Desde então até á hora em que escrevemos, mais de cincuenta pessoas gradas tem visitado o illustre juiz de paz.”

A folha do Chico Telles não se pôde ter. Depois de responder ao artigo de fundo, em termos acres, disse na gazetilha:

“Queriamos saber quaes forão as pessoas gradas que tem visitado o Sr. Tobias, depois que cahio do cavalo. A não serem o taberneiro Arruda, o picador Mathias, e outros que taes, gente conhecida por toda a villa, não podemos saber quem seja.”

Acudio o *Pharol*:

“....Em todo o caso o Sr. Tobias não foi visitado pelo Sr. Chico Telles, cujo caracter desresivel ariada a la a gente de bem.”

A isto respondeu a *Atalaia*:

“O Sr. Telles não visita bebedos....

Estavão ascousas neste pô quando apereceu, o *Azourrague*, redigido pelo Sr. Anselmo, ex-redactor do *Pharol*. Eis a introdução:

“No meio da comedia a que existe a villa, desde que apareceu a *Atalaia*, e que se travou o tiroteiro entre ella e o *Pharol*, aparece hoje o *Azourrague*, disposto a dizer que tanto um como outro jornal são dous truões de força. Quem quizer rir dos Srs. Telles e Tobias vênhão assinuar esta folha, mas declaramos desde já que não somos folha de partido.”

Ou fosse a franqueza da linguagem, ou sympathia que merecesse o Sr. Anselmo, o certo é que o *Azourrague* adquirio logo popularidade.

(Continua).

Descoberta importante.

Noticiao o *Jornal do Commercio* que um cidadão de Nova-York fez a estupendissima descoberta de que as lamas da rua podião se transformar em Petroleo, ou Kerosene, um producto que deixa largos lucros.

A vista disto reunio-se a muito zelosa edilidade da muito heroica, leal e paciente cidade do Rio de Janeiro em sessão extraordinaria, deliberou reduzir todas as ruas a grandes lamaçaes para augmentar consideravelmente o seu rendimento, o que tornará ainda mais procurados os lugares gratuitos de vereador; consultados os engenheiros, apresentarão planos tão efficazes que unanimemente se resolveo augmentar a 30:000\$ nos vencimentos, e ao inventor do processo de transformar o lodo em dinheiro, conferiu-se o titulo de cidadão da sofredora e pacientissima cidade de S. Sebastião. Honra é esta com que elle se derreterá até a lama.

E desde hoje estabelece-se novo synonymo, enlamearse significará endinheirar-se, praticamente já muito christão tinha experimentado esse parallello.

Cambronne.

Lord Palmerston.

Lord Palmerston é um mysterio. Velho, velhissimo cançado pelos trabalhos politicos, o espirito do presidente do conselho nem abate, nem se fatiga. E' sempre o mesmo, amante das mulheres e dos ditos chistosos.

Dizem as folhas desta côte que elle foi reeleito por Tiverton, mas o que não dizem é que o velho ministro, chegando áquella cidade dias antes da eleição, pronunciou da janella de um hotel um discurso humoristico que excitou risadas e aplausos.

Von fazer um resumo de memoria, porque o Moleque sahio ha pouco levando-me a folha ingleza em que vem esse discurso.

Disse mais ou menos o nobre Lord :

“Senhoras e senhores, aqui estou, e pelo agasalho que me fazeis sou capaz de mudar de opinião a respeito dos parlamentos de sete annos.

Passo a querel-los de um anno. Havia antigamente um antheo que, em cahindo ao chão, criava novas forças; era a terra, sua mãe, que lh'a dava. Eu venho a vós, para que me comuniqueis nova vida parlamentar. Creio que não sois criaturas de voltar as costas a um bom amigo. Assim, não serei máo propheta, se predisser que, na quinta feira serei de novo representante por Tiverton. Agora, boa noite, senhoras e senhores; obrigado.”

Vivos aplausos cobrirão estas palavras.

Foi reeleito.

Ha trinta e seis annos que o nobre lord representa Tiverton na camara dos communs.

Isto é que é fidelidade!



Briga de gallos.

DR. SEMANA:— Aposto um hiate de carne secca pelo gallo de crista amarela.

MOLEQUE:— E eu o vapor Piraih pelo de crista vermelha.

DR. SEMANA:— Vou tiral-os da praça publica e leval-os para o quintal.

MOLEQUE:— Então aquella briga é roupa suja que se deva lavar em casa?

DR. SEMANA:— E' sim, meu sonso.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 | Ouvidoria 0800 647 8877 | Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444
WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. **Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.**



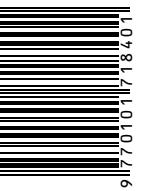


Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0101-7184



9 787010 1718401 22017